

## ECLIPSE TOTAL EM PORTUGAL

Coordenadas da linha central, limites da zona de totalidade, duração.  
(base a «Efeméride de Coimbra»)

Tempo oficial (médio de Greenwich)	Longitude (Coimbra)	Latitude	dw	dφ	Duração
11 <sup>h</sup> 42 <sup>m</sup>	O. 0° 32' 46".1	+ 40° 33' 21".0	0',22	0',17	1',3
43	» 0 13 37 .9	40 50 53 .2	0,22	0,17	1,3
44	L. 0 5 45 .9	41 8 28 .7	0,22	0,17	1 3,
45	» 0 25 24 .5	41 26 6 .5	0,21	0,17	1,2
46	» 0 45 17 .3	41 43 47 .0	0,21	0,17	1,2
47	» 1 5 23 .7	42 1 29 .3	0,20	0,16	1,2

LINHA CENTRAL NA ZONA DA ENTRADA DA SOMBRA  
EM PORTUGAL

Coordenadas da linha central, calculadas tomando para base  
a «Efeméride de Coimbra» e a «American Ephemeris»

Tempo oficial (médio de Greenwich)	Efeméride de Coimbra		American Ephemeris	
	Longitude (Coimbra)	Latitude	Longitude (Coimbra)	Latitude
11 <sup>h</sup> 41 <sup>m</sup> 45 <sup>s</sup>	O. 0° 37' 29".8	+ 40° 2' 58".7	O. 0° 39' 52".7	+ 40° 30' 22.3
42 0	32 46 .1	33 21 .0	35 7 .1	34 45.5
42 15	28 1 .1	37 43 .5	30 20 .9	39 8.9
42 30	23 14 .7	42 6 .6	25 32 .7	43 31.5
42 45	18 26 .9	46 29 .8	20 43 .3	47 56.3
43 0	13 37 .9	50 53 .2	15 52 .7	52 20.0
43 15	8 47 .5	55 17 .0	11 0 .8	56 43.9

## LINHA CENTRAL

Coordenadas comunicadas do Observatório de Paris

Longitude oeste de Greenwich..	9°38',7	latitude.....	+ 39°55,6
	8 2,7		41 24,3
	6 21,0		42 57,8
	4 32,5		44 21,3

### LONGITUDES CONTADAS DO OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO DE COÍMBRA

Meridiano	Longitudes
Observatório do Castelo de S. Jorge (Lisboa), origem das longitudes nas cartas publicadas pela Comissão Geodésica.....	O. 0° 42' 8".3
Observatório da Tapada da Ajuda .....	O. 0 45 23 .7
Greenwich.....	L. 8 25 46 .5
Washington.....	O. 68 38 9 .8
Paris.....	L. 10 46 1 .1
Madrid.....	L. 4 44 29 .7
S. Fernando.....	L. 1 58 28 .5

### QUANTIDADE MÉDIA DE NUVENS

*Nos dias 12 a 22 de abril, deduzida de um periodo de 20 anos (1892 a 1911)  
de observações feitas no Observatório Meteorológico de Coimbra*

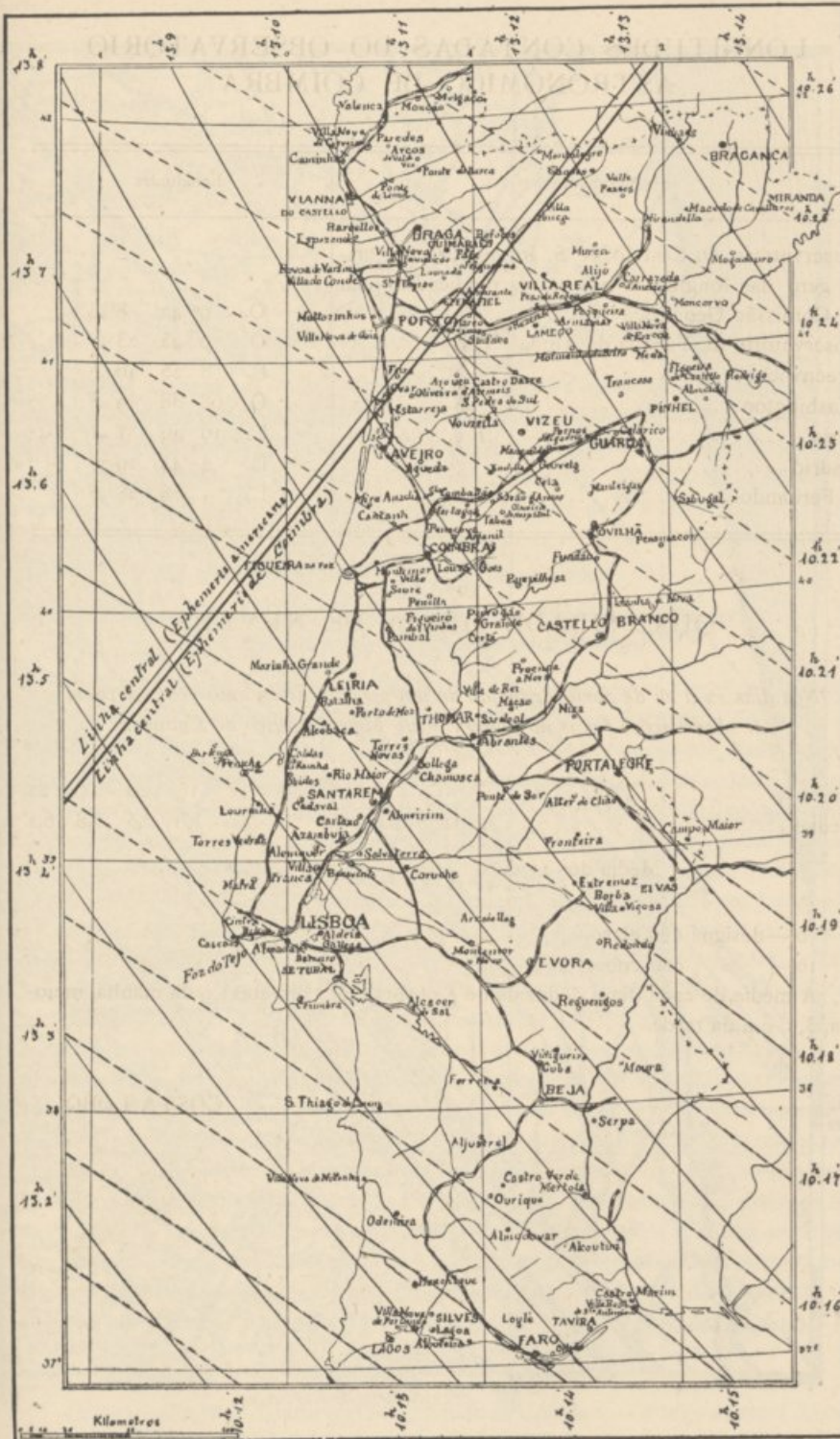
Dias .....	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
Médias .....	7,1	5,6	6,2	6,9	6,4	5,8	5,9	5,8	5,5	5,8	6,1
Média dos 11 dias.....											6,1

o — designa céu claro.

10 — » céu coberto.

A média de cada dia é deduzida de 5 observações directas: 9 da manhã, meio-dia, 3, 6 e 9 da tarde.

COSTA LOBO.



Eclipse central do Sol — 17 de abril de 1912. Portugal



Eclipse central do Sol — 17 de abril de 1912  
 (Da Carta de Portugal a  $\frac{1}{100.000}$ , escala igual)

## Miscelânea

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS

«19 DE JANEIRO DE 1912». Esta data comemora a apresentação oficial da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos na Universidade de Coimbra. Às três horas da tarde daquele dia foi S. Ex.<sup>a</sup> recebida na *Sala grande dos Actos*, onde se pronunciaram discursos festivos alusivos à circunstância. Publicamos, a seguir, os documentos que explicam a vinda da ilustre Senhora para a nossa Universidade, bem como os discursos recitados na homenagem da recepção e algumas notas elucidativas do seu *curriculum vitae*.

### Requerimento da sr.<sup>a</sup> Doutora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos pedindo a sua transferência para Coimbra

*Cópia.* — «Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República Portuguesa. — Carolina Michaëlis de Vasconcelos, professora da cadeira de Germanística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, casada, residente na cidade do Pôrto, diz que, havendo sido nomeada por decreto de 21 de junho do ano corrente para a dita cadeira, de que tomou posse oficialmente no dia 21 de julho, se acha presentemente impossibilitada de assumir a regência dos cursos que lhe designaram, por falta de saúde. E por ser a sua doença prolongada, visto estar já em tratamento há mais de dois meses, como prova pelos atestados juntos, e o tratamento exigir residência em localidade cujas condições lhe sejam favoráveis, pede ao Govêrno a transferência para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ramo de filologia românica). Esta transferência para uma cidade de tranquilo e repousado viver, no meio de tradições históricas, literárias e científicas, que venera e lhe são queridas, além de ser benéfica à sua saúde, coloca a signatária dentro dos estudos especiais que cultivava há quarenta anos, sendo dêsses mais de trinta empregados em benefício de Portugal, sua pátria adoptiva. Em atenção a alguns serviços literários feitos durante êsse período, julga a requerente que o Govêrno poderá atender o seu pedido, tanto mais que na sua idade avançada a consideração da saúde sobreleva a todas, no interesse mesmo do serviço que foi chamada a desempenhar. Declara ainda, como já fez em Lisboa, o seu profundo reconhecimento ao Govêrno que a colocou em lugar tão honroso e finalmente que, se pede a transferência, é forçada a isso só pelo motivo ponderoso que alega. — Saúde e Fraternidade. — Pôrto, 12 de novembro de 1911. — (a.) *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*».

### Consulta da Faculdade de Letras

*Cópia.* — «Ex.<sup>mo</sup> Sr. Reitor da Universidade de Coimbra. — Tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que, em cumprimento de seu officio de 13 do corrente, apresentei ao Conselho da Faculdade de Letras o requerimento por V. Ex.<sup>a</sup> remetido, no qual

a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, professora ordinária da Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa, pede ao Governo da República Portuguesa a sua transferência para idêntica Faculdade na Universidade de Coimbra, desejando ficar aqui colocada no grupo de filologia românica.

«O Conselho unânimemente manifestou grande satisfação ao tomar conhecimento dêste pedido, porque a incorporação daquela distintíssima Senhora, bem conhecida e admirada em todo o mundo sábio pelos seus numerosíssimos trabalhos científicos e literários do mais alto valor, dá grande honra e lustre à nossa Universidade, e em especial à Faculdade de Letras, na qual prestará relevantes serviços, particularmente no ramo da filologia românica, ramo em que os trabalhos de Sua Excelência se assinálam e notabilizam de forma superior e inconfundível. Esta pretensão da ilustre Doutora, distinta entre os mais distintos filólogos romanistas contemporâneos, é pois acolhida com a maior satisfação pelo Conselho da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; e a V. Ex.<sup>a</sup> pedimos se digne interpor junto do Governo os seus esforços para que, debelados quaisquer óbices que porventura contrariem tal pretensão, obtenha, sem demora, despacho de deferimento. — Saúde e Fraternidade. — Coimbra, 21 de novembro de 1911. — O Director da Faculdade, (a.) *António de Vasconcelos*».

#### Proposta do Reitor da Universidade ao Governo

*Cópia.* — Tendo a Ex.<sup>ma</sup> Doutora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos enviado a esta Reitoria um requerimento pedindo a sua transferência da Faculdade de Letras de Lisboa para a de Coimbra, e para ser colocada nesta última no grupo 2.<sup>o</sup> — *Filologia Românica* — do quadro dos seus estudos, mandei como me cumpria o citado requerimento à Faculdade de Letras desta Universidade a informar. Enviando a V. Ex.<sup>a</sup> êsses documentos, de bom grado os acompanho da minha informação, que não pode deixar de ser favorável à pretensão da requerente e aos desejos da Faculdade. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que, quando se falou na organização da nova reforma de estudos, e se pensou que se criaria unicamente uma Faculdade de Letras, e essa em Coimbra, eu disse e escrevi que o primeiro acto do Director Geral de Instrução Superior seria lembrar ao Ministro a incorporação dessa ilustre Senhora na nova Faculdade. Honrou-se o Director Geral e por igual se honrou o primeiro Ministro do Interior da República Portuguesa elegendo, de acôrdo com o corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa, a Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos para professora do seu instituto de ensino. Motivos ponderosos e de todo o ponto atendíveis obrigam agora essa Senhora a pedir a sua transferência para Coimbra nos termos que requer.

«Não ousou pedir o deferimento do requerimento, tão certo estou dele, pelo que ele significa de homenagem a tão preclaro talento, a tão peregrina e formosíssima cultura, e pelo que êle representa de incentivo a uma Faculdade que agora sobretudo, em seus primeiros passos, tanto necessita de ser amparada e auxiliada.

«A Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos pela vastidão e profundidade dos seus conhecimentos é, que eu saiba, na província de estudos a que se dedica, a primeira cabeça feminina do mundo intelectual moderno.

«Tão assombrosos merecimentos merecem que se lhes abram de par em par os áditos dêste templo da Sabedoria, entre as palmas do triunfo, no meio das aclamações de todo o professorado da Universidade de Coimbra.

«Aguardo, por isso, com serenidade a resolução de V. Ex.<sup>a</sup> — Saúde e Fraternidade. — O Reitor, (a.) *J. Mendes dos Remedios*».

## Discurso do Reitor da Universidade na Sala Grande dos Actos

É hoje um dia de festa para a Universidade de Coimbra.

Poucas ocasiões terá tido êste secular Estabelecimento de prestar as suas homenagens a talento tão peregrino como o que neste momento aqui nos tem reunidos em volta de si para o aclamar e aplaudir. Pela primeira vez em Portugal e no ensino superior uma Senhora vai dirigir um Curso disseminando com a sua voz cheia de autoridade, de saber, de erudição, algumas daquelas verdades de oiro, que enchem o seu cérebro prodigioso.

¿ Como teve a Universidade de Coimbra esta prerogativa especial de, num período de tantas esperanças e de tantos receios, ser bafejada por um raio de sol tão brilhante, tão esplendente de benéficas claridades?

Poucas palavras darão a explicação cabal.

Foi a ilustre Senhora quem pediu a sua transferênciã da Faculdade de Letras de Lisboa para a de Coimbra, e porque a pediu e como a pediu di-lo o seu requerimento dirigido ao Govêrno da República.

Êste requerimento foi, como o determina a lei, enviado à Faculdade de Letras de Coimbra, que sôbre êle deu o seu parecer.

Tão nobilísimos documentos fiz eu enviar às estações superiores com a devida informação.

O despacho, com a demora inerente a processos desta natureza, não se fez esperar, e é à sua efectivação que jubilosamente neste momento assistimos.

É agora a ocasião de agradecer à benemérita e ilustre Faculdade de Letras de Lisboa o não ter levantado quaisquer embaraços à solução dum pedido, aliás tão justo. Registo também os nossos agradecimentos ao Govêrno da República e muito especialmente ao Sr. Ministro do Interior pelo pronto despacho que deram ao requerimento.

Mas os nossos calorosos agradecimentos vão neste momento para o Sr. Director Geral de Instrucção Superior—Sr. Dr. Angelo da Fonseca—cujo decidido empenho, cuja vigorosa tenacidade foram inexcedíveis.

\*

Meus senhores. Ha muitos anos que eu sonhava êste sonho, que o sol da República teve o condão de transformar em realidade. Talvez muitos dos estudantes que me escutam mo ouvissem esboçar há vários anos já, quando um dia, perto daqui, na Biblioteca, tive o prazer de receber os cursos de Letras do 7.º ano do Liceu com os seus respectivos professores. Em volta duma das mesas, na terceira sala, falei ao sabor da ocasião, como convinha, sôbre alguns dos monumentos mais antigos da nossa literatura e sôbre os que melhor os tinham interpretado e elucidado. ¿ Conseguiria eu imprimir então o cunho da minha admiração no espírito dos que me escutavam? Não sei. Mas lembro-me, como se fosse hoje, ter aventado a opinião, que então pareceria utópica, de que o logar da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos era aqui, na Faculdade de Letras, a primeira entre os primeiros doutores.

A sorte não me quis ser adversa. ¿ Que digo eu? Bafejou-me singularmente, pois que, embora quisesse que a Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos fosse primeiramente nomeada «Doutora» por uma Faculdade estrangeira—Doutora em Filosofia pela Universidade de Friburgo—, reservou-me a singular honra de ser

quem concorresse na medida das minhas forças para que ela se possa dizer duas vezes «Doutora» e agora «Professora» da nossa Universidade.

\*

É um bom sinal dos tempos, meus senhores, a vinda da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos para a Universidade de Coimbra. Ela, como a pomba da narração genesiaca, traz-nos o ramo de oliveira, viridente e florido, símbolo da paz, do progresso e do estudo. Não posso neste momento alongar-me sobre o que é e o que vale esta assombrosa mentalidade, que tem toda a pujança dos cérebros dos indivíduos da sua raça — *par droit de naissance* — junta ao encanto e à emotividade do nosso povo, que é também o seu, *par droit de conquête*.

A impressão que me produz a sua obra é a do assombro. Não sei dizer mais, nem melhor, nem doutra forma o poderia dizer com mais exactidão.

Eu vejo Herculano, o historiador-filósofo, declarar-se vencido e cansado depois do árduo trabalho de ter lançado os alicerces da historiografia nacional. ¿Que direi dos outros? ¿De Rebelo da Silva, que estuda escassamente os séculos xvii-xviii? ¿De Latino Coelho, que encara um aspecto restricto da nossa actividade política? ¿De Oliveira Martins, que esboça, como incomparável artista, belos quadros parcelares da nossa vida portuguesa? *J'en passe...*

Mas D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos há mais de quarenta anos que anda a construir, a erguer, a levantar, com a argamassa da erudição, com o cimento da crítica, todo um monumento assombroso, tanto na linha gigantesca do seu traçado, como na delicadeza da sua execução.

Um dia os meus olhos pousaram comovidos sobre essa epopeia de pedra que é a Catedral de Colónia. Tinha deixado havia dias a Holanda e da beleza dos seus monumentos, ainda quando esses monumentos se chamam a *Bolsa* ou o *Museu Real*, em Amsterdam, passaram para essa maravilha architectónica, em que a pedra, a madeira, o vidro, o ferro, tomaram, sob as mãos dos mestres-artífices, o caracter de verdadeiras obras primas. A obra da Sr.<sup>a</sup> D. Carolina participa destas proporções artísticas. O seu «*Cancioneiro da Ajuda*» é um monumento que desafiará os tempos, ficando, no seu género, em língua portuguesa, a primeira obra do nosso século. Não é só a acumulação dos materiais aí contidos, é a evocação do seu significado. Este espírito gentil de mulher associa, ao lado do saber, um como que poder divinatório, e é assim que a linda terra de gensor renasce com a sua vida da côrte, os seus reis aventureiros e poetas, as suas damas apaixonadas, os seus trovadores, jograis e segreiros, os seus músicos, os seus bufões, com a arraia-miuda, tumultuosa e irreverente, como? — ao toque mágico da sua varinha de fada.

Não posso, meus senhores, alongar-me; temo repetir com enfado o que todos sabeis. Mas permiti-me que lembre, para exemplificar, no livro que acabei de citar os estudos consagrados à origem dos Cancioneiros e à vida dos Trovadores portugueses. É o mito de Pan. O que é informe, conquista harmonia, o que é morto adquire corpo e sangue e vida e alma e esplendor e doçura.

E os estudos sobre a *Infanta D. Maria*, sobre *Sá de Miranda*, sobre *Pedro de Andrade Caminha*, sobre o *Condestavel D. Pedro*, sobre o *Romanceiro peninsular*, sobre *Sonetos e sonetistas portugueses e castelhanos?*... Tudo nesta grande obra, até aos pequenos quadrinhos é para aproveitar, como os fragmentos dos grandes diamantes, que, por pequenos, não deixam de ser pedras preciosas. Assim, que saber, que mestria, no seu estudo sobre os *Púcaros de Portugal!*... E a *Ges-*



*chichte des Portugiesischen Litteratur?* Guyau, êste espírito eminentemente religioso, que consumiu a sua vida a demonstrar que o não era, fez aos 21 anos a obra moral de Spencer uma análise tão subtil, tão perfeita, que o filósofo inglês confessou que êle próprio a não seria capaz de fazer. A illustre Senhora fez a obra do benemérito sr. Teófilo Braga, para lhe traduzir o pensamento, aqui e acolá, um trabalho semelhante.

¿E que não temos nós ainda a esperar desta prodigiosa envergadura intelectual? — estudos sobre *Gil Vicente*, sobre *Uriel da Costa*, sobre *Bernardim Ribeiro*, sobre o *Palmeirim*, sobre *Camões*...

¿Tantos cuidados, tantas canseiras, absorvem todos os momentos dessa existência, não é verdade? Pois sabei, senhores, que a escriptora illustre, cujos traços esbocei, é simultâneamente a mulher que nada perdeu do seu casto perfume feminino e delicado, que ela ensinou todos os preparatórios a seu filho, hoje engenheiro distincto, ama as flores e vive no recanto da sua biblioteca, com os seus livros.

Caiam sobre a sua cabeça as bençãos do céu, como aos seus pés caiem neste momento as nossas homenagens!

Disse.

Depois deste discurso, o sr. Director da Faculdade de Letras, Dr. António de Vasconcelos, em nome dos Professores seus colegas, a sr.<sup>a</sup> D. Regina Quintanilha, aluna do quarto anno da Faculdade de Direito, em nome das alunas da Universidade, um estudante da Faculdade de Letras representando os seus condiscípulos, falaram da sua muita admiração pelas qualidades de talento e saber da distinctissima Professora, após o que esta tomou a palavra para pronunciar as seguintes palavras:

#### Discurso da sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos

A V. Ex.<sup>a</sup>, senhor Reitor, e ao sr. Dr. António de Vasconcelos, Director da Faculdade de Letras, que juntos me abriram as portas desta Universidade, aos outros professores da Faculdade que, em congregação, em mim votaram e se reuniram hoje para me dar as boas vindas, emfim à mocidade académica que me honrou com o seu espontâneo aplauso, a todos desejo agradecer e agradeço sinceramente a forma cativante, a deferência, e a cordialidade do acolhimento que me fizeram na minha chegada a Coimbra, na Porta Férrea, na Sala da Reitoria, e agora nesta histórica Sala dos Capelos.

Receando comtudo que o fizesse mal num improviso, neste momento de profunda comoção que previa, tracei de antemão algumas linhas, liberdade que seguramente não me estranharão, sabedores de que tenho andado sempre afastada de manifestações públicas.

Falta-me em absoluto a fluência, a facilidade de palavra que a Natureza, tão pródiga com êste país, concedeu a tantos dos seus filhos. Falta-me também a prática que até certo ponto pode suprir os dons naturais. Nunca subi a uma tribuna; nunca entrei em aulas académicas, a não ser como visitante. No tempo da minha juventude a entrada das Universidades ainda estava rigorosamente vedada às estudosas do sexo feminino, mesmo em Berlim, minha cidade natal, a metrópole da intelligência, como é costume chamá-la.

Á força tive de ser autodidacta, tendo por mestres apenas livros. E os livros, eloquentes embora na sua mudez, não nos ensinam a discursar.

Além disso, luto com o idioma, tão delicado e tão difficil, desta minha muito

querida pátria adoptiva, sobretudo quando tento versá-lo, *falando*, como se fosse o meu natural. Confesso até que tão inclinada sou à língua de Kant e de Goethe — o sumo Júpiter no Olimpo poético moderno — que de preferência a uso no trato familiar com os meus.

Se as palmas com que me receberam se destinavam antecipadamente a um discurso brilhante que de mim esperavam, devia portanto recusá-las, envergonhada.

Entendo todavia que elas são prémio e consagração de alguma cousa que tenho feito em benefício de Portugal. Sinal de reconhecimento pelo profundo amor que me inspiram os feitos gloriosos dêste povo. Reconhecimento pelo meu esforço de compreender a alma portuguesa e de tornar melhor conhecidas, dentro das fronteiras e fora delas, as suas manifestações literárias mais perfeitas. Reconhecimento talvez também do interesse especial que dedico à Lusa Atenas — esta terra cheia de magia, cercada de naturais encantos que fazem dela um paraíso para os poetas e um abrigo delicioso para o estudo — terra cercada também do prestígio de recordações históricas que venero.

Neste sentido aceito-as; e agradeço-as com íntima satisfação.

No logar honroso em que o Govêrno houve por bem colocar-me em Lisboa, cedendo depois generosamente ao meu pedido de transferência (bem aceite e apoiado pelo Reitor e Faculdade), terei ocasião de continuar e aprofundar a missão literária que há longos anos venho desempenhando, muito embora nunca possa realizar as esperanças suscitadas pela extrema benevolência do meu elogiador.

Para o bom desempenho das minhas novas funções careço mesmo da indulgência, do conselho e da cooperação efectiva e constante dos meus dignos colegas. Com ela conto; e também com a boa vontade e o zêlo instigador dos estudantes — visto que *docendo discimus*.

Solicito-o, e encerro esta expressão singela do meu agradecimento e regozijo, fazendo votos pela prosperidade da Alma Mater Conimbricensis.

Porto — Coimbra, 19-I-12.

#### Nótulas bio-bibliográficas acêrca da sr.<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos

##### I

Nasceu em 15 de março de 1851 em Berlim. Seu pai, o professor Dr. Gustav Michaëlis, morreu em 1895; sua mãe, perdeu-a ela ainda muito nova.

Dos sete aos dezaseis anos frequentou a *Luisenschule* de Berlim, exercendo a maior influência no seu espírito o professor Dr. Karl Goldbeck. Em poucos anos se distinguiu notavelmente, sobretudo no conhecimento das línguas, sendo a primeira que aprendeu a espanhola, que aos 14 anos ela compreendia perfeitamente. Em 1868 publicou — *Erläuterung zu Herder's Cid*, em Leipzig<sup>1</sup>.

Vieram, a seguir, os estudos das línguas afins e depois, alargando e completando, os das línguas orientais, o sânscrito, e o árabe. Na sua casa de Berlim, entre os irmãos, um dos quais, Carlos Teodoro, era professor, e uma irmã — Henriqueta, autora dum *Dicionário Português-Alemão* — entre as pessoas amigas, Carolina Michaëlis de Vasconcelos era a menina sabedora e prodigiosamente erudita, mas simples, simpática e afável, como sempre o foi.

<sup>1</sup> É o vol. 15 da *Bibliothek der deutschen Nationalliteratur*.

Em 1876 appareceu o seu livro importantissimo de linguistica— *Studien zur romanischen Wortschöpfung*, Leipzig, no mesmo ano em que ligava, pelo casamento, os seus destinos aos de Joaquim de Vasconcelos, o erudito arqueólogo, que todos admiramos.

Na *Norddeutsche Allgemeine Zeitung*, de Berlim, de 17 de maio de 1877, escrevia por ocasião do aparecimento desta obra o Dr. Eduard Engel: «in demselben Jahre, in welchem Diez, für die Wissenschaft ewig zu früh uns entrissen würde, erschien das besprochene Werke von Frau Michaëlis-Vasconcelos; sie tritt da mit würdig in die Fusstapfen ihres grossen Vorbildes und ist vielleicht dazu berufen, in vielen Beziehung seine geistige Erbschaft anzutreten»<sup>1</sup>. Deste período por deante a illustre escritora não fez mais do que avançar na senda dos conhecimentos, dando-nos, de vez em quando, já em livros, já em revistas, o produto das suas locubrações, sempre acolhidas com alvoroço.

Não há dúvida de que a sr.<sup>a</sup> D. Carolina é uma mentalidade superior, verdadeiramente excepcional, e que as mulheres teem razão em erguer o seu nome por entre os maiores elogios, exclamando como esta sua compatriota alemã: «Wir



D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos

*deutschen Frauen... dürfen mit Stolz sagen: Diese Frau, gleich hochstehend als Mensch, Gattin, Mutter und Gelehrte: Sie ist unser»*<sup>2</sup>.

## II

Algumas das suas obras mais importantes:

UMA OBRA INEDITA DO CONDESTAVEL D. PEDRO DE PORTUGAL. (Extrato da *Homenaje á Menendez y Pelayo*, Madrid, 1899), 96 pags.

RECUERDE EL ALMA DORMIDA. (Duas palavras ao auctor da Antologia de poetas liricos...). Extrato da *Révue hispanique*, vi, Paris, 1899, 19 pags.

NOTAS AOS SONETOS ANONYMOS. (Extrato da *Révue hispanique*, vii, Paris, 1900, 23 pags.

LAIS DE BRETAGNE. Capitulo inédito do Cancioneiro da Ajuda. (Separata da *Revista Lusit.*, vi, Porto, 1900, 43 pags.

PEDRO DE ANDRADE CAMINHA. Extrato da *Révue hispanique*, viii, Paris, 1901, 117 pags.

ZUM SPRICHWÖRTERSCHATZ DES DON JUAN MANUEL. (Sonderabdruck aus *Bausteine zur romanischen Philologie*; Festgabe für Adolfo Messafia). Halle, 1905, 16 pags.

TAUSEND PORTUGIESISCHE SPRICHWÖRTER. (Extrato do *Festschrift Adolf Tobler zum siebzigsten Geburtstage*). Braunschweig, 1905, 48 pags.

<sup>1</sup> O artigo do Dr. Engel saiu em folhetim sob o titulo: *Eine deutsche Romanistin*.

<sup>2</sup> Vid. *Die Frau Monatschrift für das gesamte Frauenleben unserer Zeit*, 1.<sup>o</sup> ano, fasc. ii, agosto de 1894, pag. 718.

- ALGUMAS PALAVRAS A RESPEITO DE PÚCAROS DE PORTUGAL. Separata do *Bulletin hispanique*, VII, 1905, pags. 140-196.
- AS CAPELLAS IMPERFEITAS E A LENDA DAS DEVISAS GREGAS. Porto, MDCCCXV, 14 pags. + 4 gravs.
- LUCIUS ANDREAS RESENDIUS LUSITANUS. Extrato do *Archivo Histórico Português*, III, Lisboa, 1905, 22 pags.
- LUCIUS ANDREAS RESENDIUS, INVENTOR DA PALAVRA «LUSIADAS». Separata do *Instituto*, LII, Coimbra 1905, 16 pags.
- CONTRIBUIÇÕES PARA O FUTURO DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO DAS LINGUAS HISPANICAS. Separata da *Revista Lusitana*, XI, Lisboa, 1908, 62 pags.
- INVESTIGAÇÕES SOBRE SONETOS E SONETISTAS PORTUGUESES E CASTELHANOS. Extrato da *Révue hispanique*, XXII, New York, 1910, 121 pags.
- ESTUDOS SOBRE O ROMANCEIRO PENINSULAR, ROMANCES VELHOS EM PORTUGAL. Extrato da *Cultura Española*, Madrid, 1907-1909, 368 pags.
- GESCHICHTE DER PORTUGIESISCHEN LITTERATUR. In *Grundriss der romanischen Philologie*, De Gröber, II-2, 1894.
- RANDGLOSSEN ZUM ALTPORTUGIES. LIEDERBUCH in *Zeitschrift für romanische Philologie*, desde 1896 em deante.
- POESIAS DE FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA. Edição feita sobre cinco manuscritos inéditos. Halle, 1885, 949 pags.
- CANÇONEIRO DA AJUDA. Edição crítica e comentada. Halle, 1904, 2 vols. publicados (falta o terceiro).
- W. Störck—VIDA E OBRAS DE LUIS DE CAMÕES, VERSÃO ANOTADA. 1.º vol., Lisboa, 1897
- A INFANTA D. MARIA DE PORTUGAL E AS SUAS DAMAS. Porto, 1902, 123 pags.
- OS LUSIADAS. Edição crítica com Introdução. (*Bibliotheca Romanica*, 10-14). Strasburgo, 1904.
- MESTRE GIRALDO E OS SEUS TRATADOS DE ALVEITARIA E CETRARIA. Separata da *Rev. Lus.*, I vol., Lisboa, 1911.

M. R.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE A ROYAL SOCIETY, DE LONDRES,  
E A UNIVERSIDADE DE COÍMBRA

SOCIETATIS REGALIS PRAESES, CONCILIUM ET SODALES  
UNIVERSITATI CONIMBRIGENSI SALUTEM

Cum annos abhinc paene ccl REX noster CAROLUS Secundus, regio rescripto, die xv mensis Julii MDCLXII dato, SOCIETATEM nostram constituerit, Nos, illorum in memoriam, qui inter Sodales nostros, cum Britanni tum peregrini recepti, in scientia promovenda diligenter laboraverunt, natalem nostrum anno MCMXII nobis celebrandum statuimus.

Vos igitur, Viri Doctissimi et Illustrissimi, rogamus ut ex vestro numero unum velitis legare qui nobiscum die xvi mensis Julii et duobus insequentibus diebus SOCIETATEM nostram fundatam concelebrat, oramusque ut quam primum nos certiores faciatis quem delegaveritis.

Datum LONDINI die viii mensis Januarii MCMXII, in nomine Societatis Regalis pro Scientia Naturali promovenda,

Arch. Geikie  
Praeses.

RECTOR, SENATVS ET PRAECEPTORES VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS  
 PRAESIDI, CONCILIO ET SODALIBUS  
 SOCIETATIS REGALIS PRO SCIENTIA NATVRALI PROMOENDA  
 LONDINI CONSTITUTAE  
 S. P. D.

Humanissimas vestras litteras nuper allatas, Viri Doctissimi et Illustrissimi, singulari cum voluptate perlegimus: in quibus insignem erga coetum nostrum vestram benevolentiam agnovimus.

Cum enim decrevissetis SOCIETATIS REGALIS natalem, exeunte anno quinquagesimo supra ducentessimum, rite celebrare, Conimbrigensem quoque Academiam benigne rogatam voluistis, ut ad ea solemnia per delectum Virum conveniat, laetitiaeque vestrae particeps efficiatur.

Huiusmodi nacti occasionem gaudemus cuncti vehementer, proposito vestro maiores solempni ritu collaudandi plaudimus ex animo, et vobis omnia fausta exoptamus, ut laudum et meritorum series, qua usque ad hanc aetatem vestra REGALIS SOCIETAS claruit, in saeculum novum protrahatur.

Ceterum, mense Iulio ita scholarum occupationibus premimur, et obligamur, ut laborum abrumpere seriem nemini doctorum liceat; quapropter nequimus aliquem e coetu nostro deligere, qui concessum vestrum amplissimum petat; quo quidem honore Academiae huic nihil foret iucundius.

Valete, Viri Sapientissimi.

*J. Mendes dos Remédios*, Rector.

*Emmanuel da Silva Gaio*, Universitatis a secretis.

Dat. Conimbrigae, a. d. xii. Kal. April. A. D. M.DCCCC.XII.

#### LUCTUOSA

**Dr. Francisco José de Sousa Gomes**

(1860-1911)

No Dr. Sousa Gomes, cuja morte prematura teve logar a 8 de julho do ano findo, perdeu a Universidade um dos professores que mais lhe quis e que com mais dedicação serviu a causa do ensino.

Depois de ter feito em Braga a sua educação secundária, veio para Coimbra continuar os seus estudos, doutorando-se em Filosofia natural após uma brilhante carreira académica.

Tendo entrado por concurso, em 1885, para o magistério superior, tomou posse, em 1889, da cadeira de Química inorgânica e da direcção do Laboratório químico, que nunca mais abandonou.

Foi um professor notável. O seu ensino, a que dava relêvo uma comunicativa animação, distinguiu-se sempre pela grande clareza, que não excluía a elevação, não obstante ter de dirigir-se a alunos que faziam, pode dizer-se, a sua iniciação química.

Um bom documento dêsse ensino é a obra <sup>1</sup> que começou a publicar em 1895

<sup>1</sup> *Lições de Química. I. Química inorgânica.* Coimbra, 1895.

e que delineou com a amplidão dum tratado. Essa obra, sempre interessante e em muitos pontos original pela forma e pelo método de exposição, deu-lhe ingresso na Academia das Ciências de Lisboa.

Infelizmente, mercê de várias circunstâncias, não a completou. Sempre fiel, porém, à sua missão de professor, as muitas ocupações a que o obrigavam os encargos duma família numerosa não o impediram de se entregar à árdua tarefa da tradução do compêndio <sup>1</sup> do professor americano A. Smith, onde a Química geral é tratada com a moderna feição que lhe deu a chamada Química física. Esta publicação, com notas do tradutor, não é dos documentos menos expressivos da sua devoção pelo ensino, ao mesmo tempo que demonstra a facilidade com que o seu claro espírito acompanhava a evolução da ciência.



Dr. Francisco José de Sousa Gomes

Mas nem só o ensino magistral lhe mereceu interesse. Embora lutando com a penúria do Laboratório químico, o Dr. Sousa Gomes não descurou a questão do ensino experimental, que procurou servir com o seu bom senso prático.

Quási reduzido como estava o ensino da Faculdade à condição de ensino preparatório para escolas de aplicação, o Dr. Sousa Gomes intendia que a prática individual mais útil que os alunos podiam fazer era a de Análise química.

Nesta ordem de ideias trabalhou para que a reforma de 1901 separasse da Química orgânica, a que andava desprezada-

mente anexo, o ensino da Análise química, conseguindo não só a separação, mas também que êste ensino passasse a fazer-se em dois anos.

A Faculdade deve-lhe, entre outros, êsse grande serviço, que bastaria para assinalar a sua acção de professor.

Também exerceu o ensino secundário, tendo publicado vários compêndios que se distinguem pelo método e pela simplicidade, alguns dos quais foram adoptados oficialmente. E é notável a quási igual facilidade com que ensinava as disciplinas literárias e científicas, do que nos deixou uma prova na adaptação à nossa língua que fez duma gramática latina <sup>2</sup>.

É que o Dr. Sousa Gomes era dotado de muitas aptidões, o que, a par de excepcionais facultades de trabalho, lhe permitiu, em aturada luta pela vida, desempenhar as mais diversas comissões de serviço público.

Foi administrador da Imprensa da Universidade, perito-químico do Conselho médico-legal de Coimbra, vogal da Comissão dos métodos oficiais de análise química dos produtos alimentares, etc.

<sup>1</sup> *Introdução à Química geral*. Coimbra, 1911.

<sup>2</sup> *Latim Grammar for Schools*, by H. J. Roby (em colaboração com o Dr. Gonçalves Guimarães).

Mas o Dr. Sousa Gomes não exerceu apenas as funções oficiais de que foi incumbido. Natureza exuberante, aliava aos dotes de homem de ciência as qualidades dum homem de acção. É este temperamento que explica em parte a sua obra de apologista católico, que realizou com a consciência dum educador, e que denota mais altruísmo do que a indiferença ou o retraimento perante a causa social.

Além de tudo ou acima de tudo, porém, foi um homem de coração. Nem o contínuo e porfiado esforço que foi a sua vida, nem os grandes cuidados da família, de quem era amantíssimo, lhe embotaram, antes parecem ter-lhe requintado as suas faculdades afectivas, que pródigamente exerceu sob múltiplas formas.

Não é pois só um dever de solidariedade que dita à *Revista* esta singela homenagem à memória do saudoso professor, volvidos oito meses sobre a sua morte. É também um dever de justiça.

A. B.

#### Dr. Augusto d'Arzila Fonseca

(1853-1912)

A Faculdade de Ciências lamenta a perda dêste ilustre professor, falecido a 17 de fevereiro do corrente ano.

A sua assiduidade, zêlo e talento afirmaram-se distintamente na sua longa carreira de professor, como se tinham manifestado anteriormente, tanto na Escola do Exército, onde lhe foram conferidos os primeiros prémios, como na Universidade, onde, frequentando a Faculdade de Matemática, foi premiado em todos os anos do curso, tendo obtido *partido* no segundo, ao mesmo tempo que na Faculdade de Filosofia merecia também as mais elevadas classificações.

Nomeado professor para a Faculdade de Matemática por decreto de 30 de abril de 1885, depois de ter prestado distintas provas, teve ocasião de manifestar os seus variados e profundos conhecimentos na regência das cadeiras de álgebra e análise, e especialmente no ensino da cadeira de geometria projectiva e descritiva, de que foi catedrático, e sobre cujas doutrinas deixou importantes trabalhos em memórias de subido valor.

C. L.

#### António Pereira Barbosa

(1877-1912)

A 1 de fevereiro passado faleceu António Pereira Barbosa, 1.º assistente de Química na faculdade de Ciências.

Faz 6 anos que viera do Pôrto, onde tirara o curso da Escola Superior de Farmácia, para o lugar, de exigentes tradições, de chefe dos trabalhos práticos do La-



Dr. Augusto d'Arzila Fonseca

boratório químico da Universidade. De tal maneira, porém, se houve que em breve conquistava não só a consideração mas a estima de professores e alunos.

Tinha decidida predileção pela Análise química. Publicou um bem elaborado compêndio<sup>1</sup> para servir de guia aos alunos. E na *Revista de Química pura e aplicada* inseriu vários trabalhos sobre «análises de leites», etc.

A sua reconhecida competência fez com que se não duvidasse confiar-lhe, apesar de não ser um diplomado da Faculdade, o ensino da Análise química, apreço que lhe deu muita satisfação.

Infelizmente pouco tempo fez êsse ensino, porque a doença com que vinha lutando o prostrou, na força da vida.

Tão modesto como inteligente, deixou a saúde em todos que o conheceram.

A. B.

### José Albino da Conceição Alves

(1836-1912)

No dia 24 de janeiro próximo passado faleceu o oficial maior da secretaria da Universidade José Albino da Conceição Alves. Era filho de Albino da Conceição Alves e de Inocência Teresa dos Santos Pimentel, natural de Coimbra, extincta freguesia do Salvador, hoje Sé. Havia nascido a 9 de julho de 1836.

Exerceu os cargos de administrador das obras da Universidade por nomeação da reitoria de 2 de setembro de 1863; porteiro da secretaria da Universidade por decreto de 12 de novembro de 1868; de terceiro oficial da mesma secretaria, por concurso, por decreto de 2 de setembro de 1876; de segundo oficial, graduado em primeiro oficial da mesma secretaria, por decreto de 26 de outubro de 1876. Ao tempo do falecimento era oficial maior da secretaria da Universidade por decreto de 13 de maio de 1880.

Foi um funcionário honesto, zeloso e cumpridor.

---

### CURSO DE ANTROPOLOGIA CRIMINAL

O ensino da *antropologia criminal* impunha-se por variadíssimas razões.

Assim o compreendeu a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, autorizando, no anno lectivo de 1908-1909, a abertura dum *curso de antropometria*, especialmente destinado aos juristas e cujo programa se foi sucessivamente melhorando.

Com a actual reforma do ensino universitário, e em virtude da disposição que autorizou a criação de postos antropométricos anexos aos laboratórios antropológicos, tornou-se possível a organização dum *curso de antropologia criminal* notavelmente completo.

Como resulta da inspecção do programa respectivo, vê-se que os assuntos nele professados constituem tudo quanto de mais essencial se pode exigir. É de prever porém, que, no próximo anno lectivo, o interesse despertado pelo assunto mais se accentue.

---

<sup>1</sup> *Notas elementares de Análise química mineral*. Coimbra, 1910.



Com efeito a disposição governamental de 9 de dezembro de 1911<sup>1</sup>, autorizando o trânsito dos indivíduos detidos nas prisões de Coimbra pelo posto antropométrico, veio fornecer ao estudo elementos objectivos dum valor extremo.

Por outro lado, o posto com o seu arquivo e gabinete fotográfico ficará definitivamente instalado dentro em breves dias, e assim os alunos podem dispor de todos os elementos necessários a um estudo prático e fecundo.

Segue o programa do

### Curso livre de antropometria judiciária e criminal

#### A) INSTRUMENTOS E MÉTODOS

- I. — Conhecimento, descrição e mensuração do crânio e dos ossos mais importantes do esqueleto humano.
- II. — Conhecimento dos métodos empregados na mensuração do vivo.
- III. — Estatística antropológica. Determinação prática do *coeficiente de correlação* de dois ou mais caracteres. Avaliação da estatura pelo comprimento dos ossos longos, do pé, da mão, dos dedos, etc. Erros prováveis destas de terminações.
- IV. — O homem normal e o degenerado; comparação morfológica.
- V. — Valor real das diferentes teorias e escolas de criminologia.

#### B) A INVESTIGAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO CRIMINAIS

- I. — Exame e estudo dos vestígios produzidos pela impressão dos pés, descalços e calçados, mãos, dedos, unhas, dentes, etc.  
Processos práticos de recolher e estudar estes vestígios.
- II. — Importância das impressões digitais; seu estudo minucioso. Os diferentes sistemas de classificação das impressões digitais (Galton, Henry, Vucetich, etc.).  
Fixas dactiloscópicas.
- III. — Processos práticos de revelar as impressões invisíveis deixadas no papel, madeira, louças, vidros, etc.
- IV. — O problema da identificação individual. Método de Bertillon; método dactiloscópico. A fixa completa; suas vantagens.
- V. — Organização dos arquivos da policia judiciária e de investigação criminal.

### LISTA DOS ASSISTENTES DAS FACULDADES DE MEDICINA E CIÊNCIAS E DA ESCOLA DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DE COÍMBRA

#### Faculdade de Medicina

Alberto dos Santos Nogueira Lobo — 1.º assistente da 5.ª classe.

João Marques dos Santos — 1.º assistente da 4.ª classe.

Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa — 1.º assistente da 7.ª classe (Hospital).

<sup>1</sup> *Diário do Governo*, n.º 289, de 12 de dezembro de 1911.

Joaquim Martins Teixeira de Carvalho — 1.º assistente da 1.ª classe (não tomou posse até hoje).

Geraldino da Silva Baltasar Brites — 1.º assistente da 2.ª classe.

Alberto Cupertino Pessoa — 1.º assistente da 4.ª classe.

Afonso Augusto Pinto — 1.º assistente da 5.ª classe.

Alberto Moreira da Rocha Brito — 1.º assistente da 8.ª classe (Hospital).

João Duarte de Oliveira — 2.º assistente da 1.ª classe.

José Antonio de Sousa Nazareth — 2.º assistente da 2.ª classe.

Carlos Augusto da Costa Mota — 2.º assistente da 2.ª classe.

Feliciano Augusto da Cunha Guimarães — 2.º assistente da 3.ª classe.

Francisco de Freitas Cardoso e Costa — 2.º assistente da 4.ª classe.

Francisco Augusto de Lacerda Forjaz — 2.º assistente da 5.ª classe.

Eduardo Nogueira de Lemos — 2.º assistente da 7.ª classe (Hospital).

Nicolau da Silva Gonçalves — 2.º assistente da 8.ª classe (Hospital).

Artur de Azevedo Leitão — 2.º assistente da 7.ª classe (Hospital).

José Rodrigues de Oliveira — 2.º assistente da 8.ª classe (Hospital).

Álvaro Fernando de Novais e Sousa — 2.º assistente da 6.ª classe (Hospital).

António Luís de Morais Sarmiento — 2.º assistente da 8.ª classe (Hospital).

#### Faculdade de Ciências

José Antunes Vaz Serra — 1.º assistente da 1.ª secção.

José Augusto Ferreira da Silva — 1.º assistente da 1.ª secção.

João Gualberto de Barros e Cunha — 1.º assistente da 3.ª secção.

Luís Witinich Carriço — 1.º assistente da 3.ª secção.

José Henriques de Figueiredo — 1.º assistente da 2.ª secção (não tomou posse até hoje).

Francisco Martins de Sousa Nazareth — 2.º assistente da 2.ª secção.

João Francisco Cavaco — 2.º assistente da 2.ª secção.

Felismino Ribeiro Gomes — 2.º assistente da 2.ª secção.

José Júlio Nogueira Soares — 2.º assistente da 2.ª secção.

António da Costa Tavares Ferreira — 2.º assistente da 3.ª secção.

Fausto Lopo Patrício de Carvalho — 2.º assistente da 3.ª secção.

Miguel Marcelino Ferreira de Moura — 2.º assistente da 3.ª secção.

José Sanzio Ribeiro da Cruz — 2.º assistente da 3.ª secção.

#### Escola de Farmácia

José Colaço Alves Sobral — 1.º assistente.

Ricardo Simões Dias — 2.º assistente.

António de Jesus Pita — 2.º assistente.

## Notas Vicentinas

### Preliminares duma edição crítica das Obras de Gil Vicente

O título e subtítulo indicam que não farei apreciações gerais da *Obra*, nem tão pouco uma síntese da *Vida* do maior génio inventivo que Portugal produziu.

Restringir-me hei a ilustrar, por meio de minuciosos estudos de análise, pontos especiais de uma e outra coisa, quer controvertidos, quer mal esclarecidos até hoje, quer nunca examinados.

Tentarei averiguar *factos*, remontando às fontes, sempre que isso me seja possível. O tempo, a incúria dos epígonos, e a hostilidade dos poderes que no século XVI superentendiam (de 1536 em diante) na divulgação de ideias e conhecimentos por meio da imprensa, deixaram contudo perder-se materiais muito importantes: as lacunas do nosso saber são por isso tão numerosas que não é possível passar sem conjecturas.

Servindo-me de indícios dispersos, ponderando, sem juízo pre-estabelecido, hipóteses apresentadas já por outrem, sujeitando à crítica tradições e lendas, não dando fé a nenhuma, embora seculares às vezes, exaradas onde quer que seja e por quem quer que seja, quando não forem suficientemente documentadas, ou baseadas em raciocínios que satisfaçam, conto extirpar erros velhos, ratificar concepções mal cimentadas, e substituir suposições vãs por verdades autenticadas.

\*

Muito se fez a favor de GIL VICENTE no século passado, sobretudo nos últimos decénios, tanto dentro como fora do país. Muito se está fazendo actualmente com o nobre fim de nacionalizar e vulgarizar as criações do genial dramaturgo que construiu os alicerces do teatro peninsular, erguendo sobre elles os protótipos tanto do Auto simbólico, chamado *calderoniano* por excelência, como do drama cavallheiresco, da comédia de costumes e da paródia burlesca.

Já antes de BARRETO FEIO e GOMES MONTEIRO haverem tornado acessíveis as Obras Vicentinas, reimprimindo em 1834 quarenta e três autos <sup>1</sup> com quatorze composições miúdas que perfazem a *Copilação* <sup>2</sup> de 1562, e ilustrando tudo num *Ensaio* (com *Advertência* e *Apêndix*) e por meio de um *Glossário*, vários investigadores forasteiros haviam chamado a atenção do mundo culto para o sugestivo e rico repertório do mais fecundo e mais individual poeta cómico primitivo da Península.

Servindo-se dos poucos exemplares que da edição príncipe sobrenadam <sup>3</sup>, alguns analisaram as peças mais características <sup>4</sup>; outros reimprimiram textos castelhanos <sup>5</sup>; ainda outros os estudaram todos, afim de dissertarem sôbre o teatro português <sup>6</sup> em geral. Pouquíssimos foram porém capazes de citar, em catálogos razoados, antigas impressões avulsas, porque essas, perseguidas por não estarem expurgadas, são mais raras ainda do que a edição completa de 1562 e a mutilada de 1586 <sup>7</sup>.

Depois daquele serviço relevante, nunca assaz gabado, a fama do *Plauto português* e da sua *vis comica* intensificou-se poderosamente. GIL VICENTE passou decididamente a ser para os eruditos da especialidade «o dramaturgo europeu mais digno de louvores de quantos ganharam palmas e louros na primeira metade do século XVI» — pai da comédia moderna — um verdadeiro Lope de Vega, se nascesse cem anos depois.

Após BOUTERWEK, F. DENIS, SISMONDI, o tradutor alemão da *Os-mia* <sup>8</sup>, MORATIN, BOEHL de FABER, OCHOA, vieram os principais historiadores das literaturas peninsulares, ou do drama universal. Nenhum deles falou do teatro moderno sem prestar homenagem ao talento peregrino do principiadador luso-castelhano <sup>9</sup>.

CLARUS <sup>10</sup> e QUILLINAN <sup>11</sup>, que em 1845 e 1846, desconhecendo ainda a edição de Hamburgo, se cingiram às comunicações dos antecessores, foram depressa excedidos por A. F. VON SCHACK <sup>12</sup>, JORGE TICKNOR <sup>13</sup>, F. WOLF <sup>14</sup>, MORITZ RAPP <sup>15</sup> (cujas traduções bilingües de alguns autos luso-castelhanos são tentativas muito curiosas); em Espanha por BARRERA Y LEIRADO <sup>16</sup>, e dentro do país por COSTA E SILVA <sup>17</sup>.

Nova época começou, neste ramo como em todos os da história da literatura portuguesa, com a actividade assombrosa de T. BRAGA.

Pouco depois de êle haver dedicado um volume inteiro à *Vida de Gil Vicente e sua Escola* <sup>18</sup>, cheio não só de considerações e ideias, mas também de factos até então desatendidos, diversos investigadores valentes da Torre do Tombo e de cartórios de freguesias da capital, descobriram documentos importantes, relativos a entidades homónimas. Com êsses surgiu a questão da identidade ou não-identidade

do poeta cómico e daquele ourives que, para comemorar o descobrimento do caminho marítimo da Índia, lavrara por ordem de D. Manuel em 1506, com o primeiro ouro vindo de Quíloa, a obra-prima que se chama a *Custódia de Belém*.

O problema foi ventilado com vivacidade durante anos, sem que aparecessem argumentos decisivos ou escrituras em que um GIL VICENTE, designado claramente como o que *fazia os autos a el-rei*, fosse tratado de ourives e autor da *Custódia*, ou vice-versa <sup>19</sup>.

De 1880 em diante saíram estudos relativos principalmente às Obras do poeta: apreciações mais completas e mais finamente ponderadas; interpretações gerais; classificações fundamentadas dos autos que o poeta chamara *de devoção e a serviço de Deus endereçados*, das representações festivas e tragicomédias cavalheirescas, das comédias de costumes e farças populares, assim como das alegorias e sátiras <sup>20</sup>; confrontos com obras de autores estrangeiros de primeira plana <sup>21</sup>; tentativas, vagas embora, para assinar ao pensador português lugar conspicuo, bem se vê, nos dois grandes campos de batalha onde se remodelara a vida e o espírito medieval <sup>22</sup>: o da Reforma e o do Renascimento.

Vieram belos ensaios sôbre as partes líricas dos Autos, que são valiosos especimes de poesia popular, no género arcaico das *cantigas de amigo, serranilhas, albas, barcarolas, cantos de romaria*, que conhecemos pelas imitações palacianas dos trovadores galego-portugueses <sup>23</sup>. Vieram indagações genealógicas <sup>24</sup> e estudos históricos sôbre a *Gente do Cancioneiro*, que em grande parte é a mesma que na côrte de D. Manuel assistiu às representações scénicas de GIL VICENTE <sup>25</sup>. Veio finalmente como subsídio utilíssimo um *Índice* de nomes e de coisas nelas mencionadas <sup>26</sup>.

Com o quarto centenário do teatro nacional, o interesse pelas criações vicentinas avivou, e não mais tornou a afrouxar-se. Dignamente preparada por todos os escritos a que acabo de aludir, e particularmente pela reelaboração dos primeiros volumes da *História do Teatro Português* que T. BRAGA realizou <sup>27</sup>, aproveitando e interpretando à sua maneira, em combinações às vezes divinatórias, todos os achados e argumentos dos colaboradores, e também por uma homenagem nobilíssima do maior historiador vivo das literaturas peninsulares <sup>28</sup>, essa festa portuguesa ocasionou contribuições numerosas de muito bom quilate.

Merecem aplausos quási incondicionais as sínteses biográficas, conscienciosas de J. I. BRITO REBELO <sup>29</sup>, A. BRAAMCAMP FREIRE <sup>30</sup>, e as contribuições de SOUSA VITERBO <sup>31</sup>, baseadas em documentos, de qualquer modo vicentinos, que se guardam no Tesouro do reino.

Tenho em devido aprêço os opúsculos filológicos de LEITE DE VASCONCELOS<sup>32</sup> e GONÇALVES VIANA<sup>33</sup>, relativos à linguagem do poeta; os de J. J. NUNES sôbre cantigas paralelísticas, quer colhidas na bôca do povo, quer compostas segundo as normas populares, quanto ao texto, e quanto à coregrafia<sup>34</sup>; as dissertações que G. DE VASCONCELOS ABREU<sup>35</sup> e o inglês WILLIAM E. A. AXEN<sup>36</sup> dedicaram ao lindo tema internacional da *Mofina Mendes*; e também as notas críticas em que um historiador germânico do drama italiano e das suas relações com a comédia peninsular se refere a problemas vicentinos, ainda não suficientemente esclarecidos<sup>37</sup>.

Acho digno de todo o elogio o modo como o Dr. MENDES DOS REMÉDIOS facilita o estudo do poeta a todos aqueles a quem o amor ou o dever profissional aconselha ou impõe o conhecimento das nossas mais legítimas glórias literarias, oferecendo-lhes em edição correcta, económica, muito bem prefaciada, a parte portuguesa da *Copilação de 1562*<sup>38</sup>.

Rejubilei, como todos os bons portugueses, com o achado duma comédia avulsa, inteiramente desconhecida, e com sua publicação em fac-símile, pelo feliz possuidor, o CONDE DE SABUGOSA, acompanhada de leitura crítica, e um preâmbulo que se lê com subido gôzo intellectual<sup>39</sup>.

Agradam-me sobremaneira as traduções em vernáculo, de peças originariamente escritas em castelhano, e as resurreições teatrais, iniciadas nos palcos modernos, de 1898 em diante, com o *Auto Pastoril Português*<sup>40</sup>, continuadas depois com scenas avulsas<sup>41</sup>, com a encantadora nacionalização do *Monologo do Vaqueiro*<sup>42</sup>, e recentemente com a adaptação da *Barca do Inferno*<sup>43</sup> — empresas generosas que, comentadas em conferências e prólogos artísticos<sup>44</sup>, já começam a suggestionar a mocidade, como se vê não só em impressões separadas de certas comédias de costumes (por exemplo do *Auto da Índia*)<sup>45</sup> e de scenas características como a do *Fidalgo Presunçoso*, mas também em representações de amadores<sup>46</sup>.

Voltando para trás, é preciso registrar ainda os artigos anteriores a 1800. Êles são muito poucos. Como sempre em questões de história de literatura peninsular, NICOLAS ANTÓNIO é quem principia<sup>47</sup>, e BARBOSA MACHADO quem continua, ampliando<sup>48</sup>. Êste hauriu lendas e anedoctas nas prosas de FARIA E SOUSA<sup>49</sup>, verdadeiro benemérito das letras portuguesas, apesar de ter sido não só receptador e propagador de todas quantas fábulas engalanaram a história nacional, mas também inventor, isento de escrúpulos, de muitas outras, relativas à literatura, e, essas muita vez injustas, caluniosas, fantásticas.

Juntamente com êsse polígrafo, figura na *Biblioteca Lusitana* mais

um seiscentista elogiador de GIL VICENTE: SOUSA DE MACEDO, autor das *Flores de España*, e da *Eva e Ave* <sup>50</sup>.

Dos coevos, que de passagem haviam louvado o poeta cómico, — GARCIA DE RESENDE na *Miscelânea* <sup>51</sup>, JOÃO DE BARROS <sup>52</sup> e FERNÂM DE OLIVEIRA <sup>53</sup> nas suas *Gramáticas*, e MESTRE ANDRÉ DE RESENDE no poema latino relativo às festas de Bruxelas, de que logo falarei — BARBOSA MACHADO só cita êste último, encostando-se porêem a SEVERIM DE FARIA, que já trasladara em 1624 o passo encomiástico inteiro no seu *Discurso da lingua portuguesa* <sup>54</sup>.

\*

Tendo enumerado tantas e tão valiosas contribuições (de propósito, porque terei de referir-me a muitas, mais de uma vez), devo repetir, para explicar o fim e as tendências destas notas, que há ainda assim muitíssimos pontos obscuros e duvidosos tanto na biografia como na bibliografia e nas obras de GIL VICENTE, por causa da escassez de estudos especiais, e pela tendência dos pósteros para aceitarem como ouro de lei o que algum predecessor de vulto e fama afirmara, sem o provar. A crítica dos textos mal está iniciada. Quanto à intelectualidade e à psique do autor, quási tudo está por fazer. Desconhecemos as fontes de onde emanou e se alimentou a sua fecunda veia popular, o seu lirismo incomparável. Não sabemos nada certo dos seus estudos, pouquíssimo da sua cultura literaria, haurida (como, com excessiva modéstia, êle ingenuamente confessa) em metros e prosas de antigos e modernos, *tam florescidos de scientes materias, de graciosas invenções, de doces eloquências e elegâncias . . . que não leixaram cousa boa por dizer, nem invenção linda por achar, nem graça por descobrir* <sup>55</sup>. Ignoramos por igual as determinantes da sua índole tão generosamente democrática, do amor com que defende os fracos, humildes e perseguidos, e da audácia irreverente com que castiga os tiranos e admoesta juizes e prelados, clérigos e frades degenerados, sobretudo os padres frei-paços aduladores, requintadamente mundanos e coibçosos, que enxameavam na côrte de D. Caterina e D. João III. Qualidades estas que maravilham num poeta áulico, cliente dêsses mesmos reis (aos quais distribue, não obstante, às mãos cheias, o incenso dos seus louvores entusiásticos); qualidades que por isso levaram os mais argutos críticos a definir judiciosamente a sua posição na côrte como a dum jogral ou histrião, com liberdades e licenciosidades de bobo, de que se servia para censurar e filosofar impunemente.

Nem está bem definido, apesar das tentativas a que aludi, o lugar que lhe compete entre os cultos da nação na agitadíssima idade de transição em que viveu.

\*

Não é nestas *Notas* (que começo a publicar, conquanto nem de longe dê por concluídos os meus estudos preparatórios para a magna empresa que desejo realizar) que poderei expôr como GIL VICENTE, sem estar enfileirado em qualquer partido ou seita, era erasmista sem ser humanista *ex officio* — acérrimo propugnador duma reforma das almas e dos costumes religiosos, dentro dos limites da ortodoxia; e que foram exactamente os humanistas que o hostilizavam, particularmente os homens de bom saber, como SÁ DE MIRANDA, os do Estilo nôvo que, desprezando a técnica tôska e infantil dos Autos e a indisciplina da fantasia medieval, divinizavam em artes e sciências o renascimento do mundo clássico.

Espero todavia esclarecer alguns pontos nodais dêsse tema, espalhando raios de luz em diversas direcções.

Como um êrro costuma, propagando-se, gerar outros erros, assim também a simples averiguação duma data, dum factó incógnito, a rectificação dum passo deturpado por tipógrafos ou copistas, a análise minuciosa de vocábulos técnicos<sup>55</sup>, a crítica de lendas tradicionais, passa-nos algumas vezes às mãos o fio de Ariadne que conduz através de um labirinto de suposições arbitrárias e de ideias contraditórias.

Logo na *Nota I* teremos um bom exemplo dêsse fenómeno.

O meu fim aí é apurar qual foi o auto de GIL VICENTE, a cuja representação em Bruxelas assistiu o douto humanista e antiquário MESTRE LÚCIO ANDRÉ DE RESENDE; — importantíssimo por ser o auto único de que consta fosse encenado fora da península<sup>57</sup>, em vida do poeta, perante um público de convidados estrangeiros<sup>58</sup> e portugueses; único também que inspirou ao patricio um elogio poético em linguagem internacional, capaz portanto de ser ouvido pelos espíritos cultos que representavam a opinião europeia, e de assim dar ao poeta cómico aquele renome geral de que falam, com exagêro, os bons patriotas.

Expondo que êsse auto não podia ser a farça inocente e incoerente da *Lusitania*, como até há pouco todos pensámos, mas foi uma sátira violenta contra a Igreja e os seus representantes, irónicamente intitulada *Jubileu de amor* (ou *de amores*), sátira tão desbragada que o legado da Cúria, presente à festa, julgou *estar na Saxonia e ouvir Lutero*; narrando como êsse prelado inculpou o autor e o auto em carta para Roma; e como exactamente êsse auto incriminado (com mais outros dois, provavelmente de tendência igual)



foi condenado e exterminado: derramo *ipso facto* luz sôbre o *credo* liberalíssimo, anti-clerical, do poeta, que, consciente ou instintivamente (repito-o) lutava por uma Reforma religiosa — no sentido erasmista — das almas, das mentalidades e dos costumes, exactamente por ser profundamente religioso, não só cristão, mas cristianíssimo.

Para frisar melhor êsses factos, tenho de pôr em foco os personagens mais intimamente relacionados com a representação em Bruxelas e com a condenação do *Jubileu de amor*, do *Auto da Aderência do Paço* e da *Vida do Paço*. Dum lado o acusador ALEANDRO, um dos humanistas mais eruditos, benemérito renovador dos estudos gregos; o revedor dos livros Frei Jeronimo de Azambuja (*Oleaster*), que representou Portugal no Concílio Tridentino; o Inquisidor Geral dêstes Reinos, Cardeal Infante D. Henrique; Frei João Soares, Bispo de Coimbra e mestre dos malogrados principezinhos D. Manuel, D. Felipe e D. João. Afastado dêsses ortodoxos, mas não muito, ficará o Embaixador D. Pedro de Mascarenhas, estendendo só uma das mãos aos do segundo grupo. Neste veremos um pouco ao fundo Nicolau Clenardo, chamado de Lovaina para ser professor de retórica dos filhos de D. Manuel, sobretudo do Cardeal D. Henrique; e ao pé dele o seu comensal e amigo, o escultor francês Nicolau Chatranéz. Em plena luz, perto do Embaixador e do Cardeal, MESTRE ANDRÉ LÚCIO DE RESENDE, na companhia de DAMIÃO DE GOES. Ambos em conversa com ERASMO, o grande sábio de Rotterdam que êles veneravam e preconizavam, de 1530 a 1536, com entusiasmo indicador de afinidade electiva com o agudo espirito crítico, anti-escolástico e anti-monacal, do grande sábio que a Igreja perseguiu como precursor e principal culpado da scissão religiosa.

Terei de lembrar que a êste inovador devemos, além de inúmeros trabalhos filológicos greco-latinos, os *Colóquios e Adágios*, o notório *Encómio da Folia*, ilustrado por HANS HOLBEIN, e milhares de cartas, entre as quais há diversas a RESENDE e a GOES. Em uma delas gaba e agradece o poema latino do Eborense, relativo às festas de Bruxelas, com esmerada cortesia, naquela dição elegantíssimamente familiar que o distingue.

Assim chego a explicar também qual foi o germen da lenda, falsa mas significativa, de ERASMO haver aprendido a língua portuguesa, para poder deleitar-se com a leitura dos Autos do melhor poeta cómico do seu tempo, ao qual (dizem) foi êle que apôs o sobrenome de *Plauto português*, sem se lembrarem de que de PLAUTO já se falára no poema latino de MESTRE ANDRÉ.

Mas não antecipemos. Entremos finalmente *in medias res*.

\*

Dedico esta *Nota I* aos manes de SOUSA VITERBO, por ser êsse incansável trabalhador quem mais proficientemente tocou o mesmo assunto<sup>59</sup>. Não o esgotou por não ter seguido até à sua nascente a corrente de água viva que encontrou. Nem mesmo elucidou bem a parte principal do problema, deixando também sem solução a secundária, das datas. Na incerteza, aventurou, pelo contrário, conjecturas novas, insustentáveis, p. ex. a da ida de GIL VICENTE a Bruxelas, com a sua companhia, para lá exhibir peças suas, como *auctor et actor*.

Em todo o caso foi êle que, inteirando-se, durante leituras bem escolhidas, de um facto até lá ignoto em Portugal, reconheceu e revelou a inanidade da ideia que desde 1834 vigorava a respeito do auto representado em Bruxelas em casa do Embaixador Mascarenhas, para celebração solene do nascimento dum herdeiro presuntivo da coroa de D. João III, sobrinho portanto do Cesar, junto ao qual estava acreditado.

Foi êle que com as suas afirmações e suposições me levou a continuar com afinco maior nas minhas indagações próprias até chegar ao fim almejado.

A êle pertence de direito esta *Nota I*.

Se vivesse, com que sincero regozijo teria aclamado e propagado as minhas novidades, filigranando à volta delas recamos delicados. E talvez até descobrisse, no seu riquíssimo tesouro de documentos, algum que o levasse a discriminar pormenores que não cheguei a fixar, como a data da ida de Pedro de Mascarenhas aos Países Baixos, o motivo que levou os reis de Portugal à vila de Alvito, a figura portuguesa de MARTIANUS SPERATUS FERRARIA (filho dum feitor), elogiado de RESENDE, e a romana de SANGA, o correspondente de ALEANDRO, que com BARI teve de dar andamento às iras do Legado, apontando aos censores peninsulares, como digno de condenação total, o *Jubileu de amor* e outros dois autos vicentinos de tendência anti-clerical.

## I

## Gil Vicente em Bruxelas

1. *O Auto da Lusitania*, representação festiva e quási tragicomédia (visto que se trata por altas figuras e com doce retórica e escolhido estilo), colocada todavia entre as *Farças*<sup>60</sup> por motivos que no pará-

grafo respectivo indicarei, está precedido duma *cota* que, insuficiente embora para a nossa curiosidade, é preciosa como todas as que acompanham as obras do Poeta <sup>64</sup>. Ela diz:

*A farça seguinte foi representada ao muito alto e poderoso Rei D. João o terceiro dêste nome em Portugal, ao nascimento do muito desejado Príncipe D. Manuel seu filho, era do Senhor 1532.*

O poema latino em que ANDRÉ DE RESENDE descreve as festas, celebradas pelo mesmo sucesso na residência brabantina de Carlos V, tem o título seguinte:

*Genethliaco (Festa Natalicia) dum Principe Lusitano, como foi celebrada na Belgica pelo preclaro D. Pedro de Mascarenhas, embaixador regio, no mês de dezembro de 1532.*

*L. Andr. Resendii Genethliacon Principis Lusitani ut in Gallia Belgica celebratum est a viro clariss[imo] D. Petro Mascaregna regio legato, Mense Decembri MDXXXII.*

Do lugar, das datas, do Príncipe, dos textos, tratarei mais adiante.

A identificação da *Farça* feita ao nascimento do Príncipe D. Manuel e da representada em *Bruxelas* ao nascimento dum Príncipe português, sem nome, mas (aparentemente) no mesmo ano indicado por GIL VICENTE, era naturalíssima, forçosa. Para a realizar, nem era preciso estudar as obras ambas, cuidadosamente. Bastava reler os onze versos de RESENDE relativos a GIL VICENTE, já reproduzidos, conforme contei, por SEVERIM DE FARIA, e posteriormente por BARBOSA MACHADO. Assim fez GÔMES MONTEIRO, o primeiro escritor que, repetindo-os, relacionou mutuamente os dois textos <sup>62</sup>.

E verdade, verdade: quem os conferisse por miudo, divertindo-se com o humorístico Auto, alegremente preludiado, e lutando corpo a corpo com o complicado e laborioso *Genethliaco*, não encontrava indícios que desmentissem formalmente a hipotética identidade dos Autos.

Antes encontrava indícios confirmativos dela.

GIL VICENTE fala no texto da *Lusitania do Príncipe Nosso Senhor* <sup>63</sup>, sem nos dizer o seu nome, ao contrário do que fez pouco depois, ao celebrar o nascimento do Infante D. Felipe, outro filhinho de D. Caterina e D. João III, com a *Romagem dos Agravados*, preludiada pelo Prólogo do *Padre Frei Paço* <sup>64</sup>. Compensou todavia essa omissão, dando ao neófito o epíteto de *muito desejado*, e designando expressamente a vila de *Alvito* como lugar do fausto acontecimento <sup>65</sup>. Como as didascálias não são dignas sempre de crédito inteiro (na opinião de alguns críticos modernos), não alego como prova a já citada, em que nos é transmitido o nome *D. Manuel*.



Frontispício do Poema de André de Resende, relativo às Festas de Bruxelas.

RESENDE, êsse revela na Dedicatória a D. João III o mesmo pormenor de o herdeiro da corôa ter sido *muito e desde longo tempo desejado: publicis omnium votis desideratum et a diis tandem immortalibus impetratum*, facto que os Anais da historia e os da arte portuguesa atestam com relação a D. Manuel<sup>66</sup>, como vinte anos depois o atestaram com relação a D. Sebastião.

Nos versos em que o Eborense fala de GIL VICENTE e do seu Auto, êle participa ao monarca o seguinte:

*Depois (i. é-depois dum lauto banquete e dum entremês báquico) foi representada com grande aplauso de todos, uma comédia já anteriormente encenada nos paços régios lusitanos por Gil, autor e também actor<sup>67</sup>, eloquente e habilissimo em dizer verdades disfarçadas entre facécias; Gil acostumado a censurar [maus] costumes entre leves gracejos.<sup>68</sup> Se não escrevesse tudo em romance vulgar, servindo-se antes do idioma latino, teria ganho renome não menor que o de MENANDRO na Grécia, ultrapassando ainda a graça maliciosa, o sal ático de PLAUTO<sup>69</sup> o ROMANO, e a lepidez dos escritos de TERENCEIO, tanto quanto êsses deixaram atrás de si os restantes que em púlpitos<sup>70</sup>, orvalhados (ungüentados) com a linfa do PARNASO, mereceram palmas festivas.*

Em nota marginal explica: GIL VICENTE poeta cómico, conforme se vê no fac-simile junto<sup>71</sup>.

Gillo Vin'  
centiuspoe  
ta Comicus

Cúctorú heinc acta é magno comœdia plaufu,  
Quam Lusitana Gillo auctor, et actor, in aula  
Egerat ante, dicax, atq; inter uera facetus.  
Gillo, iocis leuib. doctus perstringere mores.  
Qui si non lingua componeret omnia uulgi,  
Et potius Latiã, non Græcia docta Menandrum  
Ante suum ferret, nec tam Romana theatra,  
Plautinos ue saleis, lepidi uel scripra Terenti  
Iactarent. tanto nam Gillo præiret utrisq;  
Quanto illi reliquis, inter qui pulpita rore  
Oblita Corycio, digitum meruere fauentem.

Versos de André de Resende relativos a Gil Vicente.

2. Logo tornarei ao *Genetliáco*. Por ora convêm notar apenas que a identificação de GOMES MONTEIRO foi adoptada por todos e repetida a miude por nacionais e estrangeiros. Por mim também<sup>72</sup>. Ninguem reparou em que a característica de GIL como satírico mordaz, *habilissimo em dizer verdades duras disfarçando-as entre facécias*, não

condiz com a franca alegria que reina na farça festiva da *Lusitania*, paródia burlesca de manias inocentes de arqueólogos, isso sim; mas não juvenalesca. Creio que todos a referiram ao conjunto das suas obras, imaginando que RESENDE as podia e devia conhecer tão bem como nós, ou melhor do que nós.

Ainda assim, essa identificação é errónea.

SOUSA VITERBO lançou o almiré em 1903. No artigo citado mais acima ministrou-nos dois elementos para a solução definitiva. O primeiro é uma carta inédita, relativa às festas de Bruxelas, escrita pelo próprio D. Pedro de Mascarenhas ao Secretário de D. João III, carta curiosa à qual terei de dedicar também um parágrafo, mas sem revelações que importe memorar no princípio da discussão.

O segundo elemento, e êsse fundamental, provém de uma obra onde ninguém o procuraria: da *História da Refórma Religiosa em Alemanha* de FR. VON BEZOLD<sup>73</sup>. Nela (entenda-se: na sua versão hespanhola<sup>74</sup>) encontrou o solícito investigador português um trecho que apresento, transposto por mim em vernáculo, directamente do original:

.. refere ALEANDRO que o embaixador português tinha feito representar no inverno de 1531 em Bruxelas perante os legados e os nobres mais graduados da côrte imperial uma comédia que, pelo título, devia ser *Jubileu de amor*<sup>75</sup>, mas que desde o principio até o fim não era senão uma série de críticas acerbas contra Roma e o Papa. Para esta representação um dos actores havia obtido um autêntico barrete cardinalicio<sup>76</sup>, da própria casa do núncio; todos (diz ALEANDRO) riram tanto que o mundo parecia desfeito em júbilo; mas eu com o coração a sangrar julgava achar-me na Saxónia e ouvir<sup>77</sup> a LUTERO, ou estar no meio dos horrores do Saque de Roma! Muitos dos cortesãos (acrescenta o Legado) não se atreviam a falar públicamente de LUTERO; indemnizavam-se, porêm, de certo modo desta privação, levantando a ERASMO às nuvens.

Julgo do meu dever comunicar também o teor original.

Aleander erzählt von einer Komödie, die im Winter 1531 der portugiesische Gesandte zu Brüssel vor ihm und den vornehmsten Herren des kaiserlichen Hofes auführen liess. Dem Namen nach sollte es ein *Jubelfest der Liebe* sein; aber von Anfang bis zu Ende drängten sich die Ausfälle gegen Rom und den Papst; und noch dazu hatte sich einer der Darsteller ein wirkliches Cardinalsbarett aus dem Haus des römischen Legaten selbst verschafft; «alle lachten derart dass die Welt in Jubel aufgelöst schien und ich, dem das Herz blutete glaubte mitten in Sachsen zu sein, Luther zu hören, oder mich in den Gräueln der Plünderung Roms zu befinden<sup>78</sup>.

3. O grifo é meu. Nem BEZOLD, nem o traductor castelhano, nem SOUSA VITERBO perceberam que *Jubileu de amor* constitue o título da comédia representada. O último reconheceu todavia que os traços

mencionados por ALEANDRO não quadram ao *Auto da Lusitania*. Os amores alegóricos da menina e princesa *Lusitania* com um príncipe húngaro, chamado *Portugal*, são francamente alegres. Não ha neles diatribes contra Roma, o Papa, a Igreja, os eclesiásticos; nem figura alguma que pudesse trajar de bispo ou cardeal.

Ha, isso sim, como *intermezzo* divertido, dois diabos menores, que, funcionando como capelães de deusas pagans, arremedam descaradamente officios divinos de altar e escutam e assentam depois o diálogo admirável entre *Todo o Mundo e Ninguem* — particularidades que, por documentarem o espirito livre e parodístico de GIL VICENTE, levaram os *Censores* do Tribunal Inquisitório a condenar o *Auto da Lusitania*, condicionalmente.

Em vista dessa desconformidade, SOUSA VIERBO começou a duvidar da justeza da antiga interpretação. Os seus cálculos culminam na sentença que «outra seria a comédia». Hipotéticamente aponta o *Auto da Feira* e o da *Barca do Inferno*, por neles haver censuras assaz violentas da côrte pontificia e dos maus sacerdotes.

Além disso aventura, conforme já deixei dito, a suposição que GIL VICENTE fosse pessoalmente com a sua companhia a Bruxelas, deslumbrando aí a RESENDE com o seu duplo talento de autor e actor<sup>79</sup>, e levando o grande ERASMO, o qual imaginava presente à festa, a aprender portuguezs<sup>80</sup>. Não reparou que *actor* no original se refere à representação realizada em Portugal, onde seguramente o Poeta se havia encarregado do papel de Argumentador; nem calculou que o prazo de dois meses seria insufficiente para a composição e encenação do *Auto*. Quanto mais contando a viagem a Bruxelas.

Expõe todavia essas conjecturas com a reserva e o discernimento próprio do seu espirito sensato.

4. Conjectura diferente foi pouco depois emitida pelo benemérito apresentador do *Auto da Festa*, empenhado em conciliar a concepção antiga com os factos patenteados de nôvo.

O CONDE DE SABUGOSA supõe que haveria duas festas em casa do embaixador: a primeira para celebrar o nascimento do Príncipe D. Manuel, com a representação do *Auto da Lusitania*, descrita por MESTRE ANDRÉ; a segunda, a que se alude na *História da Refórma*, com qualquer outra comédia de GIL VICENTE. Mas também não diz qual, pela simples razão de não haver na *Copilação* de 1562 nenhuma que corresponda aos sinais indicados por ALEANDRO<sup>81</sup>. Só cita, em Nota, umas considerações minhas, hoje sem valor, conquanto continue a ser verdade pura a afirmação que aí faço de que um barrete de cardeal não podia figurar senão na *Barca da Gloria*. De mais a mais, a *Barca*

da *Gloria* (de 1519) — drama bellissimo, impressionante, de profunda religiosidade que não podia indignar ninguém, nem condiz com o que ALEANDRO conta das invectivas contra Roma — era imprópria para função festiva, após opíparos banquetes e sacrificios repetidos a Baco. Prometi na ocasião fazer mais algumas declarações quando chegasse a publicar a *Triologia das Barcas*, com a qual resolvo iniciar a edição crítica dos textos.

O título *Jubileu de amor*, que eu conhecia como o duma comédia em língua lusitana, condenada nos *Índices Expurgatórios*, já havia despertado em mim a esperança de encontrar elementos elucidativos, seguindo a pista aleandrina. Tardou todavia a realizar-se.

5. Para falar com conhecimento de causa da concepção transcendental da vida de além-túmulo, que GIL VICENTE exteriorizou nas três partes da sua *Divina Comédia*, estudei dum lado a literatura relativa às *Danças Macabras* mediévicas em diversas histórias das religiões (de MAX MUELLER a SALOMON REINACH), e do outro lado certas obras de ERASMO, ULRICO VON HUTTEN, LUTERO, e outros reformadores ou precursores da Reforma, e também alguns dos principais escritos que lhes dizem respeito<sup>82</sup>.

Numerosas vezes me encontrei nessas pesquisas com ALEANDRO, não tanto com o eruditíssimo fautor dos estudos helénicos como com o antagonista fanático dos dissidentes: figura rígida de Torquemada, mais papista do que o próprio Papa, que pouco a pouco se foi desenhando na minha retina, não só como convicto e acérrimo adversário da scissão religiosa, mas também como inimigo pessoal dos dois heroicos, activos, mas igualmente fanáticos, adversários principais da horrenda dissolução e devassidão romana, que vira e aturara um Alexandro Bórgia! mas especialmente de ERASMO, o problemático, cujo amigo e correspondente fôra durante anos.

Sabendo que na sua vasta correspondência oficial e semi-oficial, guardada nos Arquivos do Vaticano, existiam cartas relativas às missões desempenhadas junto ao Cesar, em 1521, 1526, 1531 e 1538, suspeitei que em qualquer delas haveria referência à comédia de GIL VICENTE, a que assistira. Se não nela; onde podia ter haurido o seu saber o historiador da *Reforma*?

E felizmente não me enganei<sup>83</sup>.

6. Eis o que o Núncio do Papa Clemente VII, enviado ao Norte afim de impedir o convénio entre *Católicos e Protestantes*<sup>84</sup> (que apesar dos seus esforços se realizou pouco depois, na paz de Norimberga, a 28 de agosto de 1532) relata a um correligionario influente,



indignadíssimo pela extrema liberdade com que em festa solene um súbdito do Rei fidelíssimo trouxera contra Roma:

... Fôramos convidados para o dia de Santo Tomás, o Reverendo Legado, eu e os mais acreditados Oradores dos Príncipes, juntamente com os mais distintos Conselheiros do Imperador e muitos outros barões e fidalgos desta côrte, para assistirmos a um banquete do Embaixador português, o qual fazia festas inauditas por causa do nascimento dum herdeiro do seu rei, primeiro ao Emperador e a Rainha sua irmã, e em seguida a nós. Aí foi representada perante toda a assembleia uma comédia em castelhano e português, de má espécie, que sob o título de *Jubileu de amor* era sátira manifesta contra Roma, e punha pontos nos *ii* (designando as coisas claramente): que de Roma e do Papa não vinham senão traficâncias de indulgências, e quem não dava dinheiro não sómente não era absolvido, mas até excomungado, sempre de novo. Assim começou; assim continuou; e assim acabou a comédia; havia sobretudo um que declamava, vestido de roquete de bispo, e fingia ser bispo, e tinha um barrete verdadeiro de Cardeal na cabeça, trazido de casa do Reverendo Legado que lho dera sem que os nossos soubessem para que fim. E todos riram tanto que parecia que todo o mundo se desfazia em júbilo. A mim contudo estalava-me o coração. *Julgava achar-me dentro da Saxonia e ouvir Lutero ou estar no meio dos horrores do Saque de Roma.* E não pude deixar de dar, em voz baixa, sinais de enfado a BARI, que estava sentado perto de mim. E mais tarde também eu disse a alguns proeminentes, de bom modo embora, que êsses actos não eram próprios dum lugar de cristãos; e muito menos na côrte dum tão alto e tão virtuoso e catolico Imperador, que seguramente o tomaria em má parte; sobretudo porque tal desordem procedia de uma nação que temos em conta de propugnadora da fé. Foi-me respondido que com certeza não era coisa feita de propósito, mas antes comédia de tempos anteriores, da qual se serviram por não haver outra à mão; a que respondi que *quomodocumque* era coisa feia; e sendo-o em todo o tempo, agora era escandalosíssima, e fora de toda a razão. Veja V. S. como vai o mundo. Peço-lhe que guarde segredo a respeito destas minhas comunicações, para que eu não incorra na fama de maldizente, o que não sou. Mas é contudo preciso advertir Nosso Senhor daquilo que passa; porque talvez Sua Santidade faça a êsse respeito qualquer admoestação paterna.

### Admoestação paterna do Papa ao Imperador e ao rei de Portugal!

#### 7. Eis o original italiano:

«Fussimo invitati IL DI DI SANTO THOMASO, il Rev. Legato, io et gli precipui Oratori di Principi, insieme con gli primi consiglieri Caesarei et infiniti altri Baroni et nobili di questa Corte, ad un banchetto *πρεσβ.*<sup>85</sup> *τῆς λυστανίας*, il qual *διὰ τὸν πρωτότοκον*<sup>86</sup> *τοῦ βασιλέως αὐτοῦ* ha fatto feste inaudite primo a Cesar et alla Regina sorella et poi a noi; dove fu recitata presente mundo una comedia *ἰβηριστί καὶ λυστανιστί*<sup>87</sup> di una mala sorte, che sotto nome di un *Jubileu d'amor* era manifesta satyra contra di Roma, sempre nominando apertamente ogni cosa, che da Roma et dal Papa non veniva se non vendition di Indulgentie, et chi non dava danari, non era assoluto, ma excomunicato da bel nuovo, et cosi cominciò et perseverò et finì la comedia, et era uno principal che parlava, vestito cum un rocchetto da Vescovo et fingeasi Vescovo et havea una baretta Cardinalesca in testa, havuta da casa del Reverendis-

simo Legato, datali per ho senza che gli nostri sapessero per che fine; et era tanto il riso di tutti, che pareo tutto il mondo iubilasse; a me veramente crepava il cuore parendomi esser in meggia Sassonia, ad udir Luther, over esser nelle pene del sacco di Roma; et non potei far che sumissa voce non ne facesse un cegno di que-rela cum *bari* che mi sedea presso: et dipoi etiamdio l' ho detto a alcuni dei precipui con bel modo, che questi non son atti da far in luogo di christiani, et tanto meno nella corte d'un tanto et tam virtuoso et catholicio Imperator, qual certo só l' havra per male, et maxime procedendo tal desordine da una natione la qual tenemo per propugnatrice de la fede: Mi é stato resposto che certo non é cosa fatta hora, ma comedia d'altri tempi, de la qual per non avere altri, si sono serviti; resposi che quomodocumque era cosa brutta, et se mai a tempo niuno al presente scandalosissima et fuor d'ogni proposito et ragione: vedi V. S. come va il Seculo. Ben pregola che tenghi occulte queste mie accioché non incorresse appresso costoro in nome di uomo che mette al ponto; il che certo però non faccio, ma bisogna pur advertire Nostro Signore di quello che passa che forsi Sua Santita ne fará qualche paterna ammonitione etc. etc.»

8. A Carta de ALEANDRO, sobrescritada a certo SANGA<sup>88</sup> e datada de Bruxelas, 26 de dez. de 1531, provêm, conforme já disse, dos Arquivos do Vaticano, onde se guarda a correspondência do erudito e activo Legado.<sup>89</sup>

Saiu impressa nos *Monumentos Vaticanos*, publicados pelo professor HUGO LAEMMER, teólogo de renome e protonotário da Santa Sé, residente em Munich<sup>90</sup>.

A autenticidade, material e ideal, da Carta não padece dúvida. Embora o Legado não achasse digno de menção o nome do Embaixador português, e muito menos o do autor execrando da peça bilingue, cujas implacáveis zombarias e pungentes ironias sobre vícios e abusos dos sacerdotes, e em especial sobre a traficância com perdões, indulgências e jubileus, dilaceraram o coração ardente do Prelado romano, e lhe soavam como heresias abertas, todos os pormenores da página, traçada poucos dias depois das festas, são evidentemente verídicas. Em parte são confirmadas pelo Poema latino de RESENDE, como veremos.

A expressão «que não os achava dignos de menção» não é bem exacta. Mais correcto seria talvez dizer que o fino e acautelado diplomata evitou de propósito nomes próprios no seu desabafo, lembrado dum conhecido adágio, e certo de que em Roma os interessados conheciam a uns, e fácilmente apurariam a outros. Nem mesmo achava prudente escrever com caracteres comuns os títulos hierárquicos das pessoas indigitadas. Só lhe importava que os factos chegassem aos ouvidos das instâncias supremas.

9. Fica por isso d'ora-avante estabelecido que a comédia, representada em Bruxelas, em casa de D. Pedro de Mascarenhas, a 21 de de-

zembro de 1531, não é o *Auto da Lusitânia*, composto (ou acabado) por GIL VICENTE depois de 1 de novembro do mesmo ano, e representado para celebração do nascimento do Príncipe D. Manuel em Portugal; mas sim o *Jubileu de amor*, de data mais antiga, já representado anteriormente na pátria, entrando nela o proprio GIL como actor<sup>91</sup>.

10. *Jubileu de amor* ou *de amores*. Que lindo e sugestivo título, se não fosse irónico! Pelos indícios que o Legado nos transmitiu, e que MESTRE ANDRÉ confirma indirectamente, não há que duvidar de que a comédia era uma Sátira violenta. *Jubileu de rancores*. Comemoração festiva de odios seculares!

Variando o prolóquio a que acabo de aludir, costume dizer: *Conjecturae odiosae sunt*. Ainda assim, seja-me permitido formular aqui uma que se baseia no sentido positivo, medieval e católico, que GIL VICENTE dava (e que todos os coevos davam) ao vocábulo *Jubileu*<sup>92</sup>.

Basta abriremos qualquer Enciclopédia, ou mesmo qualquer Dicionário bom, para renovarmos na nossa mente a noção que *Jubileu* (do hebraico *jobel*- trombone) designava na lei de Moisés, o ano de graça e alegria, em que, de meio século a meio século, os servos recuperavam a liberdade, eximidos de trabalhos rurais, as terras empenhadas eram restituídas aos donos; e as dívidas eram perdoadas. E também a segunda noção que, evolucionando, *jubileu* ficou sendo na idade-média, entre Cristãos, um ano-santo que, primeiro de século em século (desde Bonifácio VIII), posteriormente de cinquenta em cinquenta anos, e de 1470 em diante, a cada quarto de século, servia para a Igreja conceder *perdão geral, indulgência plenária de culpas* — *le grand pardon de plenièrè remission* — *il giubileo* — em troca da paga, já se vê, de certas esmolos, visitas de certas igrejas, e outras práticas prescritas, teórica e aparentemente virtuosas: as *boas obras* que tanto deram que scismar a Lutero e provocaram tantos escritos *De gratia, fide et operibus* e também *De Jubileis*.<sup>93</sup>

Essas práticas, essas boas obras que rendiam remissão de pecados e graça universal, são as que GIL VICENTE visava, indirectamente, com a palavra *Jubileu*; directamente, o que já disse.

Empregou-a p. ex. no *Auto da Feira*, na véspera do tristemente significativo Natal de 1527. Nesse dia santo, nessa Festa por excelência, que sempre devia ser Jubileu de Graças da Virgem e do Menino Jesus, onde se concedesse de ano a ano perdão, paz, verdade e fé a todos os homens de boa vontade — *Gloria in excelsis Deo et in terra pax hominibus bonae voluntatis* — é que no palco dos Paços da Ribeira se

armara uma Feira satírica com praça de mentiras, enganos, torpidades, invejas e outras «sujas mercâncias» em que a própria Roma appareceu como traficante. Gabando-se de alcançar na terra tudo, tudo, tudo por dinheiro, Roma perguntou, admiradíssima por um Serafim se negar a vender-lhe paz de alma:

¿ assi que a paz não se dá  
a tróco de jubileus ? (I, 165)<sup>94</sup>

11. O único desses Jubileus a que um Poeta, cuja actividade dramática abrange o período de 1502 a 1536, podia referir-se na data indicada, é o de 1525. E êsse fôra em Portugal particularmente nefasto. Verdadeiro Jubileu de rancores, cinco vezes seculares, da peor espécie, refrescados impiedosamente sempre de nôvo.

As Côrtes celebradas em 1525 em Tôrres-Novas marcam época na história da intolerância, segundo a opinião insuspeita de HERCULANO<sup>95</sup>. Foi nelas que explodiu mais uma vez a má vontade geral, acumulada contra os homens *de nação*<sup>96</sup> por causa das isenções e imunidades e de privilégios concedidos por D. Manuel e revalidados até 1534 por D. João III, logo nos princípios do seu reinado.

Foi nelas que se lançaram as sementes da negra Inquisição, que, sob pretexto de combater a Reforma (que mal tinha adeptos em Portugal) se dirigia principalmente contra os Cristãos-Novos e suas riquezas.

Foi de 1525 em diante que o próprio rei — casado desde 5 de fevereiro com a enérgica irmã de Carlos V, em volta da qual iam prosperar tantos hipócritas dissimulados, tantos ambiciosos, e tantos adengados Frei-Paços, e portugueses hispanizantes — arrependido daquella primeiro passo liberal, e atemorizado pelas desgraças sucessivas que feriram a sua prole, instigado sempre de novo por D. Caterina, a castelhaníssima, e por seus confessores, capelães e ministros, (como D. Manuel fôra instigado no mesmo sentido por outra castelhana, sua mulher) procurou sem cessar razões, em acusações verídicas e delações caluniosas, para perseguir os odiados *Marranos*<sup>97</sup>, como pseudo-cristãos, malfeitores e herejes, e a requerer com instância o estabelecimento do Santo Officio, como tribunal indispensável para a manutenção da Fé.

12. Compreende-se bem que nessa era funesta o genial poeta áulico, adversário convicto dos tais hipócritas dissimulados, Frei-Paços e acusadores cubiçosos dos Cristãos-Novos, mas sobretudo da simonia perversa de Roma e da venalidade dos Cardeais Protectores, escrevesse as suas sátiras mais fulminantes e fustigasse com o látigo da

ironia, sempre a rir, mas cada vez mais inexoravelmente, os vícios daqueles que pelo seu character de sacerdotes devem ser modelos de caridade, e os desmandos dos que, cercando os reinantes, cuidam, falhos de patriotismo desinteressado, apenas de medrar e fazer medrar parentes e adherentes.

Compreende-se que as alegorias satírico-morais que então concebeu contivessem reflexos claros de alguns aspectos da luta inevitável de ideias que originaram a Reforma e conduziram á contra-reforma, ao Jesuitismo, ao Concilio de Trento, e aos Índices Expurgatórios.

Compreende-se que, levado pelo seu talento aristofânico, GIL VICENTE fosse às vezes longe de mais com invectivas directas e virulentas — tal qual o próprio LUTERO, ULRICO VON HUTTEN, E ALEANDRO no campo oposto<sup>98</sup>.

Compreende-se que deixasse a côrte e pousasse a pena no mesmo ano de 1536 em que, após negociações vergonhosas de parte a parte, que custaram rios de dinheiro, foi promulgada a Bula da Inquisição, a Bula de sangue, sem esperar mesmo que o irmão do reinante, o Cardeal Infante D. Henrique, se instalasse como Inquisidor Geral.

Em 1526 a farça de folgar em que um *Clérigo da Beira* vai, na véspera do Natal, rezando as Matinas, caminho da caça, sem ter feito a coroa, é satira ainda muito branda, embora não lhe faltem alusões a clérigos maus e maus cortesãos.

Em 1527 o *Auto da Feira*, a que já aludi, é muito mais aggressivo; e ataca Roma directamente.

Em 1531 GIL VICENTE defendeu afoitamente, em prosa nobilíssima, os Cristãos-Novos, ameaçados pela fúria popular e pelo fanatismo fradesco, por causa do terremoto de 26 de janeiro<sup>99</sup>.

Os Autos immediatos saíriam mais violentos ainda. Os da *Aderência do Paço e Vida do Paço* julgo que não ficariam longe, cronologicamente, da criação do tipo de Padre Frei-Paço, que é de 1533.

Do *Jubileu* já sabemos que fôra representado em Portugal antes das festas de Bruxelas. Entre 1525 e 1531.

13. ALEANDRO diz isso expressamente, acrescentando que assim lhe fôra comunicado por alguns dos assistentes que já o haviam visto nos Paços da Ribeira. Não creio todavia que *d'altri tempi* signifique que a peça era velha. Nem é de crer que o Embaixador pegasse em coisa que realmente merecesse êsse qualificativo. Pelo contrário, suponho escolheria uma das últimas novidades do alegre poeta áulico do seu soberano, para advertir os nuncios, legados, oradores, fidalgos de Carlos V e os cinquenta portuguezes convidados, dos principais que então assistiam nos Países Baixos, em Lovaina, An-

tuéripia, Rotterdam e Bruges. A última novidade, quer a houvesse trazido pessoalmente de Portugal, onde assistiria a muitas representações vicentinas, e assistiu provadamente à de 1521 nas festas da Infanta D. Beatriz, quer de lá lha mandassem a seu pedido, em manuscrito ou, mais provavelmente, impressa, em exemplares bastantes para poder ser estudada e ensaiada pelos melhores artistas amadores da sua clientela.

14. Aqui abro um breve parêntese para avisar o leitor de que a suposição que os executantes da representação de Bruxelas se servissem de exemplares impressos tem base sólida. A hipótese, muitas vezes enunciada, de os Autos de GIL VICENTE, todos ou em parte, terem sido publicados em vida dele *pelo miudo*, em folhetos avulsos, está hoje transformada em facto <sup>100</sup>. Um exemplar da *Barca do Inferno* — impressão gótica com gravura feita *ad hoc*, do tempo de D. Manuel, e com privilégio seu — subsiste na Biblioteca Nacional de Madrid <sup>101</sup>. No fim dela lê-se textualmente :

*Auto*<sup>102</sup> *das Barcas* q̄ fez GIL VICENTE per seu (sic) mão. *Corregido e emprimido per seu mandado. Pera ho quall e todas suas obras tem privilegio dell Rey nosso Senhor. Cõ as penas y do tehor que pera ho Cancioneyro geeral portugues se ouve*<sup>103</sup>.

Subsistem além disso exemplares de duas edições diversas da versão castelhana da *Barca Primeira* <sup>104</sup>.

Ha no alvará de privilégio, concedido a Paula Vicente, alusão clara a essa maneira de divulgar os Autos.

Provas indirectas estão nos elogios tributados a GIL VICENTE, pelos três coevos cultos que já mencionei.

Outras ha nas impressões avulsas posteriores a 1562 (ou antes, a 1572), incluindo o *Auto da Festa*, que todas são repetições de outras mais antigas, e não dos textos da *Copilação*.

Ha-as também nas proibições, anteriores a 1562, pois atestam a existência de impressões do *Amadis* e do *D. Duardos*, do *Auto dos Físicos*, da *Lusitania*, do *Clérigo da Beira*, do *Pranto de Maria Parda*, do *Miserere*; da *Aderência do Paço*, da *Vida do Paço*, e do *Jubileu de Amor*, como passo a demonstrar.

15. Mas ¿ onde pára êsse *Jubileu*, com os outros dois Autos perdidos cujo título citei? Que sei eu deles?

Em primeiro lugar: sei o que ninguem ignora: que não entraram na *Copilação* de 1562. Em segundo lugar que foram submergidos nas águas do olvido, no Letes do Orco, para onde o Legado do Pontífice quis arremessar o *Jubileu*, como *suspeitoso na Fé*. Pregado no pelou-

rinho da ignomínia, apenas lá subsiste, e só de nome. Nos Índices de Livros Proibidos e... na Carta de ALEANDRO—por ironia da sorte. Tal foi a insistência, com que o Império e a Cúria o condenaram e exterminaram, que nem nas colecções mais abundantes de raridades bibliográficas se conservam exemplares, nem mesmo ha vestigios de lá terem existido. Os próprios filhos do Poeta, que cuidaram da impressão de 1562, ignoravam a sua existência (ou fingiam desconhecer-la). Creio até que quando o Poeta, afastado da côrte, se entregou ao trabalho de coligir as suas obras e de as transcrever *manu-propria* para um cartapácio grande, retocando-as e purificando-as de alguns excessos de linguagem, já não podia pensar em admitir nele o *Jubileu de amor*, nem os Autos da *Aderencia do Paço* e da *Vida do Paço*, por já terem sido condenados por decreto especial.

16. Dos *Índices Expurgatorios* e da acção das *Mesas Censorias* tem-se escrito muitíssimo; declamatóriamente em geral, porque os originaes (quinhentistas) são pouco menos raros que os livros neles registados como dignos de destruição. As reproduções modernas, assim como as análises que devemos a verdadeiros peritos, são por ora pouco conhecidas em Portugal<sup>105</sup>. É o que se vê nas últimas notícias, em parte incompletas, em parte erróneas, propagadas em livros, aliás muito proveitosos, por especialistas excelentes como o continuador do *Diccionario Bibliográfico Português*<sup>106</sup>; em catálogos de livrarias como a de Nepomuceno, rica na especialidade<sup>107</sup>, e também ocasionalmente nas obras de T. BRAGA<sup>108</sup>.

Um estudo pormenorizado do assunto preencheria positivamente uma lacuna. Aqui só posso alinhar com pontos muito largos as datas mais importantes para o meu fim restrito.

Heterodoxos foram sempre perseguidos pela Igreja<sup>109</sup>. Autos de fé parciais de escritos seus são muito anteriores não só à Reforma mas também à arte de Gutenberg. Para não exorbitar recordarei apenas, além dos nomes de Huss, Wicleff, Servet, os de Torquemada e Barrientos, monstros que encineraram bibliotecas preciosas, sobretudo de manuscritos hebraicos e arábicos<sup>110</sup>.

A verdadeira e sistemática campanha de proibições e purificações de livros *suspeitosos na fé*, segundo a fórmula consagrada, começou todavia sómente depois de LUTERO haver afixado nas portas da catedral de Wittenberg as 95 theses contra Roma.

O Império e a Cúria tomaram parte activa nela.

A principio a Censura só se dirigia contra a propaganda das ideias novas em livros e libelos teológicos, mas, à medida que essas ideias iam esbracejando ao largo e penetrando fundo, atingia também os

reflexos, meramente literários, por serem muitas vezes mais incisivos e eficazes do que as exposições doutrinárias.

As primeiras proibições, claro que não foram logo feitas em forma de *Índice* ou *Catálogo*. Houve decretos imperiais, em forma de cartas e provisões. De 1521 em diante — logo depois de a Dieta de Worms se haver pronunciado contra LUTERO por manejos do principal, mais tenaz e mais fanático dos oradores: o nosso legado ALEANDRO — se proibiam ora *in totum* os escritos (*Libri omnes*) de LUTERO, e pouco depois os de HUTTEN, ora certas e determinadas obras de ERASMO. Afixados como cartazes nas portas das igrejas, êsses editais eram lidos do alto dos púlpitos, sobretudo em cidades especialmente infectadas dos Países-Baixos, como Lovaina, Rotterdam, Amsterdam, Antuérpia — refúgio já então de numerosos conversos <sup>111</sup>. E houve breves, bulas e cartas de Leão X e de Clemente VII, divulgadas por legados especiais, que procediam directamente, lendo-as em praças públicas, e encarregavam autoridades eclesiásticas de *queimar* os escritos condenados.

17. Quanto ao património borgonhês de Carlos V como um dos países mais perturbados, já me referi em outros estudos a várias provisões imperiais em que se proibía a mera menção pública das doutrinas luteranas e se ameaçavam com multas, exílios e excomunicação os que renitentes continuassem a ler e a discutir livros dos dissidentes <sup>112</sup>. Citei um decreto de 22 de março de 1521, outro de 29 de abril de 1522, um terceiro de 17 de julho do mesmo ano. Um de 1531, anterior só meses ás festas de Bruxelas, levou o illustre Ebo-rense Mestre LÚCIO ANDRÉ DE RESENDE (que fôra a Lovaina na esperança de que ERASMO mudaria os seus penates para lá, e lá se instruía e deleitava no convívio com Erasmistas como GOCLÉNIO, mas também com RÉSCIO, o Aleandrino), a sair precipitadamente e a recolher-se a Bruxelas (onde dominava a clerezia), aos paços do Embaixador D. Pedro de Mascarenhas, que o convidara (ou o convidou então) a ensinar-lhe retórica latina.

Em obediência ao breve de Leão X, relativo ao reformador germânico, a introdução dos livros dele, ainda desconhecidos na península, fôra proibida também em Espanha (Tordesillas), logo a 7 de abril de 1521, pelo Cardeal Adriano, na sua qualidade de Inquisidor-mór <sup>113</sup>. O respectivo decreto foi o primeiro da série na península, mas não em todo o mundo católico, como é costume dizer.

É quasi certo fosse também promulgado em Portugal de qualquer forma, visto que o Papa se dirigira às igrejas todas da cristandade. Mas nada me consta a êsse respeito.



Pouco depois das bulas e dos breves, das cartas e provisões, tornaram-se necessarias curtas listas de livros saídos dos prelos de Wittenberg, Basilea, Norimberga, Lovaina. Uma, redigida e espalhada nos Países-Baixos em 1524, foi seguida de outra, promulgada em 1526 pelo Arcebispo de Canterbury. Em França houve diversas (em 1540, 1542, 1543, 1544, 1545, 1547, 1550, 1551 e 1556) publicadas parte pela Sorbona, parte pelo Inquisidor-Geral, algumas já com o titulo de *Catalogue*<sup>114</sup>.

18. O primeiro *Índice Geral*, impresso com êsse nome por ordem da Mesa Censoria dos Pontífices, é contudo o que saiu no ano de 1559 por ordem do Papa Paulo IV, que esperara pelas determinações do Concilio de Trento, em actividade desde 1545. Remodelado sob os auspícios de Pio IV (1564), êsse ficou sendo o núcleo fundamental do que ainda hoje vigora, sendo adaptado nos diversos países às circunstâncias e exigências de cada um, por meio de acrescentos de livros em vernáculo.

19. Em Espanha foi o Inquisidor-mór D. Fernando de Valdes que lhe juntou essa parte importante, no mesmo ano de 1559<sup>115</sup>. Anteriormente, êsse prelado já publicara, por ordem de Carlos V, em Valença de Aragão<sup>116</sup>, um *Catálogo* que é mera reimpressão do que o Imperador mandara coequir em Lovaina, em 1551, aumentada com um apêndice (latino) de vários livros entre os quais já há alguns em castelhano e português (*hispano sermone*)<sup>117</sup>.

O primeiro Índice português é, também, de 1551. O zelosissimo Inquisidor-Geral dêstes reinos adiantou-se porêem aos vizinhos num ponto: mandou elaborar *em linguagem* a lista de obras pátrias que contivessem doutrinas escandalosas, suspeitas ou malsoantes contra «nossa santa fé católica», para que ninguem se pudesse desculpar com o desconhecimento do idioma latino.

Nessa lista, composta só de doze parçelas, sete são... de GIL VICENTE! Mas o seu nome não é enunciado.

20. É natural preguntarmo-nos aqui, se haveria *ab initio*, e porquê, antipatia natural do poeta cómico e satírico para com os dois filhos de D. Manuel que foram príncipes de Igreja «muito prudentes e católicos cristãos»: D. Henrique e D. Afonso?

Certo é que não possuímos *Autos* dedicados ao nascimento dêsses dois Infantes, nem tão pouco à sua sagração; mas outros filhos do rei Venturoso nasceram e vingaram também sem tal distincção<sup>118</sup>.

Em teoria, não seria irracional a suposição que Tragicomédias festi-

vas, dedicadas aos dois, se por ventura foram compostas para os anos de 1509 e 1512, fossem riscadas da *Copilação* inédita, em vida do próprio GIL, logo depois de o quasi imberbe Cardeal D. Henrique ter espontaneamente arrogado a si o cargo de zelador da fé, em substituição de D. João III que, cada vez mais submisso e sinistramente fanatizado, se doía de, como príncipe secular e rei<sup>119</sup>, não poder ser Inquisidor Geral.

Os dois Autos condenados e exterminados juntamente com o *Jubileu* parecem todavia (pelo título e pela condenação) ter sido, antes do que Autos de Festa de data tão temporã, Farças-sátiras do último período, como já deixei dito<sup>120</sup>.

Além disso, creio que entre os dois Infantes Cardeais houvesse grande diferença. D. Henrique era ortodoxo fanático. D. Afonso parece ter tido propensão para ideias liberais<sup>121</sup>.

21. O título do deminuto *Índice* de 1551, — pouco utilizado até hoje — é: *Rol dos Livros Defesos pelo Cardeal-Infante Inquisidor Geral nestes reinos*. Saiu dos prelos do mesmo impressor que, salvo êrro, fôra padrinho das edições avulsas de GIL VICENTE<sup>122</sup>. Tem a assinatura de Frei Jerónimo de Azambuja, — homem (segundo HERCULANO) de alta reputação literária, mas que como inquisidor disputava a palma da crueldade só a João de Melo<sup>123</sup>. O fac-simile que se fez sôbre o exemplar rarissimo (talvez único), que se guarda na Biblioteca de Évora<sup>124</sup>, não deixa margem para dúvidas a todos êsses respeitos. Nem as devia ter deixado no espirito de ninguem desde que êle appareceu como illustração dum substancial artigo sôbre D. Henrique (rei efêmero de 1578 a 80) no *Dicionario Bibliográfico Português*<sup>125</sup>.

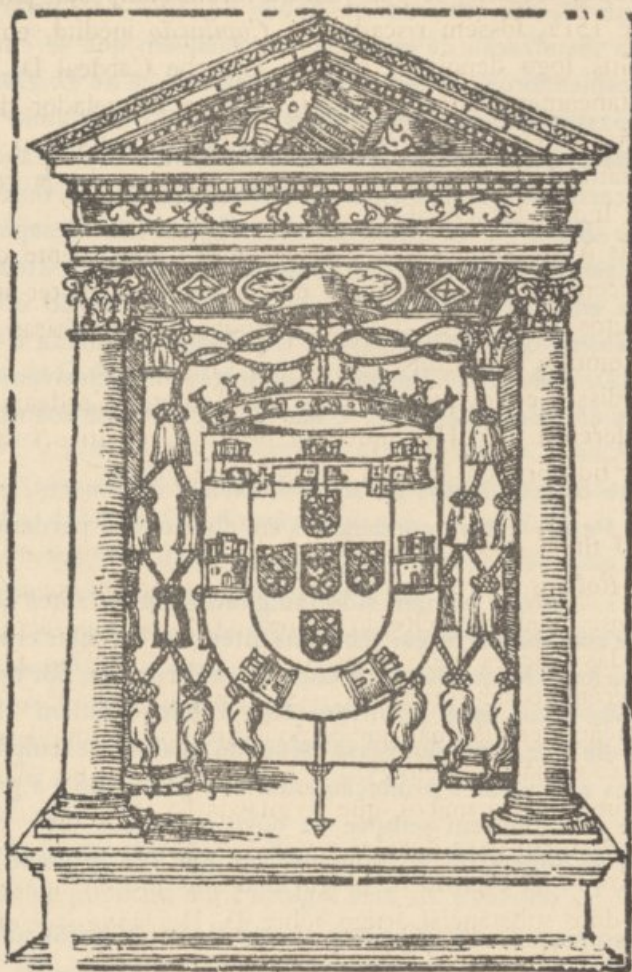
A parte latina abrange dez fôlhas e meia<sup>126</sup>. Na metade de baixo do rosto da fl. 11 se enumeram doze obras em linguagem, dignas de condenação, que é incondicional para umas, e condicional para outras.

Eis as sete primeiras:

1. *O auto de dom Duardos* que nom tiuer cêsura como foy emendado.
2. *O auto de Lusitania*, com os diabos — sem eles poderse ha emprimir<sup>127</sup>.
3. *O auto de Pedreanes*, por causa das matinas.
4. *O auto do Jubileu de amores*.
5. *O auto da aderencia do paço*.
6. *O auto da vida do paço*.
7. *O auto dos Phisicos*<sup>128</sup>.

Como se vê, sem nome de autor.

Quatro dêsses Autos entraram na *Copilação* de 1562, apesar da proibição de D. Henrique e seu acólito. Os censores a quem foi apresentado o grande cartapácio autógrafo do Poeta, completado por



**Este he o rol dos liuros**  
defesos por o Cardeal Affante / Inquisidor  
geral nestes Reynos de Portugal.

Anno de. 1551.

*Heiuy hueron mo  
daram bu...*

Frontispício do primeiro Índice Proibitório português.

Paula e Luís <sup>429</sup>, não cortaram os diabos do *Auto da Lusitania*, nem apagaram a divinização de entidades mortais, em que se cifravam as pechas da esplendorosa Tragicomédia cavalleiresca de *D. Duardos* <sup>430</sup>. Deixaram passar a *Farça dos Fisicos*, até com o sub-título escandaloso de *Amores dum Clérigo*, talvez por ser bufonada de franca imoralidade de carnaval <sup>431</sup>. No *Auto de Pedreanes*, ou por outra, no do *Clérigo da Beira* <sup>432</sup>, as Matinas irreverentes não desapareceram. Tudo isto porquê? Porque os Inquisidores de 1561 atenderam à predilecção em que tinha as Farças do Poéta Cómico o Rei-Niño D. Sebastião, ao qual se dedicava a *Copilação*, destinada a principio ao próprio D. João III? Porque se importavam exclusivamente com verdadeiros erros *contra a Fé*, e não com coisas malsoantes *quanto ao decoro*?

Sómente os três Autos do meio — *Jubileu de amores*, *Aderencia* e *Vida do Paço* — foram condenados em absoluto, e perderam-se por completo.

Porquê? Porque haviam sido indigitados muito antes pela Cúria como peças contendo erros? rebeldias luteranas e ironias erasmianas? e isso logo, logo depois da representação em Bruxelas, por um decreto especial, tão eficaz que positivamente já não existiam em 1551? Só o medo de que ainda houvesse escapado qualquer exemplar levaria os Censores a renovar a proibição anterior? O mêdo e a praxe obrigatória, de se repetirem sempre de nôvo sentenças uma vez proferidas, para se impedir o renascimento do que fôra proibido?

22. Sempre, desde que li os títulos das três peças no *Dicionario Bibliográfico* <sup>433</sup>, e nos *Repertórios de T. BRAGA* <sup>434</sup>, suspeitei fossem obras de GIL VICENTE. Quem, se não êle, os haveria composto <sup>435</sup>?

Agora desde que está provado que o *Jubileu de amor* (ou *de amores*) é o Auto representado em casa de D. Pedro de Mascarenhas, o Auto elogiado e caracterizado como «dizendo verdades entre facécias» no Genetliaco de MESTRE ANDRÉ, o Auto incriminado por ALEANDRO em missiva expedida para Roma, o Auto notório a ERASMO, não mais se pode duvidar que também a *Aderencia do Paço* e a *Vida do Paço* sejam ou fossem obras de GIL VICENTE.

23. A proibição portuguesa de 1551 entrou *ipsis verbis* nos *Índices castelhanos* de 1559 <sup>436</sup>, com a única diferença que ainda juntaram aos sete Autos o do *Amadis* (castelhano), este com o nome do autor, claramente expresso <sup>437</sup>. Entrou também no de 1583 <sup>438</sup>.

Em Portugal ela foi igualmente repetida na reimpressão textual

do rol primitivo, efectuada um decénio depois; tão rara como a de 1551<sup>139</sup>. Repetida também no Índice de 1564<sup>140</sup>, sempre com a mesma epígrafe de *Rol dos Livros que se proíbem em português*. Isso, apesar de no meio tempo os Autos condenados condicionalmente e o *dos Físicos* terem, em contradita, entrado desempedidos na *Copilação*, conforme já disse.

Em 1581 os Senhores Deputados da Santa Inquisição, tendo à sua frente Frei Bartolomeu Ferreira, primeiro Revedor benigno dos *Lusiadas*, não renovaram a sentença. De modo algum por serem mais indulgentes! Muito pelo contrário, apenas porque, depois do desaparecimento de D. Sebastião e D. Caterina, se lembraram de que os textos vicentinos, que haviam escapado em 1562 por considerações que tentei adivinhar<sup>141</sup>, precisavam de revisão severa, cortes e alterações profundas. Nesse sentido determinam expressamente que *se proveja na emenda dos Autos de GIL VICENTE que tem necessidade de muita censura e reforma*<sup>142</sup> — determinação que foi realizada com amplitude, como todos sabem, na 2.<sup>a</sup> edição de 1586.

Da 1.<sup>a</sup>, outrora abonada pela Mesa Censória, continuavam todavia a cursar bastantes exemplares. Com respeito a êsses, e a repetições dos folhetos avulsos, publicaram ainda no Índice de 1624 um extenso rol de alterações que rudemente se introduziram em quantos exemplares eram acessíveis<sup>143</sup>.

24. A prova de que o *Rol* de 1551 foi realmente o primeiro Índice que se publicou em Portugal está na Provisão do Cardeal Infante que o precede, nas palavras que sublinho.

Nós o cardeal Ifãte Inquisidor geral em estes Reynos & senhorios de Portugal etc. Fazemos saber ahos que esta nossa prouisam virẽ. Como, sendo nos informado que algũas pessoas nam deixauam de teer & ler por liuros q̄ sam defesos & prohibidos *por nã saberẽ quaes erã hos taes liuros q̄ sam defesos & prohibidos mādamos ora emprimir ho Rol delles abaixo cõtheudos* pera poderem vïr a noticia, pollo que mādamos a todas has pessoas de qualq̄r estado & condiçã que sejã, em vtude de obediẽcia & sob pena de excomunhão, que daqui em diãte nã tenham em seu poder nem leã pellos liuros abaixo decrarados sem nossa especial licença. E tanto que vierem a seu poder hos apresẽtẽ aos inq̄sidores. Sendo certos que fazẽdo ho cõntrario & tẽdo hos ditos liuros ou outros q̄esqr sospeitosos na fee sem nossa licẽça, nã hos apresentando logo, q̄ se procederã cõtra elles como ha desobediẽcia do caso merecer. E assi mādamos sob a dita pena dexcomunhão a *todas as pessoas q̄ souberẽ dos taes liuros que ho venhã denũciar aos inquisidores* pera prouẽrem no caso como parecer seruiço de nosso seõnor.

E a este Rol se daraa autoridade sendo assignado per mestre frey Jeronimo a que temos cometido ho exame & prouer sobre os liuros da cidade de Lisboa. — Dada em Evora a III dias de julho. — João de Sande a fez — de 1551.

O CARDEAL IFFANTE.

25. Do teor dela resulta ao mesmo tempo que já anteriormente houvera livros defesos e proibidos, aprovações e desaprovações.

Da frase relativa ao D. Duardos (*que não tiver censura como foi emendado*) deduz-se o mesmo.

Outras provas, mais positivas ainda, há, que nos reconduzem até 1539 e provam que já então, provavelmente desde 1536, havia uma comissão de letrados, nomeados por D. Henrique, que examinavam manuscritos e impressos, e sem cuja aprovação não se concedia o privilégio real.

No frontispício dum livrinho, precioso pela sua rareza, espécie de catecismo para os mocinhos fidalgos serem instruídos de modo que fossem dignos companheiros dos filhos de D. João III e D. Caterina — obra de que mais adiante terei de tornar a falar no parágrafo relativo aos Príncipes D. Manuel e D. Felipe — lê-se junto a *Insino Cristão* a nótula *aprovado pela santa Inquisição*<sup>144</sup>. E na provisão do Cardeal Infante, de 3 de setembro de 1539, que está no reverso, declara-se que êle mandou ver a obra por letrados, e *achando-a util dá licença para se imprimir e vender*.

O opúsculo trata de coisas da Fé. Precisava portanto de aprovação superior. Mas os textos profanos também eram revistos pelos Inquisidores, desde o momento em que o Santo Tribunal se constituiu.

E já antes disso, desde 1521, as autoridades civis e eclesiásticas dispunham de meios para suprimir escritos perigosos, conforme ficou dito.

Em 1531 houve denúncia. Se esta denúncia dum prelado influente como ALEANDRO foi, como penso, a origem da proibição, não é de crêr que a Cúria e o Império, o altar e a corôa, deixassem passar vinte anos sem intervir, de mais a mais tratando-se de um Poeta áulico, ao mesmo tempo bem-visto pelo vulgo, — poeta que era intérprete sagaz e amoroso da alma duma nação tida em conta de propugnadora da Fé, poeta de cuja altiva independência de espirito êsse *Jubileu de amor* dava amostras tão violentas e atrevidas que o acusador terrorizado julgara estar na Saxónia e ouvir a LUTERO!.. — Quando muito, a sentença tardaria até a promulgação da *Bula da Inquisição* (em que se trabalhara com afinco, mas que tivera prolongas e demoras) ser um *factum consummatum*<sup>145</sup>.

26. Voltemos à Carta. Ela precisa de alguns comentários. Dos barões e nobres, da Rainha irmã e do sobrinho me ocuparei nos parágrafos relativos ao *Genetliaco*. O Reverendo Legado residente, isto é, o Núncio que desde longos anos representava a Cúria junto ao Cesar, era Lourenço Campeggi, octogenário, sôbre cuja assistência

Deum time, Regem honorificate. i. Petri. ii.



Frontispício dum livro aprovado pelos Inquisidores em 1539.

às festas de Bruxelas RESENDE também nos dirá mais alguma coisa. — BARI, a quem ALEANDRO segredou o seu desgosto, é Gabriel Merino, bispo de Jaen e Arcebispo de BARI, esmoler de Carlos V. Relacionado durante longos anos com Erasmo e com Afonso de Valdés<sup>146</sup>, o entusiástico Erasmista castelhano, BARI era advogado da Santa Sé junto a Carlos V, sendo viceversa o de Carlos V junto à Santa Sé. Advogado e intérprete dos desejos de ALEANDRO no caso de que tratamos.

Não devemos esquecer que o *Jubileu de amor* era peça bilingüe, com predomínio talvez da língua falada na côrte imperial.

Ignoro quem seja *Nosso Senhor (Nostro Signore)* no fim da carta. O mais provável é que designe o Papa, embora logo na frase imediata ALEANDRO o trate de *Sua Santidade*, segundo o costume.

Repito que não sei quasi nada de SANGA, o destinatário da Carta.

Imagino apenas que a acção combinada de ALEANDRO, SANGA e BARI, tendente a que a daninha semente vicentina não alastrasse em Espanha e Portugal, não resistiriam por muito tempo o Imperador Carlos V, sua irmã Caterina, D. João III, e o Cardeal Infante D. Henrique.

Embora todos tivessem rido a bandeiras despregadas, durante cinco a sete lustros, das facécias do seu histrião jovial, e aplaudido as obras de arte que como autor, actor, músico e *régisseur* lhes dedicara, renegá-lo hiam logo que um Aleandro, um Oleastro, ou um Frei João Soares lhes demonstrassem que as verdades e censuras, envolvidas no diáfano manto da sua poesia, eram perigosas, escandalosas e malsoantes: doutrinas dum pensador, audaz erasmista ou quasi-luterano.

Em 1536, repito-o, GIL VICENTE pousou a pêne e retirou-se da côrte, incumbido pelo rei, amigavelmente, de dora-avante coleccionar, limar e ¿quem sabe? depurar as suas obras<sup>147</sup>.

27. Fechando aqui êste excursão necessário sôbre os *Índices*, passemos às datas. ALEANDRO escreveu a sua carta a 26 de dezembro de 1531. A festa fôra celebrada no dia de S. Tomás: cinco dias antes. Evidentemente se trata do Apóstolo, comemorado a 21 do mês<sup>148</sup>. O Príncipe D. Manuel nascera a 1 de novembro. *O Auto da Lusitania*, composto e representado em Portugal para festejar o feliz acontecimento, tem a data de 1532. O *Genelliaco* de Mestre ANDRÉ DE RESENDE indica êssa mesma (*Mense Decembri MDXXXII*), conforme eu disse no parágrafo 1.º dêste estudo, e se vê claramente no *Facsimile*. A Carta em que D. Pedro de Mascarenhas fala a António Carneiro do nascimento do Príncipe, e do regozijo geral com que a



bôa-nova fôra acolhida, é datada de 4 de janeiro de 1531, como se as festas de Bruxelas fôsem celebradas em dezembro de 1530!

Como explicar tão estranhas contradições?

Vamos por partes.

28. A data do nascimento do Príncipe D. Manuel é seguramente o 1 de novembro de 1531. Os Cronistas de D. João III o atestam, e vários documentos históricos e artísticos o confirmam.

Eis o que conta o principal historiador coevo, FRANCISCO DE ANDRADE, amigo e rival de LUÍS DE CAMÕES, na sua paixão por Caterina de Ataíde, como tentarei provar um dia:

Neste ano de 1531 *estando el-rei Nosso Senhor na Vila de Alvito* pario a Rainha Nossa Senhora o Príncipe D. Manuel o 1.º dia de novembro; e *por a Rainha ter o parto trabalhoso, e o príncipe vir muito fraco*, e estar tanto espaço sem chorar que se hauia por quási morto, el Rei seu pay o fez logo bautisar, e lhe mandou pôr nome de elRey dom Manoel seu auoo; e ao domingo seguinte, 12 dias do mesmo mês de novembro, se lhe fez a cerimonia do bautismo pelo bispo de Lamego dõ F.do de Vos <sup>149</sup>.

Frei Luís de Sousa diz-nos lacónicamente:

O príncipe Dom Manuel *em Alvito* quarta feira 1.º de novembro anno 1531, e chegou a ser jurado em idade de quatro annos, e logo faleceo <sup>150</sup>.

A Rainha D. Caterina, de bela e robusta aparência <sup>151</sup> elogiada por GIL VICENTE hiperbolicamente como *cume das bem assombradas, Rainha Esther, Rainha das Rainhas*, não era de modo algum infecunda. Teve nove filhos. Mas todos nasceram fracos. Só dois chegaram à idade núbil. E mesmo êsses morreram em idade primaveril: a filha D. Maria aos dezasete, ao dar a vida ao malfadado Infante D. Carlos, doente de corpo e de espirito; o Príncipe D. João, na mesma idade, antes de D. Sebastião haver aberto os seus melancólicos olhos azuis à luz do dia. Os efeitos dos enlaces sucessivos entre consanguíneos começaram a fazer-se sentir funestamente de 1525 em diante.

Em 1531, ao cabo de seis anos de casada, a Rainha ainda não dera à nação o muito desejado herdeiro da corôa <sup>152</sup>. Por isso o júbilo foi grande em novembro de 1531. Houve danças em Alvito como demonstração de alegria. Provávelmente um curto sarau para os cortesãos, nas salas do castelo, além de bailados populares, de terreiro, nas ruas. Mascarenhas responde a Carneiro que lhe dera parte do nascimento: «*Eu Senhor quisera servos companheiro nos bailes de Alvito*», o que parece indicar festa palaciana. Mas não fala da representação dum Auto.

A côrte estava de luto pelo falecimento da pequenina Infanta D. Beatriz <sup>153</sup> afastada da capital e onde houvera terremotos e havia peste, num castelo suntuoso talvez, mas alheio; a Rainha, muito combalida; o recém-nascido, formoso mas débil <sup>154</sup>. D. Caterina não tinha o vigor de D. Maria que dera a D. Manuel nove filhos fortes e sadios; e, logo na noite imediata ao seu primeiro parto, se sentira com forças e disposição de espírito para receber na sua câmara

*mui alegre e prazenteira,  
mui ufana e esclarecida,*

os cumprimentos ingénuaamente sentidos do povo, pela bôca de GIL VICENTE VAQUEIRO; e, no seu leito de morte, viu e ouviu as ironias mordentes do mesmo, transformado no Diabo galhofeiro e alegre da *Barca do Inferno*. E o *Auto da Lusitania* não é um simples *Monólogo*; é uma obra de arte complicada, que não se improvisa em meia dúzia de dias. Mesmo se estivesse já quási pronta no dia 1 de novembro, preparada de antemão, exigia grande aparato de cenário e de trajes, muitas figuras, ensaios, etc., coisas difíceis de arranjar a tanta distância de Lisboa.

Não foi em Alvito, nem foi em 1531, no próprio dia do nascimento, foi *post-festum* em Lisboa (em 1532), depois de a Rainha e o Príncipe estarem restabelecidos e de regresso à capital já sanada, que o *Auto* foi representado.

GIL VICENTE assim o diz em dois passos do texto tão claramente que admira que SOUSA VITERBO e T. BRAGA o não entendessem <sup>155</sup>. Na Introdução, onde os Judeus, obrigados a públicamente festejar o nascimento do Príncipe (com folias, pelas, toiras etc.), pensam em ensaiar um *aito* novo, é um deles que declara:

Para que cumpridamente  
aito novo inventemos,  
vejamos um excelente  
que presenta GIL VICENTE,  
e por hi nos regeremos.  
Ele o faz em louvor  
Do Príncipe Nosso Senhor  
*porque não pôde em Alvito* (III, 274).

E mais adiante no Argumento em prosa, refere-se a Lisboa como *esta cidade...* (p. 277).

Em suma: a data fixada pelo Poeta na rúbrica que acompanha o *Auto* é a da representação; e não a do sucesso celebrado. Às vezes as duas coincidiam. Neste caso divergiam.

Na impossibilidade material de uma comédia, digamos apenas «re-

presentada pela primeira vez em Portugal, após o 1 de novembro de 1531», mas talvez composta depois dêsse termo, ter sido repetida em Bruxelas a 21 de dezembro, nem vale a pena insistir, desde que sabemos o que ficou exposto nos parágrafos anteriores <sup>156</sup>.

29. Em prova de que a *Lusitânia* é realmente obra complicada, uma das mais complexas do Repertório de GIL VICENTE, e para mostrar que não condiz com os traços indicados por ANDRÉ DE RESENDE e ALEANDRO, lembrarei o que ela é.

Consta de três partes: um *Prelúdio*, independente pelo assunto, mas hábilmente ligado com êle; um *Argumento*; e um verdadeiro *Auto*.

O *Prelúdio*, espécie de *loa* (*Vorspiel*), é um quadro de costumes; de realismo vivaz: o interior duma casa judaica. O pai, alfaiate (símbolo de timidez), canta, cheio de arrogância, o Romance mozarábico do Cid *Guay Valença, guay Valença*, acompanhado do filhinho. A mãe entoa um lindíssimo cantar arcaico, «de amigo», em diálogo com a filha <sup>157</sup>. Essa é cortejada por um palaciano, de cujos galanteios moteja. Dois correligionários trazem a boa nova da vinda dos Reis com o Principezinho, e combinam as festanças que hão de fazer <sup>158</sup>.

No *Argumento* há, além da exposição do assunto, em prosa, chacotas alegres e finas contra os palacianos que mexericavam não só das origens humildes e da vida particular do Poeta, mas também da sua obra, amesquinhando a sua incomparável fantasia, fôrça inventiva e jovialidade. Creio que em cada epíteto há ironias.

O *Auto* em si é, sem dúvida, paródia jocoseria da faina arqueológica dos Humanistas, de que resultou pouco depois a primeira colecção de Inscrições, feita por MESTRE ANDRÉ a pedido do Cardeal Infante D. Afonso, <sup>159</sup> exactamente como a *Devisa de Coimbra* de 1527 fôra paródia da clássica *Fábula do Mondego* de SÁ DE MIRANDA; ou vice-versa <sup>160</sup>.

GIL VICENTE moteja (o próprio título bombástico de *Lusitânia* o indica) das origens *ulyssseias* da capital; da moda dos Latinistas de designar cidades, rios, montes com nomes arcaicos como Mondego, outrora *Munda*; Sintra, outrora *Cinthia*; Lisboa, olim *Ulyssipo* <sup>161</sup>; moteja das etimologias toponímicas que começavam a estar em voga; moteja do qualificativo *Divo*, dado liberalmente a todos os reinantes <sup>162</sup>. Toda a farça é uma réplica humorística aos «homens de bom saber» que, apesar da desforra que GIL VICENTE tirara em 1521 com a farça de *Inês Pereira*, continuavam a criticar a sua obra, a sua técnica infantil, a sua rudeza medieval, a sua indisciplina, a desordem dos seus entrecchos, a sua falta de erudição clássica <sup>163</sup>.

A ninfa *Lisibea* (personificação de Lisboa), filha duma Rainha da

Berberia e dum príncipe marinho (alusão às conquistas africanas e glórias marítimas), vive nas agrestes barrocas da Serra de Sintra (então chamada *Solercia*, parodia de Monte da Lua). O Sol namora-se de Lisboa. Dêstes amores nasce a menina Lusitânia (nome derivado de *Luz!*), espevitada, doidinha, fantasiosa, de lindos olhos, e cheia de graça, senhora e deusa da província daquele nome. O pai quer casá-la com Mercúrio, mas o deus dos comércios do mundo, frio e pouco namorável, não lhe agrada. Um caçador (das bandas da Hungria, como o Conde D. Henrique das lendas genealógicas), chamado *Portugal*, leviano, bizarro, todo fundado em amores, ouve falar da formosura de Lusitânia. Vem requestá-la e conquista-a. Lisboa morre de ciúmes da filha.

Como se vê, nem uma só alusão à Igreja ou à Reforma.

Como episódios líricos de carácter popular, imprescindíveis em peças vicentinas, temos diversos cantares arcaicos<sup>164</sup>, entre êles o de *Maio florido*, mensageiro do Sol<sup>165</sup>, que vem consolar a menina Lusitânia. Este enfeite vistoso é todavia excedido em valor pelo já mencionado diálogo moralizador de *Todo o mundo e Ninguém* — dois tipos internacionais preexistentes, individualizados porêem pelo Cómico português, com todo o brilho do seu espirito sagaz e sarcástico<sup>166</sup>.

A tantas figuras juntou ainda, como também indiquei mais acima, meia dúzia de deusas pagãs, incumbidas de assistirem ao casamento de Lusitânia, e que, vindas da Grécia, de Roma e de Troia<sup>167</sup>, falam e cantam como ciganas do Egito — certamente também para assim motejar de fantásias e manias lingüísticas de certos Humanistas.

Por cúmulo associa-lhes como capelães dois diabos folgazãos, servos do Deus e Rei apolíneo Lúcifer. Êsses, que escutam e assentam nos seus livros de ementas a conversa filosófica aludida, rezam horas em altares, pelo psaltério de Nabucodonosor, distribuindo benções que são arrenegos extravagantes.

30. Evidentemente o *Auto da Lusitânia* é uma peça festiva e galhofeira, de ingredientes muito variados, cuja caprichosa desordem devia fazer franzir o sobrolho não só a mais de um partidário do estilo nôvo de SÁ DE MIRANDA<sup>168</sup>, mas também a arqueólogos, humanistas e cientistas, como D. MIGUEL DA SILVA, D. PEDRO MARGALHO, JORGE COELHO, LUÍS TEIXEIRA, DIOGO PACHECO, AIRES BARBOSA, D. FRANCISCO DE MELO, GONÇALO VAZ.<sup>169</sup> Alguns ditos escandalizariam também os futuros Inquisidores e Revedores de livros como Oleastro, D. João de Melo, Frei Francisco Foreiro, em vésperas de começarem a sua actividade<sup>170</sup>.

Quanto mais, Príncipes da Igreja, acreditados na côrte portuguesa

e na de Carlos V, em Espanha e Flandres, afim de vigiarem pela manutenção da Fé!

Repito que dos antagonistas, mas também dos amigos da musa vicentina, ALEANDRO receberia facilmente informações precisas a respeito do autor do *Jubileu de amor*, assim como pouco a pouco exemplares das suas peças românticamente cavalheirescas e das farças mais insubmissas. Inclusive do *Auto da Lusitânia*, representado em honra do próprio Infante que vira festejado em Bruxelas, e todos quantos se lhe seguiram até GIL VICENTE pousar definitivamente a pena, retirando-se da côrte <sup>171</sup>.

31. A data 4 de janeiro de 1531, em lugar de 1532, traçada por D. Pedro Mascarenhas na carta publicada por SOUSA VITERBO, contém um êrro de fácil explicação. Ela é resposta às notícias que António Carneiro, secretário de estado de D. João III <sup>172</sup>, transmitira oficialmente ao Embaixador, a respeito do nascimento e da saúde do Príncipezinho D. Manuel.

Aconteceu-lhe o que a todos os mortais acontece em principios de anos novos. Maquinalmente, irreflectidamente repetimos o algarismo que durante trezentos sessenta e cinco dias nos acostumáramos a fixar na nossa correspondência.

Quem quiser exemplos históricos e simultâneos, abra a correspondência de Carlos V e verá que quasi no fim do mesmo mês, a 26 e 27 de janeiro de 1532, o Cesar, ou seu secretário, ainda punha por baixo de rescritos importantes a data errônea de 1531 <sup>173</sup>.

32. Quanto às demonstrações imediatas de regozijo que se realizaram em Alvito <sup>174</sup> já dei a conhecer que tenho em vista um simples sarau, improvisado, com danças, baseando-me no dito de Mascarenhas a Carneiro: *Eu senhor, quisera ser-vos companheiro nos bailes de Alvito*.

Com respeito às festas de Bruxelas também me afasto da interpretação da *Carta* de Mascarenhas, ideada pelo seu descobridor. Distingo entre festas dadas pelo próprio Imperador, irmão de D. Caterina e talvez padrinho do recém-nascido <sup>175</sup>, festas no antigo e imenso palácio de Caulenberg, nas quais D. Pedro Mascarenhas, como representante del-rei de Portugal, guiou a dança, fiando-me na proposição em que ocorrem as palavras *feita que fez Sua Magestade com a nova da nascença de seu sobrinho* — e entre festas celebradas depois pelo Embaixador: *as festas que lhe cá fiç*. Nestas últimas, duplas, celebradas em dois dias sucessivos, conforme lemos na carta de ALEANDRO e no *Genetliaco* de RESENDE, não houve danças de sala, por falta de tempo e do elemento feminino <sup>176</sup>.

Acêrca de todas essas festividades a carta de Mascarenhas é lacónica em extremo, como fôra aparentemente a de António Carneiro. Ambos deixaram ao portador oficial o prazer de narrar tudo: principalmente o de descrever em Lisboa, a D. Caterina e D. João III, o alvoroço com que Carlos V celebrara o desejado herdeiro da coroa portuguesa, «e dele para baixo toda esta côrte com mais contentamento que se fôra seu próprio príncipe».

Com relação a êsse intermediário, chamado António Lópes, ficamos sabendo apenas que êle tivera boas alviçaras do Cesar (400 escudos: um cento além do costumado), em prova da tal alegria e do prazer que não sómente abrangeu a seus vassallos, mas a quantos souberam a boa nova.

Se apesar disso não há na vasta e importantíssima correspondência do Imperador referência alguma aos acontecimentos, que autentique as datas 20 e 21 de dezembro de 1531, a razão está em que tinha ao pé, assistindo com êle às festas, a irmã querida, a enérgica e inteligente D. Maria, viuva do Rei da Hungria, e Governadora de Flandres<sup>177</sup>, como sucessora da grande Margarida, sua tia<sup>178</sup>, à qual se acostumou depois a comunicar, assiduamente, tanto instruções e relatórios políticos, como confidências e desabafos íntimos, de que darei amostra.

33. A data 1532, exarada no frontispício do *Genetliaco* de ANDRÉ DE RESENDE, representa outro êrro. Explico-o do mesmo modo quasi como o lapso de Mascarenhas, embora no caso de RESENDE talvez antes se trate de um verdadeiro êrro de cálculo. A data da impressão é: janeiro de 1533. Esta foi em Bolonha, por motivos que logo indicarei, em casa de João Batista Phaelo, como se vê do fac-simile:

IOANNES BAPTISTA PHAEL  
lus Bononiensis Bononiæ  
Impressit  
Anno Incarnationis Dominicæ  
M. D. XXXIII. Menſe  
Ianuario.

+

Colofone do Poema de ANDRÉ DE RESENDE, relativo às Festas de Bruxelas.

A Epístola Dedicatória em prosa, a D. João III, o Divo, Pio, Feliz, Invicto, ostensivamente guarnecido de todos os títulos de que

D. Manuel costumava acompanhar o seu nome, foi concluída no início do ano: *Bononiae Calendis Januariis MDXXXIII*<sup>179</sup>.

Nela o Humanista que breve havia de pisar de nôvo o solo da patria, após vinte anos de ausência, explica ao monarca porque houvera tanta demora (mais de um ano) na elaboração e publicação dessas congratulações. Para o recomendar eficazmente recorria, em verso, a um nobre prelado, Eborense como êle: D. Miguel da Silva, o Bispo de Viseu que posteriormente suscitou a indignação de D. João III por ter solicitado e conseguido, sem o seu beneplácito, a púrpura cardinalesca, mas então ainda era muito bem visto nos paços de Lisboa<sup>180</sup>.

No mesmo dia santo em que pôs ponto final aos Prólogos, escreveria os dizeres do frontispício, enviando logo à Imprensa as 24 folhas dos opúsculos que desejava imprimir, e mais oito que separadas haviam de constituir outro folheto, no mesmo formato e tipo: a Sátira *De Vita Aulica*, que era o primeiro fruto da sua estada em Bruxelas<sup>181</sup>.

Sentindo-se ainda dentro da era velha que acabara horas antes, e em que por ventura havia começado a escrever, calculava que passara um ano, desde a sua curta estada na capital brabantina: mas, lembrando-se de que já se entrara em 1533, lançou no frontispício a data do ano pretérito: 1532.

E nunca ao reler as composições que foram fruto dos ócios que gozara na companhia de D. Pedro Mascarenhas reconheceu a falsidade dêsse cálculo. O êrro aritmético, a fraude que inconscientemente cometera, nunca lhe pesou na alma<sup>182</sup>. Nunca o emendou. Só defeitos que deturpavam o seu texto latino, especialmente na descrição de festas modernas com lautos banquetes, em que tivera de mencionar infinitas coisas desconhecidas aos antigos<sup>183</sup>.

Na elegante impressão do Bolonhês<sup>184</sup>, feita embora sob os olhos do autor e revistada por êle, houvera positivamente algumas infelicidades e imperfeições de estampa.

No exemplar de que tenho o prazer de me servir, o próprio RESENDE corrigiu no *Genetliaco* não só três gralhas de que se acusa na última fôlha<sup>185</sup>, mas também bastantes outras, descobertas ulteriormente. Além disso, retocou numerosos passos, cujo teor não era estilisticamente impecável, e ilustrou certos vocábulos, alegando a fonte clássica em que os haurira<sup>186</sup>... Mas a data errada das festas, deixou-a inalterada.

Afoitamente digo aqui (e já disse em outros estudos meus, relativos a RESENDE) que as notas manuscritas, a que me refiro, são autógrafas. Não só o conteúdo das correcções, que ninguem podia fazer ou tinha interesse em fazer, mas também a letra autentica-as. O leitor con-

frontera do passo que aqui reproduzo com os fac-símiles publicados por A. F. BARATA e por A. BRAAMCAMP FREIRE <sup>187</sup>.

Vidimus externa fieri spectacula in urbe,  
 Quæ si Romanæ uidissent secula gentis,  
 Arribus his quû maior honos, fortunaq; maior,  
 Plurimus æternos cecinisset carmina uates  
 Duratura dies, nobis nec tanta facultas,  
 Par neq; uis animi, uireis tu suffice, quuius  
 Sentio sub penitis œstrum incaluisse medullis  
 Delie, Cyrrhæo qui quû prorumpis ab antro,

Asinar. Ape queso, u  
 crea ex penitis jam  
 bur.

*Lego potius. Senno per calidas œstræ exardere' medullas.*

Versos do *Genetliaco* corrigidos e comentados pelo próprio ANDRÉ DE RESENDE.

34. Com a evidência de a celebração do natalício do Príncipe D. Manuel em Bruxelas ter sido a 21 de dezembro (e no dia anterior) de 1531, em casa do Embaixador, fica arguido de engano ANDRÉ DE RESENDE, e quem tentou dar por exacta a data MDXXXII no frontispício do *Genetliaco*. P. ex. GOMES MONTEIRO. SOUSA VITERBO, que evidentemente não lera o poema, pois o trata de coisa de pouca monta e julga possível que o Latinista o escrevesse num mês, não se arriscou a tanto <sup>188</sup>.

LEITÃO FERREIRA, que conhecia a fundo as obras de RESENDE e as aproveitou com critério superior, deu a indicação pelo que é: por mero engano, o qual attribue a lapso de pena no original, ou a êrro de impressão <sup>189</sup>.

O ilustre historiador que recentemente publicou as duas redacções da *Vida de André de Resende*, elaboradas pelo consciencioso académico, como contribuição às suas *Noticias Cronológicas da Universidade de Coimbra* <sup>190</sup>, não se conformou com essa explicação. Dando fé aos responsáveis, calcula que as festas, celebradas *junto do Natal*, segundo os dizeres do predecessor, recairiam no próprio dia do Natal, e supõe que RESENDE contava os anos à moda antiga: de 25 de dezembro a 25 de dezembro, rigorosamente pelo nascimento de Jesus Cristo <sup>191</sup>.

A essa suposição, que não nos é dado confirmar com outros escri-



tos do Humanista, concluídos e assinados entre 25 e 31 do mesmo mês<sup>492</sup>, opõem-se as revelações de ALEANDRO sôbre o título e o assunto da peça vicentina e sua representação na Gália Bélgica. Sabendo nós que o *Jubileu de amor* foi encenado em Bruxelas no dia de S. Tomé, quatro dias antes da Noite-Santa, e portanto antes do ano nôvo à antiga, não podemos aceitar a engenhosa explicação. Mesmo se aparecessem documentos resendianos, evidentemente datados à antiga, ficava certo que quanto ao *Genelliaco* êle se enganara, esquecido da verdadeira data<sup>493</sup>.

35. Passo a demonstrar que o poema, relativo a acontecimentos de novembro e sobretudo dezembro de 1531, e impresso em janeiro de 1533, foi escrito no ano de 1532. Para êsse fim tenho de fazer um breve esboço da vida do notável Eborense, seu autor, até a data indicada.

Educado no convento de S. Domingos da sua terra, onde tomou aos dez anos o hábito que só aos quarenta trocou, constrangido, pelo de clérigo secular ou prégador, RESENDE saíra de Portugal pouco depois (1513), afim de estudar línguas clássicas em Alcalá e Salamanca, em Marselha, Aix (onde tomou ordens), e em Paris<sup>494</sup>. Em 1529 mudara para Flandres, com desejos e esperanças de que ERASMO, obrigado pela vitória da Reforma na Suíça a sair de Basileia, acederia aos convites urgentes dos compatriotas, transferindo os penates novamente para o centro brabantino do liberalismo católico onde residira antes de 1521<sup>495</sup>. Esta esperança não se realizou, mas em Lovaina, onde estudou rudimentos de hebraico e cultivou as línguas clássicas, travou relações com professores erasmistas do afamado Colégio trilingüe buslidiano, sobretudo com GOCLÊNIO, RÉSCIO, CAMPENSE, CLENARDO, e elaborou os seus primeiros ensaios poéticos: um *Elogio de Lovaina*, um *Panegirico de Erasmo*, uma *Sátira contra os que estultamente mal dizem das Letras*. E esta foi impressa em Basileia (em casa do erasmista Froben)<sup>496</sup> e enviada ao grande sábio com cartas de adesão.

Os decretos imperiais que em outubro de 1531 renovaram a proibição de discussões públicas sôbre doutrinas luteranas, ameaçando desta vez com multas, exílio, excomunhão também os que lessem livros de ERASMO, afugentaram o Eborense, conforme contei alhures<sup>497</sup>. Aceitando um convite, então ou já anteriormente formulado pelo Embaixador português, êle recolheu-se a Bruxelas, para viver no paço dele e instruí-lo na arte de falar a linguagem então internacional dos diplomatas, indispensável a qualquer orador acreditado junto ao Cesar, ou junto ao Papa.

Contente com o ócio literário que as multiformes ocupações do Embaixador lhe proporcionavam, encantado com a nobreza, rectidão, pureza de costumes e o desejo de aprender do discípulo, RESENDE não pôde ainda assim conformar-se com a inanidade e incomodidade da vida do paço, nem com a cobiça e soberba dos palacianos, a que posteriormente apôs a alcunha de *abutres*<sup>198</sup>. Em novembro já ideara, desiludido, uma Sátira violenta *De Vita Aulica*, cujo manuscrito os amigos se disputavam<sup>199</sup>. Em seguida esboçou o *Poema de S. Vicente Mártir*, padroeiro de Lisboa, ambos para o mesmo amigo<sup>200</sup>. Vieram depois as Festas dos dias 20 e 21 de novembro e as Saturnais do Natal. RESENDE estava firmemente persuadido de que passaria sossegadamente o inverno inteiro na capital brabantina, ensinando e poetando<sup>201</sup>. Mas repentinamente tudo mudou de figura.

O Imperador resolveu convocar finalmente a Dieta, exigida e prometida havia muito, a Ratisbona, afim de definir, segurar e circunscrever a acção de seu irmão D. Fernando, de Áustria, Hungria, Bohémia, eleito Rei dos Romanos a 5 de janeiro<sup>202</sup>. E pôs-se a caminho sem demora. MASCARENHAS, com a sua comitiva, à qual pertencia o Mestre de retórica, teve de acompanhá-lo.

No meio da jornada chegaram novas assustadoras positivas sôbre a invasão da Hungria pelo Gram-Turco Solimão II, e sua firme tenção de renovar o sitio de Viena, debalde tentado em 1529. Contente por os vagos boatos anteriores se haverem consolidado em factos, e afinal poder capitanear pessoalmente uma guerra santa, Carlos V, auxiliado por príncipes católicos e protestantes, entre os quais estabeleceu paz e mútua tolerância religiosa, juntou durante o verão 80:000 (segundo outros, 100:000) extremados combatentes.

O Itinerário de MASCARENHAS e RESENDE é evidentemente o mesmo do Imperador. E quanto a êste, não é difficil fixá-lo, por meio da sua vasta correspondência<sup>203</sup>.

RESENDE chama a longa jornada várias vezes *fábula motoria*<sup>204</sup>; descreve-a como tumultuária, pondo-a em contraste com a vida sedentaria e o ócio literário de que gozara nas Universidades e em Bruxelas. Outras vezes trata-a enfaticamente de expedição bélica contra os Turcos ou de campanha de Hungria (*pannonicam illam in Turcas expeditionem*)<sup>205</sup>, exagerando, ou não, os perigos a que se viu exposto nessa peregrinação involuntária aos confins da Germânia<sup>206</sup>.

36. A 17 de janeiro partiram de Bruxelas. Pararam em Colónia de 25 a 27 do mês. Passando por Bona, Andernach, Coblenz, Maguncia e Speyer (Spira) chegaram a Ratisbona no último de fevereiro. Aí estacionaram cinco meses. A concordata com os Protestantes, estabe-

lecida a 23 de junho, foi sancionada a 2 de agosto, e conduziu à paz de Norimberga (28 de agosto). Partindo a 2 de setembro, atingiram Viena no dia 23, já informados, a meio do caminho, de que o Gran-Turco, rebatido de Güns e atemorizado, havia levantado o sítio.

Por isso o Imperador, revolvendo no espírito, sempre activo, novas combinações políticas, não se demorou senão dias na formosa Rainha do Danúbio<sup>207</sup>.

Encarreirando com um séquito relativamente pequeno pelo Friaul e norte da Itália<sup>208</sup>, chegou a Bolonha, para mais uma vez se entrevistar com o Papa Clemente VII que o coroara aí mesmo em 1530. De 13 de dezembro até 24 de fevereiro detêm-se na cidade de Bartolo e Baldo com negociações políticas. Em Génova, onde estaciona até 9 de abril, embarca numa galera de André Dória que o conduz ao Rossilhão<sup>209</sup>. Pela posta vai finalmente a Barcelona, onde se encontra a 22 do mês com a Imperatriz D. Isabel de Portugal e seus filhinhos: D. Felipe, nascido em 1527, e D. Maria, mais nova um ano.

Creio que só lá, em território espanhol, onde Portugal tinha outro representante, e onde novos cuidados esperavam o Imperador, D. Pedro se separaria dele.

Ignoro as condições em que ANDRÉ DE RESENDE atravessou a península<sup>210</sup>. Já ouvimos que em 1 de outubro de 1533 estava em Evora, ao serviço do Infante Cardeal D. Afonso.

37. RESENDE tivera portanto duas vezes férias: ócio literário, *otium cum dignitate*: quatro a cinco meses em território germânico; e dois na Itália.

Em Bolonha imprimiu tudo quanto se referia a Bruxelas e à expedição do Cesar: tanto a Sátira sobre a Vida do Paço, como as duas homenagens com que tencionava recomendar-se a D. João III e Carlos V, antes de se estabelecer definitivamente na Península — *pedem figere in curia regum* — quer em sinecuras prelatícias, quer como Mestre dos Infantes<sup>211</sup>.

Em Ratisbona<sup>212</sup>, durante os preparativos bélicos do Imperador contra o Gran-Turco, nasceram, a meu ver, primeiro o *Genetliaco*, e depois o *Epicédio*.

A longa e dificultosa descrição das festas de Bruxelas, não a podia elaborar de modo algum no desassossêgo da jornada, sem consultar a sua Biblioteca Clássica. Êle próprio assim o confessa, indirectamente embora, quando alardeia, como homem pacífico e erudito de gabinete, os distúrbios da expedição bélica<sup>213</sup>.

E o pranto — *Lutuosa* como oposto daquela *Gaudiosa* — é, pelo assunto, posterior a 11 ou 12 de agosto, pois foi num desses dias

que faleceu o joven pranteado, D. João da Dinamarca, sobrinho do Cesar, e por êle amado e acarinhado como se fôra seu filho carnal.

Importava a RESENDE angariar protectores, e obsequiar amigos de vulto, com que se relacionara em Espanha, França, Flandres, Alemanha e Itália, e dar-lhes provas da sua sabedoria e arte. Importava-lhe receber deles cartas de agradecimentos, com louvores que pudesse apresentar, visto que as suas estreias (o *Elogio de Lovaina*, o *Panegirico de Erasmo*, a *Sátira contra os que maldizem das Letras estultamente*, e a prosa máscula em que narrara os feitos de Diu), talvez não as tivesse distribuido, como novato, tão pródiga e sistematicamente como convinha, e como em Bolonha fez com as impressões de Phaelo <sup>244</sup>.

38. Voltemos a essas. Primeiro ao *Genetliaco* e às festas de Bruxelas, nele descritas.

Resumindo os oitocentos hexâmetros de RESENDE, substituíamos, mediocrementemente embora, a narrativa circunstanciada, feita de viva voz na côrte portuguesa por António Lopes depois do seu regresso, pelo menos na parte que diz respeito aos festejos do Embaixador, visto que nem ALEANDRO nem Mestre ANDRÉ assistiram às do Cesar. Só o Embaixador; e talvez António Lópes.

Já sabemos que os festejos de D. Pedro de Mascarenhas, duplos, foram inauditos de luxo e de magnificência; e também que, longe de serem eco dos com que em Portugal comemoraram o nascimento do Príncipe D. Manuel, a representação do *Jubileu de amor* precedeu a do *Auto da Lusitânia*.

Na Introdução RESENDE, que saíra de Portugal ainda no reinado de D. Manuel, e se dirigia pela primeira vez ao sucessor, promete exaltar o divo D. João III em futuros trabalhos maiores. Na ocasião vai felicitá-lo apenas pelo nascimento do herdeiro da corôa. Para o fazer condignamente, invoca o favor das Musas.

Do mês, inclemente em regra, em que o neto de D. Manuel viera ao mundo <sup>245</sup>, passa aos frios e nevoeiros da nevosa Bélgica, para afirmar que as agruras boreais não foram capazes de apagar o ardor do regozijo na alma dos portugueses assistentes. *Omnia vincit amor; nam quid frenaret amorem?*

O Cesar achava-se em Bruxelas quando chegou a fausta nova, logo transmitida pelo embaixador, e acolhida com alegria tumultuosa pela côrte <sup>246</sup>.

Começam logo os preparativos para os banquetes. No dia fixado <sup>247</sup> o embaixador, com esplêndida comitiva, vai à noitinha ao paço buscar o Imperador, e sua familia. Nas ruas, iluminadas com tochas

e outros meios de iluminação, a mocidade lusitana executa danças bélicas, acompanhadas de música instrumental e de cânticos: *ob Caesaris ora Lusitana coors patrias edocta choreias itque reditque*.

Chegado à embaixada, o Cesar, vestido de púrpura, vê da janela os jogos da multidão que disputa entre si prémios, destinados a quem, trepando ao cume de pirâmides com fogo de artifício, as incendeie primeiro, ou vença em outros exercícios desportivos.

Entrando nas salas, decoradas com bustos (de gêsso?) e com pinturas alegóricas — uma representava a justiça, outra a fôrça ou Hércules — Carlos V admira tudo, antes de se sentar à mesa, ao lado da irmã D. Maria, Rainha viúva da Hungria e Governadora de Flandres, com os juvenis sobrinhos dos dois: o príncipe da Dinamarca e duas irmãs dele; alguns grandes (*de primoribus aulae selecti pauci*) e o embaixador.

A certa distância em outra mesa ficam as damas da Rainha. Mais ninguêm.

Em pé, cincoenta portugueses. Entre êles nomeia dois: Martim Ferreira e DAMIÃO DE GOES. Claro que RESENDE também lá estava, afim de poder descrever o que presenciara.

No banquete houve primeiro vinhos variadíssimos <sup>248</sup>, e inúmeros pratos de aves e carnes, alguns com surpresas engenhosas. Um papagaio sai de um pastelão e saúda o Imperador, gracejando. Um periquito senta-se nos ombros e nas mãos da jovem Rainha-viúva. Fala-lhe também, e beija-a.

Emquanto se desocupa a mesa, e se instala de nôvo com hortaliças, acepipes, frutas, doces, reбуçados, os convivas são divertidos com um entremês vistoso e galante: o *Triunfo de Cupido*, representado pelo duque Miguel de Velasco, certo Alfonso de (ou da) Silva, belo como o amor, e mais vinte mancebos de formosura peregrina. Indirectamente as damas e princesas entram neste entremês.

Nessa segunda mesa havia, entre muitas outras coisas, azeitonas, cardos de Beja, marmelos de calda, mel de Évora, murcelas, avelãs, maçapão, figos de comadre, enfeitados de amêndoas, cidrão, pêssegos, açúcar rosado, confeitos da Ilha da Madeira <sup>249</sup>.

Entretanto, e ainda depois de Carlos V ter voltado ao seu palácio, a multidão continuava a entreter-se na rua, dessedentando-se com vinho português, extraído com sifão de quatro pipas enormes. De uma panela, cheia de moédas, se distribuíam liberalmente recompensas aos que se distinguissem em habilidades báquicas.

No dia imediato os divertimentos foram sobretudo circenses, jogos de cana e de argola, corridas de cavalo, etc. À noite houve segunda ceia: a de ALEANDRO. De uma liteira, levada por seis moços, e

acompanhada de quatro oradores, apeia-se o venerando Lourenço Campeggi, octogenário, de cabelo alvo e farta barba, igualmente branca, que se destaca lindamente da veste purpúrea, nuncio residente enviado pelo papa Clemente VII para vigiar pela unidade da Igreja — *quem bonus Augusto, pro relligione tuenda In contemptrices sacrorum crimine gentes Non fando Clemens legarat ab urbe Quirini*. Vieram depois todos os próceres, moradores da côrte, que não haviam tomado parte na festa do Cesar: italianos, castelhanos, belgas, alemães e portugueses. A mesa estava posta com o mesmo luxo da noite anterior. Como entremês, houve um cortejo de bacantes e sátiros que com tirsos na mão, dançando e saltando, entoavam o seu *Evoe Bacche! Evoe!*

Depois dêsse Introito, representou-se a comédia de GIL VICENTE.

No fim o autor conta como, por ordem do embaixador, foram reconduzidos à frota, que invernava nos portos flândricos e britânicos sob o mando dum João de Lima, os da tripulação que tomaram parte nos festejos.

39. O *Genetliaco* é um dos escritos menos conhecidos do Ebo-  
rense<sup>220</sup>, por ter sido impresso uma só vez, fora do reino, em poucos exemplares, distribuídos, a meu ver, acto continuo e largamente entre protectores e amigos.

Erram os que afirmam que figura na edição das *Obras* de Colónia (de 1600) e na sua quasi fraudulenta reimpressão de 1613<sup>221</sup>. Os irmãos Rodrigues, de Évora, riquíssimos e cultos negociantes de Antuérpia, que coleccionaram todas quantas antiguidades, orações, epístolas, histórias e poesias de RESENDE encontraram — *quotquot reperire potuerunt* — conheceram aparentemente um só exemplar truncado dos textos publicados em Bolonha, visto que incluíram na sua edição o *Epicedion* com a *Ode*, e a *Vida Áulica* com o prefácio, mas não o *Genetliaco*.

Ainda assim, é certo que, no mesmo ano de 1600, SEVERIM DE FARIA tinha um exemplar na sua opulenta livraria. Talvez o mesmo que subsiste na Biblioteca Nacional<sup>222</sup>, e foi examinado por A. BRAAM-CAMP FREIRE: fora do nosso, o único de que hoje se saiba<sup>223</sup>.

Bem merecia que alguém o divulgasse, acompanhando o texto latino de uma versão integral, traçada com pênna tão elegante como a do tradutor moderno da *Eneida*.

Os versos relativos a GIL VICENTE foram reproduzidos numerosas vezes por escritores nacionais e estrangeiros, conforme disse.

Infelizmente saíram sempre deturpados<sup>224</sup>, de sorte que o fac-símile, intercalado no parágrafo inicial dêste estudo, e a transcrição

pontuada e ortografada que dou aqui, o apresentam pela primeira vez em forma correcta.

Cunctorum heinc acta est magno comoedia plausu  
 Quam lusitana Gillo, auctor et actor, in aula  
 Egerat ante, dicax atque inter vera facetus —  
 Gillo, iocis levibus doctus perstringere mores,  
 Qui, si non lingua componeret omnia vulgi  
 Et potius latia, non Graecia docta Menandrum  
 Ante suum ferret, nec tam romana theatra  
 Plautinosve saleis lepidi vel scripta Terenti  
 Iactarent: tanto nam Gillo praerit utrisque  
 Quanto illi reliquis, inter qui pulpita rore  
 Oblita Corycio digitum meruere faventem.

Que o aplauso não foi incondicional, sabemos-lo hoje. A nota que a comédia já fôra representada em Portugal nos paços régios, concorda com o que os convidados de Mascarenhas contaram ao Legado romano.

40. O *Epicedion Rapto Daciae Principi — Ad Cæsarem* — e a *Ode* ligam-se intimamente ao *Genelliaco*.

O *puer miserrimus*, flor gentilíssima cortada antes do tempo, belo como Adonis e nôvo como êle, pois nem mesmo completara três lustros, é aquele sobrinho de Carlos V e de D. Maria de Áustria e Hungria, sobrinho portanto também da rainha de Portugal, que assistira com suas irmãs, a 20 de dezembro, à ceia festiva do embaixador português, e acompanhara o Cesar, para na santa guerra contra o Turco se estrear como cavaleiro de Cristo. Sucumbiu em Ratisbona (a 11 ou 12 de agosto) a uma doença intestinal, causada pelos calores do estio, e fadigas da viagem.

D. João, Cristina, Doroteia eram a prole duma das filhas de Joana, a Louca — D. Isabel, mulher de admiráveis, suavíssimas qualidades femininas — e de Cristiano II (*Cristiern*): aquele rei da Dinamarca, Suécia e Noruega (1481-1559) que, pelas reformas sociais com que enérgicamente beneficiou o povo e a burguesia, foi chamado o *Legislador*, mas, pela bárbara ferocidade vingativa com que decapitou noventa e quatro nobres revoltados no «Banho de Sangue de Estocolmo», mereceu o sobrenome de «Nero do Norte». Sempre ocupado de magnas empresas, mas character problemático, ora protestante, ora católico, de temperamento infrene, protagonista de dramas de amor e de sangue, descontentou os seus povos a ponto tal que o destronaram, após dez anos de um reinado tempestuosíssimo (1513-23)<sup>225</sup>. Fugindo para Flandres com toda a família, promoveu

lá revoltas e distúrbios que descontentaram o Imperador <sup>226</sup>. Invadindo o seu reino foi preso em 1532. Recluso primeiro em Sonderburg, passou depois á meia-prisão de Kalundberg, onde faleceu.

D. Isabel, que não conhecera da vida de Princesa e Rainha senão as amarguras, morrera a 19 de janeiro de 1526. As governadoras sucessivas de Flandres, e o Imperador, criaram os sobrinhos com verdadeiro amor de pais. A triste sorte de D. João comoveu o último profundamente.

Eis um trecho da carta que na ocasião dirigiu a D. Maria:

...Ceste ne sera sinon pour vous avertir de la perte que avons faite de nostre petit neveu de Dennemarcke, lequel il a pleut a dieu de prendre avanthier dimanche matin, apres avoir eut VIII jours entiers le flus de ventre. Ce ma este ung aussi grand depesir que saurois avoir; car cestoit le plus joli petit garson, qil estoit possible de veoir pour son eage. Je lai autant senti que je fis la perte de mon filz; car je le congnoissois plus et etoit ja plus grand, et le tenois comme pour tel. Toutesfois il se faut conformer avec la volonte de dieu; et combien que sais, il pouvoit ordonner le semblable en tous lieux; si nai je peu de regres de penser que, si je leusse lesse en ces pays de dela, que peut estre il ne fut avenu; au moins le pere ne faudra a le dire. Je crois que vous savez ou lon dit quil est. Si dieu non est offence, je voudrois quil fut au lieu de son filz bien receu au royaume. Toutesfois, sans vouloir juger, peut estre quil na merite y estre et que le petit rustre est mieux que ou je le souhaite et quil se mocque bien de moy du souhait que lui fais, outre quil navoit fait de grans peches. Il est si tres bien mort que quant il en auroit fait autant que moy, se auroit il grand espoir au salut de son ame, car en mourant il croit Jesus. Jescrrips a mes petites nieces comme verres pour reconforter. Je suis sehur que de vostre couste feres le semblable. Il ny a autre remede que de leur trouver deux maris <sup>227</sup>.

Breve cumpriu a promessa dada, guiando-se todavia, como em todos os seus actos, por considerações políticas. Cristina, com apenas onze anos e meio, teve de dar a mão de esposa a Francisco Sforza, Duque de Milão, ainda em 1533 <sup>228</sup>. Doroteia casou em 1535 com o Conde Palatino Frederico <sup>229</sup>. O príncipe D. João foi sepultado em Flandres, ao pé da mãe.

Ignoro como Carlos V acolheu e recompensou os (101) hexámetros do Português.

41. O poema *De Vita Aulica* (ou da Vida do Paço, como a comédia perdida de GIL VICENTE), escrito por ANDRÉ DE RESENDE, como torno a lembrar, em Bruxelas, após um mês de permanência no paço e de convivência com os mesmos cortesãos que figuraram nas festas, tem muito mais substância do que os lamentos, elegantes mas convencionais, sobre o sobrinho do Imperador. E contrasta com êle e com o *Genelliaco* quanto à intenção e quanto ao estilo.



Dirigido a dois amigos íntimos<sup>230</sup> é o desabafo satírico dum bom caricaturista, não destinado a ser logo divulgado pelo prelo.

Na dedicatória diz a um dos dois: Se tu não deixas de pedir e eu não acabo de negar, acontecerá, oh Pedro, que nos tribunais da crítica nos condenem, a um como molesto e ao outro de teimosíssimo. O modo mais digno de dirimirmos a contenda será dar-te eu aquilo que reclamas — aqueles versos em que, com pênna talvez um tanto licenciosa, descrevi esta côrte... Não te descuides todavia: pessoa alguma hade levar para fora do recinto, em que vives, êsses versos jocosérios. Se porêem não te contentares com a minha acquiescência aos teus desejos, e com a possibilidade de te rires a sós contigo; se preferes comunicar a tua hilaridade a alguêem, então escolhe pelo menos um amigo bom e leal. Se não procederes assim, lembra-te de que «o boi malino tem feno nas pontas».

No poema, que ainda assim imprimiu, mas longe de Bruxelas, descreve os costumes dos cortesãos, deixando-se levar pelo seu espirito crítico, e pelo seu temperamento rústicamente comodista, pouco afeiçoado a reservas e às fórmulas cerimoniaças da diplomacia<sup>231</sup>, diverso neste ponto do seu amigo e futuro colega, o flamengo NICOLAU CLENARDO, que rindo citava em cartas escritas na côrte portuguesa a sentença horaciana *Principibus placuisse viris non infima laus est*.

Transgredindo as leis da natureza, êles fazem da noite dia, e do dia noite. Chamado tarde, RESENDE dá uma liçãozita ao seu discípulo. Ao meio dia, há jantar. Quando há lugar, toma parte nele. Silencioso tem de ouvir as lisonjarias e mentiras, os mexericos e as petarolas jatanciosas que cada um dos comensais profere.

¶ No nosso exemplar o autor inscreveu, na margem, os nomes dos cortesãos que lhe serviram de modêlo. Quási todos são castelhanos. Aquele que enfáticamente elogia as terras de Portugal, tratando-as de campos elísios e região divina, é o médico italiano Narciso<sup>232</sup>. Os *milites* que fanfarroneando contam feitos bélicos dos seus antepassados, são os Quixadas. O que fala com demasiada e indecorosa liberdade de casos de amor, é certo Alfonso da Silva, o mesmo seguramente que *procero corpore et ore* capitaneava vinte efebos no dia 20 de dezembro, no *Triunfo de Amor*. Outro que vestido militarmente, as mãos cruzadas nas costas, mais feio que Polifemo, o perseguidor de Galateia, narra aventuras desportivas, chama-se D. Pedro de Guzman. Aquele que, depois de haver enchido vorazmente a enorme pança, dá ordens com voz estentórica, é o vaidosíssimo Micer Cifr. (?) de Valença<sup>233</sup>. Com especial antipatia RESENDE se espraia sobre as dissertações repugnantes do gordo Dr. Lobera de Avila, a respeito de doenças e doentes e livros seus de medicina<sup>234</sup>,

para, exasperado, enunciar novamente queixas e imprecações contra a vida áulica, e contra aquele que o induziu a tentá-la:

at tamen odi

Hanc vitam, et diris qui me illi primus adegit  
 Devoveo. Quis enim fastidia, vel probus aulae  
 Vel simplex tulerit? quis tam feliciter unquam  
 Vixit et innocuus quem non conroserit aula  
 Dente malo? . . . . . cui  
 Candida simplicitas placeat magis, exeat aulam!

Quem seria? De modo algum D. Pedro Mascarenhas, pois enaltece o seu character e as suas virtudes. Aludindo aos progressos dele — *balbutit adhuc, sed scribit et audet* — menciona os próprios estudos seus, nocturnos e matutinos, os seus ensaios poéticos, e as visitas que fizera aos amigos de Lovaina <sup>235</sup>.

A última página do opúsculo é preenchida com duas felicitações ao destinatario SPERATUS MARTIANUS FERRARIA, por êle ter acorrido espontâneamente a Ratisbona, enlistar-se no exército contra o Turco, mal ouvira boatos do sitio que ameaçava Viena <sup>236</sup>.

\*

Resta-me caracterizar com leves traços mais alguns dos principais vultos que tiveram parte, directa ou indirecta, nas festas celebradas em acção de júbilo pelo nascimento do presuntivo herdeiro da corôa de Portugal.

42. D. Pedro Mascarenhas <sup>237</sup> é um dos representantes típicos do Portugal de 1500 a 1550. Da nobreza da sua geração dá ideia adequada a inscrição lapidar da sepultura marmórea de seu pai na capela-mór do Espinheiro, a par de Évora que copio sem servilismo ortográfico: Aqui jaz o magnifico Senhor D. Fernam Martinz Mascarenhas, capitão-mór dos ginetes del rey D. João II e del rey D. Manuel o primeiro, e do seu conselho, alcaide-mór de Montemor-o-Novo e Alcacer do Sal, Senhor de Loure, e comendador da comenda mór de Mertola e Almudouvar, varam mui esforçado: seus serviços foram dinos de grande memoria: faleceo em Almudouvar a 13 de n. de 1501 <sup>238</sup>.

Na puericia, pagem (menino) da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, princesa de qualidades notáveis, apesar de alguns defeitos. Militou na mocidade, como todos os fidalgos, na África. Por suas proezas, a que RESENDE alude nos elogios da *Vida Áulica*, pondo em

contraste a sua heroicidade nos campos de batalha e a extrema benignidade e suavidão das suas maneiras <sup>239</sup>, mereceu, além das comendas obrigatórias, o generalato das Naos e Galés. Nessa qualidade levou a Saboia a Infanta D. Beatriz <sup>240</sup>. Além disso teve na côrte o pôsto de estribeiro-mór que vendeu ao Conde de Vidigueira, e o de alcaide de Castel-Novo e Trancoso.

Como homem, em tudo digno da confiança del-rei pela sua lealdade, destreza e capacidade, foi mandado ao Império (1531-33), indo com Carlos V, como sabemos, de Bruxelas a Ratisbona, Viena, Bolonha e Barcelona, sempre com aquele aparato e aquela ostentação e liberalidade, que era usual em embaixadores portugueses <sup>241</sup>.

Em 1535 acompanhou o Infante D. Luís a Tunis. Talvez tivesse parte no plano, aliás passageiro, do Imperador, de casar esse notável filho de D. Manuel com a princesa D. Cristina de Dinamarca?

De 1538 a 1541 representou Portugal na capital do orbe católico, verdadeiro purgatório para êle. É o período melhor conhecido e mais fecundo da sua vida <sup>242</sup>.

Trabalhando a favor das ambições político-religiosas de D. João III, com relação à Inquisição e à nomeação do Infante D. Henrique para Inquisidor-mór (em lugar do demasiadamente brando bispo de Ceuta, Frei Diogo da Silva), mas também contra D. Miguel da Silva, e contra as duas décimas das rendas eclesiásticas impostas pela Cúria, ele documentou, a par de rara e apropriada energia, grande agudeza de espírito e um profundo conhecimento de homens e coisas, sobretudo nas negociações difficilimas com o Papa Paulo III, cuja cara de «raposa matreira» lhe inspirou a êle e a Francisco de Holanda curiosas considerações fisionómicas <sup>243</sup>.

Tendo lá por confessor a Inácio Loiola, ficou impressionado com o zêlo ardente, as doutrinas e a arte de disciplinar do fundador da Companhia de Jesus, a ponto tal que persuadiu seu rei a servir-se dela para dilatar e intensificar a fé no Oriente e Ocidente. Foi Mascarenhas quem trouxe os primeiros jesuitas a Lisboa: entre êles Francisco Xavier, que muitos serviços prestou na India, e Simão Rodrigues, que ficou na capital, onde não actuou beneficemente nas consciencias e nos costumes.

Posteriormente D. Pedro foi nomeado aio e mordomo-mór do último dos três infantes, jurados debalde herdeiros da coroa: o príncipe D. João, entre cujos mestres figuravam Simão Rodrigues e Frei João Soares. Depois do seu falecimento prematuro aceitou, apesar da sua idade avançada, o cargo de governador da India, morrendo todavia antes de o seu triénio acabar. Mui inteiro na justiça, de grande isenção e de vida pura <sup>244</sup>.

Em Roma fôra testemunha da intimidade de Francisco de Holanda com Miguel Ângelo. O artista apela ao seu testemunho para dizer aos portugueses três coisas: camanha coisa era, e quam difficil, falar ao gigante florentino; o apreço em que esse tinha o Livro das coisas da Italia, desenhadas por Holanda; e como este obteve licença para pintar a óleo, para a rainha D. Caterina, a preciosa face do Salvador, do quadro de S. João de Latrão, atribuído pela lenda a S. Lucas.

43. De ALEANDRO só direi o preciso para que se compreenda, mas não se exagere, a importância da sua sentença condenatória quanto ao *Jubileu de Amor* de GIL VICENTE.

JERÓNIMO ALEANDRO (1480-1542), oriundo do lugar da Mota, na Marca de Treviso, era um dos mais eruditos humanistas italianos<sup>245</sup>. Formado em filosofia, teologia e medicina, dedicou-se sobretudo ao estudo das línguas clássicas. Foi o primeiro que em Paris, onde chegou a ser reitor da Universidade, ensinou humanidades helénicas (1508-1513).

Os seus livros exerceram grande influência científica e pedagógica<sup>246</sup>. Com o seu *Lexicon Graeco-Latinum*<sup>247</sup> beneficiou os estudiosos do mundo culto inteiro. Entre os seus discípulos avulta Rutgero Rescio, primeiro professor da língua de HOMERO no Colégio trilingue buslidiano de Lovaina. E como esse fosse mestre de CLE-NARDO, autor insigne das *Institutiones* e *Meditationes*, que pela sua vez serviu de instrutor aos filhos de D. Manuel, sobretudo ao cardeal Infante D. Henrique (de 1533 a 1535), o seu método de ensino actuou também neste extremo Ocidente<sup>248</sup>. Antes de ser chamado a Paris, já fôra secretário de Cesar Bórgia; depois foi chanceler do bispo de Liège (1513), e bibliotecário do Vaticano (1516). Passou comtudo a ser um dos principais agentes defensores da Cúria, talvez o mais activo e fanático de todos, desde o momento em que LUTERO hasteou a bandeira da rebelião germânica contra Roma e os romanistas. Nessa luta tremenda prestou serviços tais nas perigosas missões de 1520, 1531 e 1538, que foi recompensado por Clemente VII com o título de bispo de Brundusio (Brindisi) e feito cardeal por Paulo III<sup>249</sup>.

A sua actividade diplomática culminára logo nas primeiras missões. Depois de haver seguido o Cesar, pelo Rheno abaixo, na sua viagem de coroação, como portador de cartas e bulas contra LUTERO e ULRICO VON HUTTEN, com licença imperial para as publicar no património borgonhês, e para queimar os escritos dos dois, conseguiu no ano imediato, na Dieta da Worms (Vormacia), pela veemencia do seu famigerado discurso inicial de três horas, e pelas suas artes diplomáticas, com dificuldade embora, a condenação de LUTERO. Na viagem de

1531, a da sua assistência em Bruxelas, já não pôde estorvar a paz religioso-política de Norimberga entre protestantes e católicos.

De eloquência impressionante, ora elegante, ora violentíssima, conforme convinha, manejava também a invectiva com arte notável, sendo comtudo vencido nêsse campo da agressiva e insultante hipérbole retórica pelo próprio LUTERO — o polemista mais vigoroso e mais grosseiro do seu tempo e talvez de todos os tempos —, e por seu fidelíssimo porta-bandeira ULRICO VON HUTTEN, aristocrata audaz, que como humanista foi poeta e panfletário notável, não autor mas inspirador das irónicamente impetuosas epístolas *Obscurorum Virorum (Dunkelmänner-Briefe)* <sup>250</sup>, e como carácter de nobilíssima isenção <sup>251</sup>.

Prometi dar amostra do estilo dos três. Desisto todavia. Prefiro citar apenas as obras a que o curioso pôde recorrer. E vou alegar dizeres críticos dos competentes: uns coevos, de ERASMO, outros, modernos, do último biógrafo católico de LUTERO.

ERASMO, ligado por amizade e reconhecimento a ALEANDRO, que o ajudára quando, como corrector na casa veneziana do cultíssimo Aldo Manucio, editou os seus *Adágios*, indignado todavia posteriormente pelo seu procedimento desleal contra LUTERO e contra êle próprio, chama-o entre outras coisas «não escrupulosamente verdadeiro» (*non superstitione verax*) <sup>252</sup>, vingativo (*satis odiosus*), e diverso na presença e na ausência: *absens alius est quam præsens* <sup>253</sup>.

GRISAR caracteriza-o como acusador zeloso em demasia (*übereifriger Ankläger*) <sup>254</sup>.

Em suma: o prelado que denunciou GIL VICENTE como propagador de heresias e inimigo da fé, era um partidário incondicional de Roma, um diplomata, um politico, advogado da obediência cadavérica não só à Igreja, mas também aos pontífices, e que se servia de todos os meios para os fins que considerava bons, dizendo com o autor das Cartas Provinciais: *Nous corrigeons le vice du moyen par la pureté de la fin*; mais papista que o próprio papa, um dos inúmeros Macchiavelos que houve antes de Loiola.

Note-se ainda que muitos o trataram e tratam de cristão-novo.

44. Quanto a ERASMO, claro que também me restrinjo às suas relações com Portugal e Portugueses.

Assim como ALEANDRO fôra admirador de ERASMO, até reconhecer pelos actos e escritos do reformador, que este só chocava os ovos póstos <sup>255</sup> pelo sabio de Rotterdam, assim ERASMO, ex-monge como LUTERO e como RESENDE, foi a principio admirador de LUTERO. E com ele tinha de facto, como lutador contra o obscurantismo medieval, muitas ideias de comum, anti-monásticas e anti-escolásticas, liberais portanto.

E como ALEANDRO começára, ainda assim, perto de 1520, a insistir na Cúria pela condenação dos escritos de ERASMO, assim ERASMO afastou-se de LUTERO na mesma ocasião, censurando actos da sua vida, e combatendo ideias dêle na magna controvérsia sobre o livre arbitrio<sup>256</sup>, demonstrando em público que, se como cientista era livre-pensador, como teólogo e crente, tibio embora em práticas, se sujeitava aos mandamentos e dogmas da Igreja. Odiando tumultos e motins, condenava portanto a Reforma. Odiava mesmo toda a violência em controvérsias, fraco de corpo (ou corpúsculo) e de alma, enérgico e claro só quanto ao pensar<sup>257</sup>.

Combatido e hostilizado pelos obscurantistas e pelos romanistas fanáticos, continuou a ser lido, aplaudido, adorado, lisongeador por todos os progressistas de ambos os campos, mesmo depois de alguns escritos seus terem sido proibidos, e de ele em pessoa se ter mudado de Basileia para Friburgo. Até morrer era DIVUS ERASMUS, o gram-mestre de todos os verdadeiros humanistas, oráculo do seu tempo. Os estudiosos humildes procuravam seu auxílio e conselho; prelados, eruditos e artistas honravam-se com a sua amizade. Um bilhete dele era título de glória. Papas (como Leão X) deleitavam-se com a leitura das suas obras. Os reis de França e Inglaterra, a Bélgica, a Suíça, a Polónia, a Austria, as universidades italianas, a Hespanha solicitavam a sua presença, prometendo-lhe opimos rendimentos. Carlos V nomeou-o conselheiro.

Claro que também teve veneradores em Portugal. Relacionado cedo com alguns dos que estudavam na Itália (como os Teixeira e Henrique Caiado), olhava, como todos, com interesse vivo para o «pequeno reino» que ia descobrindo e conquistando mundos. Gabando a Lusitânia, de dia em dia mais florescente, dedicou a D. João III em 1527 um livro eruditíssimo (o *Chrysostomo*) com longa epístola de louvores<sup>258</sup>. Por isso não é de estranhar que, apesar da sua insistência pela introdução dos Tribunaes da fé e da censura, esse rei ainda pensasse em 1533 em chamar a Portugal o autor da admirável *Instituição de um Príncipe cristão*, do *Enchiridion*, da Paraclese ou Exhortação ao *Estudo da filosofia cristã*, entusiasmado pelos elogios que ANDRÉ DE RESENDE e DAMIÃO DE GOES lhe tributavam.

Estes dois são os portugueses com que mais intimamente se relacionou, por intervenção de amigos comuns de Lovaina, como GOELENIO e RUTGERO RESCIO<sup>259</sup>. Com ambos simpatizava.

De DAMIÃO DE GOES sabemos todos que em Friburgo (1533) foi durante cinco meses hóspede de ERASMO e que, afastado dele e da Suíça, afim de não ser envolvido em questões religiosas, e também para aprofundar o estudo das humanidades<sup>260</sup>, acorreu de novo de Pádua,

chamado pelo mestre, que expirou em seus braços a 12 de julho de 1536<sup>261</sup>.

Quanto a RESENDE, as relações ficaram, a descontento de ambos, exclusivamente literárias, embora houvesse de parte a parte afinidade de génio e terna afeição.

Já sabemos que o Eborense fôra a Lováina na esperança de poder sentar-se aos pés do Mestre, quando este se viu obrigado a mudar de domicílio, por causa da victória da reforma na Suiça. Lá mesmo escreveu, além do *Encomium Lovaniæ*, o entusiastico *Encomium Erasmi*<sup>262</sup> a 13 de fevereiro de 1531. Em acção de graças recebeu uma formosa carta que muito o devia alegrar e que comunicou aos amigos<sup>263</sup>. Agradecendo, assombrado, o flagrante amor de que o via inflamado, inspirado por Deus, ERASMO gaba o ânimo cândido de RESENDE, louva a elegancia da poesia que queria mais extensa ainda, diz suspeitar certa afinidade de indole e génio entre os dois, e deseja imenso conhecê-lo *de visu*<sup>264</sup>.

RESENDE, ocupado com o *Vicente* e a *Vida Aulica*, obrigado a instruir D. Pedro Mascarenhas em Bruxelas e na Jornada de Hungria, só torna a escrever de Ratisbona, provavelmente depois de ter concluido as novas composições, e pouco antes de sair daí. Por isso, sem poder indicar o seu endereço<sup>265</sup>. De Bolonha remete o *Gene-tliacon* e, salvo erro, tambem os versos satíricos sobre a Vida no Paço. ERASMO, ignorando a sua residência, persuadido de que na patria ele fôra elevado logo a altos cargos, exprime a GOES a sua admiração pela vivacidade da descrição das festas a que um e outro haviam assistido em Bruxelas:

«Desejo imenso saber onde pára e o que faz o nosso RESENDE, o homem mais cândido que conheço, de quem não mereço nada, nem vejo o que jámais possa merecer. *Li a poesia, na qual descreve as pomposas festas de Bruxelas, celebradas pelo nascimento de um filho varão do seu rei.* Nela pinta tudo tanto ao vivo, pondo-o diante dos nossos olhos, que muito mais vejo pelos seus versos do que se estivesse presente. Reli a carta que me dirigiu de Ratisbona, a que não respondi então porque ele estava fazendo uma fábula motória (= era actor numa f. m.)<sup>266</sup>. Logo que souber onde pára, e logo que a minha mão direita esteja boa (livre de gota) escrever-lhe hei copiosamente».

Parece que RESENDE não tornou a escrever-lhe de Portugal.

Louvou-o comtudo no discurso *De Sapientia* que recitou em Lisboa em 1534<sup>267</sup>, e depois do falecimento do sabio chorou a sua morte em diversas poesias e epistolas, comemorando a sua sagacidade e sabeloria, em conversas com CLENARDO, JOANA VAZ, DAMIÃO DE GOES<sup>268</sup>.

ERASMO resentira-se todavia da sua mudez. Por duas vezes se dirigiu a GOES, queixando-se do amigo rusticamente ingrato <sup>269</sup>.

45. A aneddota que ERASMO estudou português, para melhor conhecer a musa de GIL VICENTE, e que depois de leituras repetidas lhe dera o nome de *Plauto português*, não pode ser verdadeira. Faltanos todo o indício de que ERASMO ouvisse o nome de GIL por outra via que não fosse o *Genetliaco* de ANDRÉ DE RESENDE, e, posteriormente, qualquer conversa com DAMIÃO DE GOES <sup>270</sup>.

Não seria impossível que ela nascesse, em vida desses dois, de observações deles a respeito das festas de Bruxelas, do *Genetliaco*, e de ERASMO; mas também a esse respeito não ha o mais leve testemunho.

O primeiro divulgador foi, que eu saiba, BARBOSA MACHADO, de cuja *Bibliotheca Lusitana* <sup>271</sup> passou aos escritos de todos os autores, por mim citados, que se ocuparam do fundador do teatro nacional <sup>272</sup>, sempre em testemunho do facto, igualmente falso, que já em vida de GIL toda a Europa pasmára perante o seu talento.

DESIDERIO ERASMO, civilmente *Gerhard, Gerhards* <sup>273</sup> (1467-1536), era Holandês de origem, mas cosmopolita, de espirito internacionalmente latino, ciceroniano mesmo, tanto pelas suas inclinações eruditas, como também pelas peripécias da sua vida de humanista, repartida em pedaços pela França (Paris), Inglaterra (Londres, Cambridge e Oxford), Italia (Bolonha, Veneza, Roma e Pádua), Suíça (Basileia), Bélgica (Lovaina) e Alemanha (Friburgo). Humoristicamente costumava dizer que nascera «entre a França e a Alemanha». Inclina-se, comtudo, pelo lado da Alemanha, que costumava designar como *nostra Germania*. Não escrevia senão *latim*. Amor á sua lingua materna, só a documentou nos *Adagios*. Em país algum onde residia, ainda que fosse por longos anos, aprendera o vernáculo que se falava em volta dele <sup>274</sup>. Nem mesmo entendia italiano, apesar de este ser filho directo do latim. *Italice non intelligo* <sup>275</sup>.

E havia de aprender o português? De mais a mais no fim da vida? De 1533 em diante? <sup>276</sup>

*Credat Judæus Apella!*

46. O nascimento do desejadíssimo Príncipe D. Manuel que, se visse, havia de herdar a corôa, não foi celebrado apenas com os bailes de Alvito e as festas de Bruxelas. Além de literariamente ser comemorado com mais de um monumento *aere perennius*, como o *Auto da Lusitania* e o *Genetliacon* de RESENDE <sup>277</sup>, originou ainda outra obra de arte, de marmore e alabastro, que felizmente subsiste, intacta.



É o belo altar na Capela da Pena de Sintra, dedicado á Virgem: *Divæ Mariæ Virgini et Matri sac[rum]* <sup>278</sup>, uma das mais ricas, finas e delicadas architecturas esculpturaes no estilo da Renascença que o país possui <sup>279</sup>.

D. João III, resolvido a documentar esplendorosamente a sua gratidão ás divindades que ouviram as suas preces e as da nação, encomendara esse altar ao mais acreditado dos estatuários que, chamados de França por D. Manuel, haviam já dado provas do seu talento: primeiro no portal de Belem (1517), depois em Santa Cruz de Coimbra, e continuavam a povoar o país de obras primas, como as de S. Marcos de Tentugal, Montemor, Evora, etc. <sup>280</sup>. *Mestre Nicolas Chatranez* <sup>281</sup>, cujo nome se acha insculpido na base de uma das colunas, trabalhou com pasmosa rapidez, se a data 1532 fôr realmente, não a do principio, mas a do fim do seu trabalho.

Pouco depois, esse artista adoeceu, occupado talvez em algum dos templos da bela cidade de Giraldo sem pavor, onde a côrte estava então, e com ela os nossos ANDRÉ DE RESENDE e NICOLAU CLENARDO, como professores dos Infantes.

Doente e reconvalescente, esteve hospedado em casa de um conterrâneo seu, Jean Petit ou João Parvo, outrora discípulo (indirecto talvez) de ALEANDRO e condiscípulo de RUTGERO RÉSCIO, que pela sua vez fôra professor em Lovaina e amigo tanto de RESENDE como de CLENARDO. Depois fôra professor e examinador tambem em Paris. Nos anos que nos occupam (1533-1535) era arcediago em Évora, — velho mais idoso que Catão, mas de espirito tão juvenil que se abalçou ao estudo do hebraico com o illustre Flamengo, que RESENDE persuadira a expatriar-se, cedendo ás instâncias del-rei de Portugal.

Em casa do arcediago, que pouco depois foi promovido a Bispo de Cabo Verde, teve por comensaes (*convictores*) diários a CLENARDO e RESENDE <sup>282</sup>.

Durante essa convivência, agradabilíssima para todos, CHATRANEZ fez as veras effigies de PARVO e de CLENARDO. Provavelmente desenhos, e não obras plásticas, pois foram começadas a furto, e só no fim, com o beneplácito dos dois, illustrados com devisas por eles indicadas <sup>283</sup>. A de PARVO era biblica: *Como semearés, assim colherás: Ut sementem feceris ita et metas*. A de CLENARDO era aleandrina, um aforismo que ele ouvira de RÉSCIO, e que em várias conjunturas da sua vida lhe servira de lema: *Faça bem e não temas ninguém: Bene fac et neminem metue*.

Essas novidades, extrai-as de uma curiosa Carta de CLENARDO a ALEANDRO, inédita até ha pouco <sup>284</sup>, cujo original está no Vaticano

entre os papéis do Arcebispo de Brundusio: *Ornatissimo viro et trium linguarum callentissimo Reverendissimo Domino domino Hieronymo Aleandro, Archiepiscopo Brundusino Nicolaus Clenardus S. P. D.*<sup>285</sup>.

Preciosa em todos os sentidos, esta carta foi redigida<sup>286</sup> quando CLENARDO, dando por terminada a sua missão junto ao Cardeal Infante D. Henrique, e desejoso de voltar a Lovaina, ambicionava um benefício eclesiástico sem ofício, afim de poder dedicar todas as suas forças e todo o seu tempo ao estudo e ensino da quarta língua clássica que aprendera em Portugal, a arábica, com vastos fins religioso-políticos de proselitismo. ALEANDRO era o protector natural de um discípulo e amigo de RÉSCIO e comensal de PARVO, o qual continuara a obra do MOTENSE, escrevendo as *Institutiones græcanicæ*.

Pelo que CLENARDO narra nessa carta a respeito de NICOLAS CHATRANEZ (*sculptor insignis Nicolaus Cantaranus*<sup>287</sup>) fica confirmado que o *Cantaranus*, *Cantarenus* e *Cantaravas*, mencionado por tres vezes nas Cartas geralmente conhecidas de CLENARDO, é positivamente o estatuário francês<sup>288</sup> que criou o altar de mármore e alabastro, como ex-voto pelo auspicioso successo de 1 de novembro de 1531, celebrado primeiro em Alvito, e depois em Lisboa e Bruxelas.

47. Uma sentença antiga proclama: *a éle se deve esta obra, pois dela foi ocajom*; não me lembra com respeito a que personagem e a que criação de arte.

Cingindo-me a ela, por dever de piedade, agradeço ao mal-logrado príncipezinho D. Manuel, não só o formoso altar de Sintra, ricamente guarnecido de figuras angélicas e de inscrições pias, mas também o *Auto da Lusitania*, o *Genelliaco* de MESTRE LÚCIO ANDRÉ, o do erudito JERÓNIMO CARDOSO<sup>289</sup>, assim como as festas comemorativas de Alvito, Lisboa e Bruxelas, com repercussão em Basileia ou Friburgo no espírito sagaz de ERASMO, e ondequer havia admiradores do talento poético do humanista eborense<sup>290</sup>. E ainda lhe agradeço diversas *Orações e Cartas*, sugeridas pelo segundo e terceiro acto da sua curta vida. Essas, englobo-as com outras posteriores, relativas aos irmãos mais novos: D. Felipe e D. João, que sucessivamente ocuparam o lugar de *Príncipe*, venerados respeitadamente, e acarinhados enternecidamente pelo sentir patriótico dos cultos da nação.

Nascido a 1 de novembro de 1531, formoso mas débil, como ouvimos, D. Manuel foi jurado herdeiro a 13 de junho de 1525, e faleceu a 14 de abril de 1537, em Évora, sendo enterrado no Espinheiro, onde jazia a infantinha D. Beatriz. Em 1582 foi trasladado a Belem, com ela, por ordem de Felipe II<sup>291</sup>.

O acto solene do juramento, em que os grandes e senhores,

ciudades, vilas e povos de Portugal, cada um per si em especial, e seus vassallos e procuradores por suas universidades, juraram ao filho primogénito del-rei D. João por seu príncipe natural e verdadeiro herdeiro da corôa dêstes reinos e sucessão dêles, para que, depois de mui longa e próspera vida del rei nosso senhor, lhe obedeçam, o tenham e recebam por seu verdadeiro, único e claro rei<sup>292</sup>, esse acto realizou-se também em Evora, sendo seguido de perto de Côrtes que, no sentido e na fórma, fôram a repetição das nefastas de Torres Novas, de 1525<sup>293</sup>.

No terreiro do paço creio que se veriam então, em conversa animada, mais de uma vez, muitos dos portugueses e aporuguesados a que me tenho referido. Num grupo, MESTRE ANDRÉ, CLENARDO, JORGE COELHO, JOÃO PARVO, NICOLAU CHATRANEZ, ANTÓNIO CARNEIRO, JOÃO DE BARROS, FRANCISCO DE HOLANDA, e seguramente o nosso GIL VICENTE. Em outro grupo, os advogados da Santa Inquisição, D. João de Melo, Jerónimo de Azambuja, e Frei D. João Soares. (D. Pedro Mascarenhas estava com o Infante D. Luís na expedição de Tunis; DAMIÃO DE GOES estudava em Pádua, depois de ter sido hóspede de ERASMO durante cinco mêses). Dentro do paço, no *sacrum sacrorum*, se reuniriam os Infantes (o Cardeal D. Afonso e o então arcebispo de Braga D. Henrique, D. Duarte e a Infanta D. Maria) com os reis e titulares da côrte, ventilando, sempre de novo, o problêma indissolúvel, como os ideais do humanismo, representado por latinistas insignes, pedagogos ilustres, e poetas vernáculos que experimentavam o doce estilo novo, se haviam de realizar, depois (ou talvez por meio) da consolidação ambicionada do Santo Officio e da Mesa Censoria.

Uma sala espaçosa, com feitiço de varanda, fôra construída de novo, anexa aos paços, que, partindo das casas da rainha, e ladeando a horta dos laranjais, atravessava o terreiro<sup>294</sup>, A armação era, segundo o costume, de panos de ras<sup>295</sup>.

Num estrado de quatro degraus, alcatifados, erguia-se um dossel de brocado com cadeira real ou de estado, para o Príncipe; à direita uma de espaldar para o Cardeal Infante, e à esquerda duas rasas para D. Henrique e D. Duarte. O Duque de Bragança, fazendo de Condestavel, e o Conde de Vimioso, camareiro-mór, ficavam em pé, em amparo do príncipezito. A distância de seis passos seguia-se a bancada dos bispos de um lado, e do outro, a dos marqueses e condes. Mais seis passos separavam essas dos bancos dos procuradores, dois de cada cidade e vila, ficando à sua ilharga os conselheiros, senhores de castelos e alcaides de fortalezas. O rei e a rainha tinham lugar à parte, atrás do estrado do príncipe, num cadafalso à maneira de côro, juntamente com a Infanta D. Maria, a infantinha

do mesmo nome, o Núncio, o Embaixador de Castela, damas e moços fidalgos.

D. João III dera procuração aos irmãos sagrados para receberem, em nome do sobrinho, os juramentos, antes de todos beijarem a mão ao pequerrucho que, enfadado, saía às vezes do seu lugar para ser entretido com «enganos de meninice» pelo camareiro-mór e D. Guiomar Coutinho.

Os oradores eram o Mestre em teologia Dr. Francisco de Melo e o Dr. Gonzalo Vaz, procurador de Lisboa, ambos de grande eloquência, e mui doutos<sup>296</sup>. Os flósculos enfáticos da sua oratória precisam ser confrontados com as resoluções tomadas d'aí a dias, nas sessões do parlamento.

Pouco depois começou-se a pensar na instrução do Príncipe. É possível que quando expirou já estivesse escolhido o mestre que lhe havia de ensinar o ABC. Creio fosse Frei João Soares<sup>297</sup>, prègador del rei e muito seu valido. Pelo menos foi este que em 1537 lhe dirigiu uma *Carta de Consolação*<sup>298</sup>. E foi este que, ao cabo de um bienio, elevado a confessor régio e Conselheiro deputado do Santo Officio, compôs a cartilha do *Ensino cristão para fidalgos e nobres que seguem paço e côrte do rei*; mas sobretudo para o novo príncipe D. Felipe e para os mocinhos que haviam de ser companheiros dele<sup>299</sup> — livro com que venceu, mas não aos olhos da posteridade, o seu rival de então, JOÃO DE BARROS, cuja *Cartilha e Gramática* valiosa, com o belo *Diálogo em louvor de nossa língua*, e o *Da Viciosa Vergonha*, cheios ambos de sã doutrina e filosofia cristã, se destinavam igualmente ao Príncipe<sup>300</sup>.

Também desta vez a parca cortou prematuramente, com mão impiedosa, o fio da vida do que era rei de Portugal, *em esperança*<sup>301</sup>, e fôra recebido em 1533 com júbilo franco pela nação, representada pelo encanecido mas ainda risonho Demócrito da côrte, filósofo profundo que para ser ouvido arrastava atrás de si, atado à sua perna, um bobo, jogral ou histrião.

Afim de cuidar da educação do Príncipe D. João, último filho de D. João III e D. Caterina, foi chamado do estrangeiro o erasmista DAMIÃO DE GOES, que em 1533 não se deixara captar. Chamado, mas não escolhido. Teve de ceder o passo a outros influentes, mais intimamente familiarizados com as aspirações, hesitantes e contradictórias, del rei que, tendo de reinar na época da agitação religiosa, ora cedia à corrente humanística, cooperando valiosissimamente na Renascença literária do país, ora destruía o que edificara, favorecendo a Inquisição, a Mesa Censória, e a Companhia de Jesus. É muito duvidoso se D. João, seu filho, jurado herdeiro em 1544<sup>302</sup>, teria sido

mais resistente. Se de um lado D. Manuel de Portugal, e D. Francisco de Sá e Meneses fizeram dele o juvenil Mecenas de SÁ DE MIRANDA e dos Mirandistas, se Diogo Sigeu e Pedro Sanches lhe inspiravam algum gosto das linguas clássicas, forçosamente também haviam de actuar na sua alma as doutrinas do Padre Simão Rodrigues e de Frei João Soares<sup>303</sup>.

48. Este letrado, eremita agustiniano quanto à ordem a que pertencia, doutor em teologia pela Universidade de Salamanca, chegara muito cedo, como já ficou dito, a ser prègador del rei, seu confessor, deputado do Santo Officio, e mestre dos Príncipes. Encarregado de conduzir a Portugal a noiva de D. João, e Bispo de Coimbra desde 1545, foi enviado depois ao Concílio de Trento. No fim da sua vida visitou a terra santa de Jerusalém. Escreveu o *Ensino cristão*, *Cartilhas*, *Confessionários*, *Sermões*, e *Comentários* dos Evangelistas<sup>304</sup>. Medrando na cõrte, por ter sido sempre da opinião do reinante, sobretudo quanto aos cristãos-novos, à Inquisição e aos Inquisidores Infante D. Henrique e D. João de Melo, era por isso mesmo mal visto na Cúria, onde em geral sabem joeirar inteligências. Em certas instruções, dadas por ordem de Paulo III a um dos Cardiais Protectores, é tratado de frade de poucas letras, mas de extrema audácia e ambição, de opiniões péssimas e vida dissoluta. Com exagerada hostilidade por ventura<sup>305</sup>.

Todavia sou de parecer que na juventude, perto de 1533, seria um dos prototipos do Frei Paço e Fréi Narciso, *com meneios de mu dôce cortesão*, que GIL VICENTE apresentou ao mundo em genial caricatura, exactamente nas festas celebradas em Évora por ocasião do nascimento de D. Felipe: na *Romagem dos Agravados*.

49. Concluo, resumindo as ideias aqui expendidas.

A exposição completa do credo religioso e filosófico, sobretudo ético de GIL VICENTE, não o pude fazer na primeira das *Notas* soltas, de rectificações positivas, que empreendi. O problema fica apenas proposto, mas por resolver.

Demonstrei, contudo, que o poéta, *auctor et actor* na cõrte régia, homem leigo, mas assaz versado em questões teológicas<sup>306</sup>, se distinguia pela sua propensão natural anti-monástica, e pelo horror que lhe inspiravam de um lado frades hipócritas e mundanos, e do outro, lado, os abusos curiais com *indulgências* e *perdões*; e quanto a teorias deles resultantes, a das «boas obras» *de gratia, fide et operibus*, que agitavam o mundo de ERASMO e LUTERO.

Alheio a controvérsias sobre dogmas, sem nunca combater a Igreja,

combatia contínua e progressivamente os excessos da Cúria, os desmandos de frades maus, recomendando a rir a sua secularização.

Querendo reformas de costumes, mas sem scissão dos fieis — reformas vindas de cima, de Roma, da própria Igreja católica — pertencia *ipso facto* ao partido dos Erasmistas, mesmo se nunca leu (o que é pouco provável<sup>307</sup>) os escritos do sábio de Rotterdam, e não se preocupou com as reformas pedagógicas, ambicionadas e realizadas pelos verdadeiros Humanistas.

TEÓFILO BRAGA, esquecendo que GIL VICENTE estava postado nos umbrais do século, exagerou o seu liberalismo, representando-o como livre-pensador à moderna, precursor da Reforma de LUTERO, e mártir protestante da liberdade de pensar. Ainda assim reconheceu melhor as suas qualidades ingénitas do que o autor da *História dos Heterodoxos Peninsulares*<sup>308</sup>.

\*

Quem de hoje em diante quiser tratar das Obras de GIL VICENTE, deverá meter em linha de conta os factos principais que desvendi.

1.º) Tres Autos dele, evidentemente dos mais agressivos, foram considerados heréticos por um dos mais fanáticos papistas italianos. Postos no *Índice* por instigação dele, desapareceram.

2.º) O próprio dramaturgo teve portanto de condená-los, não os incluindo na *Copilação* que preparou. Daí concluo que expurgaria motu próprio outros textos, no acto de os passar dos manuscritos, e das edições avulsas publicadas de 1517 a 1536, ao cartapácio grande que deixou aos filhos.

3.º) A *Copilação*, revista por Paula e Luís, e retocada em alguns pormenores, foi submetida aos Inquisidores, em 1561. Fazendo olhos de mercador esses deixaram passar todavia muitas scenas grosseiras, mesmo de cinismo medieval, e muita sátira violenta contra os frades e contra Roma, por causa da grande aceitação que GIL VICENTE tivera na côrte de D. Manuel e D. João III, e continuava a ter na de D. Sebastião.

Na edição critica de cada uma das quarenta e quatro peças do seu teatro portugûes terei de examinar em que consistem as diferenças entre as edições avulsas e a *Copilação* de 1562, e a castrada de 1586.

\*

Se no futuro, depois de haver publicado todas as *Notas Vicentinas*, eu tiver tempo e forças para as reunir num volume, terei seguramente de *emendar*, acrescentando e abreviando. Conto ilustrá-

las então com mais documentos, e com as veras-efigies de alguns dos personagens citados: o de ERASMO, retratado por Hans Holbein, o insigne introdutor do estilo do Renascimento na pintura alemã; o de GOES por Alberto Duerer, o incomparável; o de CLENARDO por Ambrosio Lemire (Miræus), visto que o desenho de Chatranez parece perdido; o de Cristiano de Dinamarca, D. Maria de Hungria, de Moro, Carlos V de Ticiano; e também o de ALEANDRO.

Infelizmente faltam-nos as principais: a de ANDRÉ DE RESENDE, e a do genial GIL VICENTE!

### ANOTAÇÕES

<sup>1</sup> *Quarenta e tres Autos*, e não 42, como foi costume asseverar durante decênios. A esse êrro, em que também caí (no *Grundriss* de GROEBER, vol. II p. 281), mas que já emendei no *Literaturblatt* de 1896, levou-nos outro, antigo, de GOMES MONTEIRO. No *Índice* do vol. II da edição de Hamburgo falta a *Floresta de enganados*, que no texto preenche as páginas 137 a 180. Se aos *Autos* reimpressos em 1834 juntarmos o *Auto da Festa*, resuscitado em 1906 (cf. *Anot.*, 39), teremos portanto 44. O distinto poeta AFONSO LOPES VIEIRA, admirador e bemfeitor da Musa vicentina, acostumou-se a falar de 46, não sei por que cálculo. Se quisérmos contar os três *Autos* condenados e perdidos, de que mais adiante me ocupo, e a *Caça dos Segredos*, citada pelo próprio autor como «em obra», teremos 48.

<sup>2</sup> *Copilação* é a forma usada por GIL VICENTE, seus coevos e seus filhos e editores. Mas a par dela havia *Compilação*.

<sup>3</sup> Foi o exemplar que pertence à Biblioteca de Gotinga (Goettinguen) que serviu para a edição dos expatriados portugueses e foi aproveitado pelos eruditos historiadores alemães de literaturas peninsulares. Salvo êrro, o primeiro que se serviu dele a bem do público foi J. A. DIEZE, tradutor e anotador da obra de J. L. VELAZQUEZ, *Origenes de la Poesia Castellana* (Malaga, 1754). A sua *Geschichte der Spanischen Poesie* saiu em Goettinguen 1769.

<sup>4</sup> FR. BOUTERWEK, em *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, Göttinguen, 1805, (= vol. IV, p. 89-115 da *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit*); FERD. DENIS, *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal* (Paris, 1826) p. 150-163; SISMONDI, *De la littérature du midi de l'Europe* (Paris, 1829), vol. IV, p. 450-456.

<sup>5</sup> BOEHL DE FABER publicou em seu *Teatro Español anterior à Lope de Vega* (Hamburgo, 1832) o *Monologo do Vaqueiro*, o *Auto Pastoril Castelhana*, scenas dos *Reis Magos*, da *Cassandra*, dos *Quatro Tempos*, da *Rubena*, do *Viuvo*, do *Triunfo do Inverno* e da *Farça dos Físicos*. Nove amostras; oito, segundo a sua própria opinião, visto que considerava o *Auto Pastoril* como continuação do *Monologo*. A p. 469 tributou alguns elogios ao talento de GIL VICENTE.

Desses oito uns três ou quatro (a scena inicial da *Rubena*, uma do *Viuvo*, o *Monologo* e o *Auto Pastoril*) passaram ao *Tesoro del Teatro Español desde su origen hasta nuestros dias*, de EUGENIO DE OCHOA (Paris, 1838).

<sup>6</sup> P. ex. FRANCISCO MANUEL TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, *Memoria sobre o*

*Teatro Português* (vol. v das *Memorias da Academia*), parte II, p. 46-58 (Lisboa, 1818).

<sup>7</sup> Tenho em mente o *Catalogo histórico y critico de Piezas Dramaticas anteriores a Lope de Vega*, de MORATIN, publicado em 1830 na 1.<sup>a</sup> ed. das suas *Obras*, vol. I, p. 192-300; depois na Colecção Ochoa (citada na *Anotação* 5), e finalmente na *Biblioteca de Autores Españoles*, vol. II, p. 193 (1846). Desse catálogo terei de falar por extenso quando me ocupar da edição-príncipe da *Barca do Inferno* e da sua tradução castelhana.

<sup>8</sup> *Osmia, Trauerspiel aus dem Portugiesischen, übersetzt von einem Freund dieser Litteratur nebst vorangehender Geschichte der dramatischen Kunst in Portugal*. (Halberstadt, 1824, p. 16-44).

<sup>9</sup> J. L. KLEIN, autor de uma *História do Drama*, incompleta e indigesta (*Geschichte des Dramas*), em 13 vol. (Leipzig), que são mera introdução da obra monumental relativa a Shakespeare por êle planeada, prometera ocupar-se de GIL VICENTE «quando chegasse a sua hora», mas essa hora nunca chegou; — infelizmente, porque, apesar do seu estilo extravagante, teria iluminado com certeza com frouxos de luz a mentalidade complexa do poeta, o qual sempre tratou de «grande dramaturgo português». Vid. vol. VIII, p. 284; IX, 40 seg. e 433.

<sup>10</sup> LUDWIG CLARUS, *Darstellung der spanischen Literatur im Mittelalter* (Mainz, 1846), vol. II, 344-356.

<sup>11</sup> ED. QUILLINAN, *The Autos of Gil Vicente*, em *Quarterly Review*, vol. 79, p. 168-202. Não pude verificar, se a data é 1845 ou 1847. F. WOLF, em geral muito exacto, indica a mais tardia; EDGAR PRESTAGE, a anterior.

<sup>12</sup> *Geschichte der dramatischen Literatur und Kunst in Spanien* (Berlin, 1845-1846), vol. I, p. 160-180 e III, p. 548. Só durante a elaboração dos Suplementos se serviu da reimpressão de 1834.

<sup>13</sup> *History of Spanish Literature* (New-York e London, 1849, 3 vol.). Tanto a tradução castelhana de PASCUAL DE GAYANGOS e ENRIQUE DE VEDIA (Madrid, 1851-56, 4 vol.), como a alemã de N. H. JUNIUS (Leipzig, 1852) tem Aditamentos importantes. Nesta, a apreciação de GIL VICENTE está a p. 230-238 do vol. I.

<sup>14</sup> No vol. LXVII da grande Enciclopédia de ERSCH e GRUBER (*Allgemeine Enzyklopädie der Wissenschaften und Künste*), 1858, p. 324-354, há um *Ensaio* sobre a Vida e as Obras de GIL VICENTE que ainda hoje merece atenção e estudo.

<sup>15</sup> *Die Farças des Gil Vicente: zur Geschichte der älteren spanischen Bühne*. Foi publicado em Prutz, *Historisches Taschenbuch* (1846).

Posteriormente o mesmo ensaio serviu de Introdução aos textos traduzidos, que saíram com o título *Spanisches Theater* (Hildburghausen, 1868). RAPP entreteceu o alemão culto com o dialecto da Suábia, para dar uma versão adequada (?) das peças bilingües.

<sup>16</sup> *Catalogo Bibliografico y Biografico del Teatro Antiguo Español* (Madrid, 1860), p. 474-476. É artigo curto e pouco cuidado, cheio de inexactidões.

<sup>17</sup> *Ensaio Biografico-Critico sobre os melhores Poetas Portugueses* (Lisboa, 1850-55, 10 vol.) — Vol. III, p. 241-295.

<sup>18</sup> Porto, 1870. — É o vol. I da *Historia do Teatro Português*.

<sup>19</sup> Não relato os pormenores, porque já fiz a síntese do processo (cujos principais agentes foram T. BRAGA, CAMILO CASTELO BRANCO, J. RIBEIRO GUIMARÃES, J. I. DE BRITO REBELO), num artigo publicado no *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*, vol. XVII, p. 87-97, e não convêm repeti-la. Devo acrescentar todavia que depois daquela data êle entrou em nova fase. O último dos eruditos que acabo de citar encontrou um documento de 1513 em que GIL VICENTE,



ourives da rainha D. Leonor, é nomeado mestre da balança — documento em que mão contemporânea, evidentemente oficial, lançou em cota marginal, resumindo o conteúdo, as palavras *Gil Vicente trovador*. Embora este aposto, sem o acrescento *o que faz os Aitos (ou Autos) a el-rey*, ou fórmula parecida, ainda deixe margem para dúvidas, temos aí um forte indício a favor da identidade. Assim o entende, além do próprio BRITO REBELO, o eminente historiador A. BRAAMCAMP FREIRE.

<sup>20</sup> Os respectivos estudos são os seguintes: ADOLFO SCHAEFFER, *Geschichte des Spanischen Nationaldramas* (Leipzig, 1890), vol. 1, p. 26-33; C. M. DE VASCONCELOS em *Grundriss der Romanischen Philologie*, vol. nb. p. 280-287 (1893); EDGAR PRESTAGE, *The Portuguese Drama in the Sixteenth Century: Gil Vicente* (Reprinted from the Manchester Quarterly, vol. xvi, july, 1897). Como naturalmente se baseie nos estudos vicentinos de T. BRAGA, de 1870 e 1881, o autor repete alguns êrros de facto. Mas a parte analítica, propriamente sua, é muito sensata.

No *Catálogo Razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano* de DOMINGO GARCIA PEREZ (Madrid, 1890) não ha novidades.

<sup>21</sup> O francês DUCARME foi o primeiro que comparou o *Auto da Alma* com o *Fausto* de GOETHE, num artigo *Les Autos de Gil Vicente*, inserido em 1885 na revista *Le Muséon* (vol. v). ALFREDO DA CUNHA ocupou-se dêle na *Revista Intelectual Contemporanea*, de maio de 1886, e no *Diario de Noticias*, de 7 de junho de 1902.

De um belo estudo de J. de SOUSA MONTEIRO sôbre a *Dansa Macabra*, como *Nota Preliminar a Três autos de Gil Vicente* (a Trilogia das Barcas), impresso na *Revista de Portugal*, de 1889 (vol. 1, p. 233-250), terei de ocupar-me em *Notas Vicentinas* ulteriores.

<sup>22</sup> VISCONDE DE OUGUELLA, *Gil Vicente*, Lisboa, 1890.

<sup>23</sup> ALFRED JEANROY, *Les origines de la poésie lyrique en France ou moyen-âge*, (Paris, 1889). — Vid. cap. v, *La poésie française en Portugal*, sobretudo p. 330-334. Tratei das concepções do distinto investigador no *Grundriss II<sup>b</sup>*, p. 148 e seg. e 283, e no *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, p. 69 e cap. x, passim.

<sup>24</sup> VISCONDE DE SANCHES DE BAENA, *Gil Vicente* (Marinha Grande, 1894). Dedi-quei a essa obra no *Literaturblatt* de 1896, (n.º 3) o artigo que citei na *Anotação* 19.

<sup>25</sup> A. BRAAMCAMP FREIRE publicou estudos subordinados a esse título, primeiro no *Jornal do Comércio* no verão de 1903; e depois, ampliados e corrigidos, na *Revista Lusitana*, x, 262-297 e xi, 311-344. É de esperar que nos dê a continuação em tempos futuros.

<sup>26</sup> *Índice do Cancioneiro de Resende e das Obras de Gil Vicente*, (Lisboa, 1900). Colaboraram neles A. BRAAMCAMP FREIRE e o VISCONDE DE CASTILHO; os «NOVOS Obsequiosos de Sacavem». — Obsequiosíssimos! — Numa das minhas *Notas* mostrarei como entendo que devemos completar ainda o Índice relativo a GIL VICENTE.

<sup>27</sup> T. BRAGA, *Gil Vicente e as origens do Theatro Nacional* (Porto, 1898) e *Escola de Gil Vicente e desenvolvimento do Theatro Nacional* (Porto, 1898).

<sup>28</sup> MARCELINO MENENDEZ Y PELAYO, *Antologia de poetas liricos castellanos*, tomo VII (Madrid, 1898). Toda a parte III desse volume (p. CLXIII-CCXXV) é dedicada ao poeta português. A p. CLV se lê o *verdictum* que já transcrevi mais de uma vez: *Como artista dramático Gil Vicente no tiene quien le aventaje en la Europa de su tiempo*.

P. S. A península inteira está de luto. Dias depois de haver escrito esta Memória, faleceu o insigne homem de letras, de um ataque de figado (Santander, 19 de maio).

<sup>29</sup> Publicára primeiro artigos soltos no *Occidente*, de 1880; outros na *Revista de educação e ensino* (1897), relativos ao problema a que aludi na *Anotação* 19.<sup>a</sup>. Mas só por ocasião do Centenário condensou e rectificou as suas ideias sobre o fundador do teatro português, documentando-as amplamente nas suas *Ementas Historicas*: II. *Gil Vicente* (Lisboa, 1902).

<sup>30</sup> O benemérito director do *Archivo Histórico Português*, cujo *Índice* e cujos trabalhos a respeito da *Gente do Cancioneiro* já mencionei, publicou com o pseudónimo de *Silex*, no *Jornal do Comércio* de 1907, preciosas observações críticas, que, com a prometida *Sinopse geral*, hão de aparecer seguramente qualquer dia, em forma de livro, talvez com o título: *Gil Vicente poeta e ourives*.

<sup>31</sup> Depois de haver falado do poeta cómico, de passagem, em várias das suas substanciosas publicações (como p. ex. no volume relativo a *Frei Bartolomeu Ferreira*), SOUSA VITERBO inseriu no *Archivo Histórico Português* (vol. 4, p. 219-28) a Memória intitulada *Dois traços para a sua biografia*, a que voltarei no texto.

<sup>32</sup> *Gil Vicente e a linguagem popular* (Lisboa, 1902).

<sup>33</sup> *Lusismos no castelhano de Gil Vicente*. Apareceu primeiro na *Revista do Conservatorio Real de Lisboa* (1902, n.º 2), e novamente nas *Palestras Filológicas* (Lisboa, 1910).

<sup>34</sup> *As cantigas paralelísticas de Gil Vicente* (Lisboa, 1910). — Separata da *Revista Lusitana*, vol. XII (1909).

<sup>35</sup> *Contos, Apólogos e Fabulas da Índia: Influencia indirecta no Auto da Mofina Mendez de Gil Vicente* (Lisboa, 1902).

<sup>36</sup> *Gil Vicente and Lafontaine: A Portuguese Parallel of La Laitière et le Pot au Lait* (London and Dorking, 1903).

<sup>37</sup> A. L. STIEFEL: *Zu Gil Vicente*. São notas críticas, muito uteis, conquanto nem sempre sejam plausíveis, publicadas no *Archiv für das Studium der Neueren Sprachen*, vol. CXIX de 1907 (p. 192-195).

<sup>38</sup> *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, vol. XI (Coimbra, 1907). Contêm 16 peças dramáticas (designadas em globo com o título genérico de *Farças*), assim como as obras miudas.

<sup>39</sup> *Auto da Festa. Obra desconhecida com uma explicação prévia* (Lisboa, 1906).

<sup>40</sup> Foi representado no *Teatro D. Maria* a 13 de maio de 1898 por ocasião das festas do centenário do descobrimento da Índia. Nas de *Gil Vicente*, a 7 de junho de 1902, seguiu-se o místico *Auto da Alma*, com um Prólogo de J. DE SOUSA MONTEIRO; recitado pelo actor Ferreira da Silva.

<sup>41</sup> No *Teatro D. Amelia* encenaram no dia 9 *A Visitação*, *O Preguiçoso* (da farça *Juíz da Beira*), *A Velha Namorada* (da tragicomédia *Triunfo do Inverno*), cenas do *Auto da Feira*, a *Prece da Cananea*, e o engraçadíssimo e sagacíssimo diálogo entre *Todo o Mundo e Ninguem*, do *Auto da Lusitania*. Todas elas tinham sido recitadas também em sessão solene do Conservatório.

<sup>42</sup> *Gil Vicente, Monologo do Vaqueiro ou da Visitação. Adaptado por Afonso Lopes Vieira* (Lisboa, 1910).

<sup>43</sup> *Auto da Barca do Inferno. Adaptação representada com um prólogo*. (Lisboa, 1911).

<sup>44</sup> Ao inspirado e patriótico poeta devemos ainda uma conferencia realizada no Serão Vicentino do *Teatro da República*, em 15 de janeiro de 1912; outra recitada no Porto a 19 de maio, assim como um lindo prólogo escrito para o dia 20 e recitado no templo de arte onde em Vila Nova de Gaia reside Teixeira Lopes.

P.S. — Já agora ha mais umas *Palavras* ditas por êle na Representação de câmara da *Mofina Mendes*, que se realizou esplendidamente em Lisboa a 24 de maio,

em casa do Sr. José Lino Junior, na Cova da Moira: *plquette* fóra do mercado, de que devo um exemplar à gentileza dos dois amigos

<sup>45</sup> LUIS CALADO NUNES, *Farça chamada Auto da Índia*, por GIL VICENTE, edição para o povo e para as escolas. (Lisboa, 1905).

<sup>46</sup> *O Fidalgo Presunçoso* (da *Farça dos Almocreves*). Adaptação e prólogo de CARDOSO MARTHA. (Lisboa, 1912). *Fidalgo Pobre* é a antonomásia tradicional.

<sup>47</sup> *Bibliotheca Hispana*, vol. II, p. 314 (1696). Mesmo na edição de 1788, feita por PEREZ BAYER, depois de BARBOSA MACHADO, não há senão um artigueto muito escasso e insignificante (vol. III, p. 7), em que nem mesmo se registam as duas *Copilações* de 1562 e 1586. Apenas duas edições do *Amadis*!

<sup>48</sup> *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, p. 383 (1747).

<sup>49</sup> No *Epitome das Histórias Portuguezas* (1628) e na *Europa Portuguesa* (1680) FARIA E SOUSA cita numas listas descarnadas de escritores nacionais a *Gil Vicente el Plauto Português*, s. D. Juan III, e *Paula Vicente que llamaremos la Pola Lusitana porque esta, como la otra a Lucano su marido, ayudó a su padre Gil Vicente en sus comedias i compuso otras*. Nos Comentários às *Rimas* de CAMÕES, vol. II, p. 338, conta a fábula do filho banido para a Índia, por causa de ciúmes literários do pai, cuja obra trata, de resto, com sobreceño, de «pouquissima cousa».

<sup>50</sup> Nas *Flores de España*, cap. VIII, *Del Ingenio*, Excel. XI (e não IX, como se lê em BARBOSA MACHADO), e cap. XXII, *De la lengua portuguesa* Excel. 6 (e não XXIV) há magríssimas frases a respeito de GIL e sua filha Paula, que são mera transcrição das de FARIA E SOUSA.

Em *Eva e Ave* ou *Maria Triunfante*, parte I, cap. XXVI, § 3, torna a repeti-las em redacção portuguesa, dizendo: «A graça do comico vio primeyro Hespanha nas comédias do português GIL VICENTE que, ajudado de sua filha Paula como Lucano de sua mulher Pola, entreteve com galantaria em estylo antigo e não sem doutrina a Corte dos Reys D. Manuel e D. João III».

<sup>51</sup> Na estrofe 181ª da sua curiosa *Miscelania e variedade de histórias, costumes, casos e cousas que em seu tempo aconteceram*, Garcia louva sinceramente o *estilo muy eloquente, as muy novas invenções, a graça e doutrina* das representações de GIL VICENTE. Ela é tam conhecida que não a torno a trasladar. O mesmo vale da referencia em prosa à *muyto boa e muyto bem feyta comedia de muytas figuras muyto bem ataviadas e muy naturaes*, feita e representada (a 4 de agosto de 1521) ao casamento e partida da Senhora Infanta D. Beatriz para Saboia: isto é à tragi-comédia das *Córtes de Jupiter* (II, 395).

<sup>52</sup> No *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, depois de a gabar de tam honesta e casta «que parece não consentir em si hũa tal obra como *Celestina*», continua: *E Gil Vicente cómico que a mais tratou em compostura que algũa pessoa destes reynos, nunca se atreueo a introduzir hũ Centurio português; porque como o nã consente a nação, assi o não sofre a linguagem*. BARROS dá-lhe portanto a palma de disertor entre todos que até 1540 haviam publicado composições em vernáculo.

<sup>53</sup> Falando da letra *h* que não é senão «um pouco de espirito o qual esforça mais as vogais com que se mestura», OLIVEIRA cita *uha! aha! Mas o riso ha ha! e he he!* não o aprova, apesar da autoridade de GIL VICENTE: *não me parece este bom riso português, posto o assim escreva G. V. nos seus Autos* (cap. XIV).

<sup>54</sup> No *Discurso da lingua portuguesa* há a seguinte homenagem ao poeta: «Nem é pera esquecer o louvor que se deve nas nossas farças a GIL VICENTE, o qual, imitando as fabulas *atelanas* que incluíam em si as representações que chamam *planipédias* e *tabernárias*, por serem dos ínfimos da República... compôs

algumas farças com tam *graciosa eloquencia* que do nosso JOÃO DE BARROS é por isso mui louvado, e o MESTE ANDRÉ DE RESENDE afirma que se como escreveu na nossa lingua particular, compusera na latina, que é comum a todos, não alcançara menor nome que MENANDRO, PLAUTO e TERCENIO, como se vê nestes versos de seu Genethliaco do Príncipe D. João (sic).» E copia os 11 hexâmetros que são o tema principal deste estudo.

<sup>55</sup> Há valiosas observações sôbre as leituras do poeta português, e a respeito do influxo que nele exerceram *Juan del Encina, Gomes Manrique*, e os *Livros de Cavalaria* no estudo de MENENDEZ Y PELAYO. Todavia erra talvez (como muitos outros) em considerá-lo como Humanista e Mestre graduado, lido em TERCENIO e PLAUTO. Carecemos ainda de um estudo especial sôbre o que GIL VICENTE positivamente conhecia da literatura clássica latina, da medieval, e de coevos castelhanos, franceses, italianos. Digo «conhecia», e não «imitava» — porque o mais inventivo e nacional dos poetas portugueses era forçosamente aquele que menos imitava.

<sup>56</sup> Foi o que aconteceu com *Um verso de Gil Vicente* (2.ª da *Barca do Inferno*) em que ocorre o vocábulo *caro*. Eu tentei substituí-lo por *carō* = *Caron Caronte*, mas especialistas de arqueologia náutica como HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA descobriram nele o nome técnico — *caro cairo carro* — da ponta inferior da verga da mesena. Houve discussão por *Cartas abertas* que se realizou no *Diario de Noticias* de Lisboa, pouco depois da encenação da *Barca*. (N.ºs 16.596, 604, 606, 612, 698, 701, 705). P. S. Vid. 16.746.

<sup>57</sup> Dos autos do poeta português que por ventura foram representados em Espanha, tenciono falar em outra ocasião.

<sup>58</sup> Italianos, Flamengos e Castelhanos.

<sup>59</sup> Os *Dois Triços* para a reconstituição da Vida e da Obra de GIL VICENTE que devemos a SOUSA VITERBO são: I. *Gil Vicente na India*. — II. *Gil Vicente em Bruxelas*.

<sup>60</sup> Vol. III, p. 260-299; penúltima peça do livro IV da impressão de 1562.

<sup>61</sup> Ocupar-me hei dessas *didascalias* em uma Nota especial. Desde já digo que as considero como saídas da pena do próprio autôr — sem desconhecer que os filhos acrescentaram de longe em longe algumas palavras: p. ex. ao nome *Infante D. Maria* a fórmula *que depois foi Princesa de Castella*; e ao nome de *D. João III* a *de boa memoria*. Nos pontos essenciais, os descendentes não podiam servir de testemunhas nem de correctores. Há neles êrros cronológicos que são êrros de memória do poeta, mas poucos; e às vezes lapsos. Um, que foi fatal, relativo à Rainha D. Leonor, deturpou a cota que precede o *Monologo do Vaqueiro*.

<sup>62</sup> Eis o que êle diz no *Ensaio* sôbre a Vida e *Esriptos de Gil Vicente* (p. xiv), depois de haver trasladado (mal) os versos de ANDRÉ DE RESENDE afim de provar que, além de autôr, o poeta era actôr: «A peça de que RESENDE aqui fala é a Tragicomédia de Lusitania que GIL VICENTE tinha composto para o nascimento do Infante D. Manuel que morreo em tenra idade, a qual foi representada em Bruxelas em 1532, em casa do Embaixador Português D. Pedro de Mascarenhas na festa que este deu pelo mesmo motivo, e que RESENDE descreve no elegante poema latino donde extraímos a citada passagem».

<sup>63</sup> Vol. III, p. 274 e 276. Cfr. 273 e 299, onde se refere ao *Príncipe*, sem acrescentar mais nada.

<sup>64</sup> *Infante* até à morte do pequeno D. Manuel (em 1535); *Príncipe* desde então. Vol. II, p. 494 e 531.

<sup>65</sup> Vol. III, p. 274.

<sup>66</sup> Tres filhos de D. João II e de D. Caterina chegaram a ser sucessivamente herdeiros jurados da corôa: D. Manuel (1531-35); D. Felipe (1533-39); D. João (1537-1553). O mais desejado foi naturalmente o primeiro, porque os outros dois nasceram enquanto um irmão mais velho vivia. A esse respeito veja-se o romance do *Triunfo do Inverno* (vol. II, p. 480). Nos comentários dos investigadores há por isso mesmo confusão a respeito do nome do *Príncipe* celebrado no *Genetliaco*. Já vimos que SEVERIM DE FARIA pensava em D. João, o mais longevo e conhecido dos três, Mecenas juvenil de SÁ DE MIRANDA, JORGE DE MONTEMÓR, JORGE FERREIRA DE VASCONCELLOS, OS SILVEIRAS, etc. Outros repetiram o mesmo êrro.

<sup>67</sup> O aposto *actor* refere-se à peça representada em Portugal nos paços régios lusitanos, *se o quisermos entender em sentido restrito*, o que não é de modo algum obrigatório.

<sup>68</sup> Note-se a caracterização de GIL VICENTE como poeta cômico-satírico. Aplicável à grande parte das suas obras, ela deve condizer sobretudo com a peça que RESENDE vira representar. Em geral, Frei André podia conhecer as outras apenas de leituras, visto ter saído de Portugal em 1513; e antes desse termo ter vivido em Évora recluso no Convento de S. Domingos.

<sup>69</sup> RESENDE, criador dos nomes *Lusiadas*, *Tagides*, *Transtagano*, foi portanto também o primeiro que equiparou o cômico português a *Plauto*.

<sup>70</sup> *Pulpito*, no sentido de «lugar na boca do teatro onde representavam os comediantes». *Palco* portanto.

<sup>71</sup> Note-se a forma *Gillo*, leve latinização do vernáculo *Gil*, que os latinistas costumam representar pelo seu étimo *Aegidius*.

<sup>72</sup> Vid. GROEBER, *Grundriss II*<sup>b</sup>, p. 283 e FRANCISCO DE HOLANDA, *Quatro Dialogos da Pintura* (Viena de Austria, 1899), p. 197.

<sup>73</sup> *Geschichte der Reformation in Deutschland*, Berlim, 1886-89. Faz parte da obra enciclopédica *Allgemeine Geschichte in Einzeldarstellungen, herausgegeben von W. Oncken (III. Hauptabteilung, I. Teil)*.

<sup>74</sup> Desconheço essa versão. Procurei mesmo de balde no *Boletim de la Libreria* de M. Murillo datas exactas a respeito dela. O trecho de que trato aqui não satisfaz por completo, como se verá.

<sup>75</sup> Na versão castelhana lê-se *comedia que segun su nombre debia celebrar el amor*.—*Segun su nombre* está em harmonia com a lição alemã *Dem Namen nach*; mas não a continuação. Em lugar de mero *amor* há lá *ein Jubelfest der Liebe: um Jubileu de amor*.—É mais uma prova de que só pode copiar e traduzir um texto quem o compreende bem e sabe interpretá-lo. *O espirito, e não a letra*. Esta mata; aquela salva e sana.

<sup>76</sup> O tradutor castelhano introduziu aqui a fórmula *y al verselo puesto*, como se as gargalhadas da assistência fossem provocadas só pelo barrete do que fingia de bispo, e não pela comédia em geral.

<sup>77</sup> *Vir*, como se lê na impressão de SOUSA VITERBO, é êrro evidente por *oir*.

<sup>78</sup> P. 664 da edição de 1889.

<sup>79</sup> Cfr. *Anotação* 67.

<sup>80</sup> Nos parágrafos relativos a RESENDE e ERASMO tornarei a repetir que a esperança dos Erasmistas brabantinos de o grande sábio mudar os seus penates de Basileia para Lovaina, quando a victória da Reforma na Suiça o afastou de lá em 1529, não se realizou.

<sup>81</sup> O CONDE DE SABUGOSA suprimiu esse nome de ALEANDRO, por ser pouco conhecido em Portugal.

<sup>82</sup> Citarei alguns títulos no parágrafo relativo a ALEANDRO.

<sup>83</sup> Valeu-me de muito nessas pesquisas a amizade sempre leal e sempre generosa de ARTURO FARINELLI, catedrático outrora de Innsbruck e agora de Torim, a cuja assombrosa erudição, aliada a uma admirável eloquência, a Península deve trabalhos importantes. P. ex. *Grillparzer und Lope de Vega* (Berlim, 1894); *Spanien und die spanische Litteratur im Lichte der deutschen Kritik und Poesie* (Wien 1895); *Guillaume de Humboldt et l'Espagne* (Paris 1898); *España y su Literatura en el Extranjero* (Madrid, 1902); *Appunti su Dante in Ispagna nell'Età Media* (Torino, 1905); *Boccaccio in Ispagna nell'Età Media* (Braunschweig 1906).

<sup>84</sup> O nome de *Protestantes* fôra fixado em 1529.

<sup>85</sup> Abreviatura de *πρεσβευς*, genitivo de *πρεσβευς*, embaixador.

<sup>86</sup> Êtiro de leitura ou de escrita por *πρωτοτόκον* prototókon, primogénito.

<sup>87</sup> *Iberisti kai lusitanisti*.

<sup>88</sup> *Aleander Sangae. Bruxell. XXVI decemb. 1531.*

<sup>89</sup> ALEANDRO, *Lettere di Legatione di Germania: V. 27.*

<sup>90</sup> *Monumenta Vaticana Historiam Ecclesiasticam Saeculi xvi illustrantia ex tabulariis Sanctae Sedis Apostolicae secretis excerpit, digessit, recensuit, prolegomenis et indicibus instruxit Hugo Laemmer. — Friburgi Brisgoviae, Sumptibus Herder 1861.*

<sup>91</sup> Apesar do que eu disse da expatriação de FREI ANDRÉ LUCIO DE RESENDE (de 1513 até 1533), suspeitei e suspeito às vezes que voltou temporariamente a Portugal cêrca de 1529 por causa do falecimento da mãe, vindo de Paris; antes de passar a Lovaina portanto. Mas se assim fôsse, mal teria tido tempo, disposição e faculdade para assistir às representações palacianas. A hipótese que só lêra os *Autos* de GIL VICENTE fica em pé.

<sup>92</sup> Hoje *jubileu* emprega-se lá fôra em geral no sentido de festa profana, comemorativa de algum acontecimento familiar ou histórico. Em Portugal creio que ainda prevalece o sentido religioso.

<sup>93</sup> Quem precisar de mais amplas informações recorra a DE WAAL, *Das heilige Jahr in Rom* (Münster, 1900).

<sup>94</sup> Houve livros (satíricos?) sôbre perdões e indulgências, que foram condenados nos *Índices*. Nos peninsulares de 1559 e 1581 regista-se por ex. o *Jubileu de plenissima remissão de pecados, dados na corte celestial do paraíso desde o principio do mundo com privilégio eterno, firmado e sellado com o sangue do unogenito filho de Deus Jesu Christo nosso unico e verdadeiro redemptor e senhor.*—Nos franceses de 1544-1556 etc. há *Le grand pardon de plenièrè remission pour toutes personnes durant à toujours.* Nos italianos de 1554, *Declaratione del giubileo*—Vid. REUSCH, *Die Indices*, p. 125, 236, 360, 436 e 442.

<sup>95</sup> No livro III da *Historia da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, é que os interessados encontram a demonstração do que apenas posso esboçar aqui. Lamento todavia que nessa obra magistral falte um capítulo sôbre os humanistas e pensadores portugueses relacionados com ERASMO e Erasmistas de espírito largo, que queriam uma Reforma de costumes sociais sem scissão dos fieis.

<sup>96</sup> Segundo HERCULANO, os Cristãos-Nóvos eram a porção mais rica, mais activa e mais industriosa de Portugal.

<sup>97</sup> A respeito desse termo injurioso, usado só extra-oficialmente, ha um estudo histórico e linguístico de ARTURO FARINELLI, impresso em 1911 (Firenze). Serve-lhe de título o vocábulo *Marrano*, cujo sentido originário é *porco*, segundo as provas acumuladas.

<sup>98</sup> Oportunamente darei senhas provas da virulência de linguagem de cada um desses combatentes.

<sup>99</sup> Quanto à intenção e dignidade moral, a *Carta a D. João III* é um dos melhores Autos do Repertório de GIL VICENTE.

<sup>100</sup> Ainda assim é pena que o Legado não diga expressamente na sua Carta: *que remeteu um exemplar da comédia*, para facilitar o processo de condenação, bem se vê. É mais que provável que tanto ALEANDRO como SANGA soubessem castelhano.

<sup>101</sup> Não sei se o exemplar da *Barca* que existe na Biblioteca Nacional de Madrid (Sign. R. 9.438) é o mesmo que outrora figurava na Biblioteca Colombina (n.º 15.134).

<sup>102</sup> *Autos*, como está no original, é êrro evidente. As partes da Trilogia, compostas e representadas em anos sucessivos, sairiam naturalmente separadas, cada uma por sua vêz.

<sup>103</sup> Na *Nota Vicentina II* conto publicar o fac-simile.

<sup>104</sup> Uma é de 1539 (Burgos). Dela ha um exemplar na Biblioteca Nacional de Madrid. Outra, s. l. n. a. faz parte da preciosa Miscelânea Dramática, descrita por F. WOLF no opúsculo *Ein spanisches Frohnleichnamsspiel vom Todtentanz* (Wien, 1852). De ambas possuo fac-similes que servirão de base à edição que tenho preparada.

<sup>105</sup> Refiro-me sobretudo às publicações de FR. HEINRICH REUSCH: *Der Index verbotner Bücher. Ein Beitrag zur Kirchen und Literaturgeschichte* (Bonn, 1880) e *Die Indices Librorum Prohibitorum des Sechzehnten Jahrhunderts* (Tubingen, 1886).

<sup>106</sup> Vol. x, p. 387. Cfr. Vol. III, p. 219; I, 314; x, 88.

<sup>107</sup> *Catalogo da Livraria de José Maria Nepomuceno* (Lisboa, 1897).

<sup>108</sup> GIL VICENTE, ed. 1898, p. 396 seg. e 430.

<sup>109</sup> Na *Historia de los Heterodoxos Españoles* de MARCELINO MENENDEZ Y PELAYO (já saiu o vol. I da 2.ª edição) há muitos elementos fidedignos, relativos à matéria. P. ex. no Livro V e seu Epílogo. Também na sua *Historia da Literatura Castellhana* TICKNOR dedicou aos *Índices* um capítulo (I da Parte II) que, naturalmente, não é isento de êrros.

<sup>110</sup> Vid. EMILIO COTARELO Y MORI, *D. Henrique de Villena. Su Vida y Obras* (Madrid, 1896).

<sup>111</sup> Vid. PIRENNE, *Histoire de Belgique* (Bruxelles, 1908); P. KALKOPF, *Die Anfänge der Gegenreformation in den Niederlanden* (Halle, 1909); PAQUIER, *L'Humanisme et la Réforme* (Paris, 1890).

<sup>112</sup> P. ex. num artigo relativo a RESENDE, publicado no *Archivo Historico Português*, vol. III, p. 172. Devera ter citado também a permissão dada por Carlos V, a 10 de dezembro de 1520, de a Bula de Leão X, *contra Errores Martini Lutheri*, de 17 de julho ser valorizada no seu património brabantino, e as referências a esses factos que há no *Corpo cronológico*, I, p. 47 e II, p. 38.

<sup>113</sup> Vid. *Heterodoxos II*, p. 699 e TICKNOR, l. c. Outras proibições parciais houve em 1530, 1535 e 1538. Daí em diante a Censura foi encrudescendo cada vez mais, conforme já indiquei no *Grundriss* (IIb p. 287). É sabidíssimo que em Espanha havia verdadeira *Inquisição* de 1481 em diante e que a sua influência já promovera em 1492 a expulsão dos Judeus.

<sup>114</sup> Em Reusch ha reimpressão dos pequenos catálogos franceses e italianos de 1540, 1542, 1543, 1544, 1547, 1549, 1550, 1551, 1554 e 1556, publicados parte pela Sorbona, parte pelo Inquisidor Geral de França.

<sup>115</sup> Valladolid. Reimpresso em Reusch, *Die Indices*, p. 209-242. Muitos autores, antigos e modernos, falam dum *Index* peninsular, também pinciano, de 1549.

Entre eles NICOLAS ANTÓNIO, BARBOSA MACHADO, VELASQUEZ, DIEZE, TICKNOR, BRITO ARANHA e T. BRAGA. É erro; talvez lapso de BARBOSA MACHADO (II, p. 384).

<sup>116</sup> Valencia 1551. Reimpresso por REUSCH (p. 73-77); tem o título de *Catalogi librorum reprobatorum et praelegendorum ex indicio Academiae Louaniensis*.

<sup>117</sup> Os *Catálogos* de Lovaina eram redigidos em francês, de 1545 em diante. Vid. REUSCH, p. 44-72.

<sup>118</sup> A suspeita só teria razão de ser, se todos os filhos de D. Manuel tivessem sido contemplados com panegíricos, menos os Cardeais. Mas longe disso, de nove apenas dois foram festejados no próprio dia do seu nascimento: D. João III e o Infante D. Luís. Às filhas D. Isabel e D. Beatriz dedicou o poeta Tragicomédias festivas por ocasião do seu casamento. O Infante D. Fernando é citado com louvores. E o mesmo vale dos dois Cardeais. (Vid. vol. II, p. 106, 407; e II, p. 406, III, p. 357). D. Duarte é o único que nunca foi mencionado. Nem tampouco a filha póstuma do terceiro casamento: a Infanta D. Maria.

<sup>119</sup> HERCULANO, *Inquisição*, II, p. 207.

<sup>120</sup> *Aderença* (ou *aderencia*), segundo os filólogos seiscentistas, palavra privativamente portuguesa, era o que hoje se chama *empenhoca*: o nepotismo, e favoritismo, a protecção, o valimento daqueles cujos partidários ou clientes somos. Sem *aderentes e parentes* no paço, não se obtinha, segundo os Catões e Juvenais de então, emprêgo ou benesse algum; nem justiça ou promoção.

<sup>121</sup> O Infante D. Afonso dedicava vivo interesse à arqueologia, à numismática, à pintura, à arquitetura e genealogia. Todas as coisas da Italia o atraíam. AIRES BARBOSA, PEDRO MARGALHO, D. FRANCISCO DE MELO foram seus mestres. Assistia às vezes às prelecções de CLENARDO. GOES, RESENDE, FRANCISCO DE HOLANDA, JORGE COELHO entusiasmavam-no. Vid. HOLANDA, *Dialogos*, passim; e GOES, *Cronica de D. Manuel*, parte II, cap. 42: «Teve algumas desavenças com el-Rei D. João III, seu irmão, por cujo respeito se quisera ir secretamente para Roma, ao que el Rei acudiu com muita prudência e pelo tirar dalguns pensamentos a que o induziam homens zelosos de mal lhos tirou de casa e lhe deu outros de mor confiança...» São palavras veladas que ninguém interpretou até hoje.

<sup>122</sup> No fim lê-se *Foy impresso o presente Rol dos livros defesos por mandado do Senhor Cardeal Iffante, Inquisidor geral nestes Reynos de Portugal em a muy noble & sempre leal cidade de Lisboa, per German Galharde impressor a VIII de julho MDLI*.

<sup>123</sup> A respeito de OLEASTER, vid. *Inquisição*, II, 328.

<sup>124</sup> Indirectamente todavia. O publicado no *Diccionario Bibliográfico Português*, que utilizei, passou despercebido quasi!

<sup>125</sup> Vol. X, p. 386 seg. — O *Jubileu*, INOCENCIO DA SILVA já o citara em 1858 no vol. I da sua obra, s. V. *Autos* (p. 314), juntamente com a *Lusitania* e os *Fisicos*, mas sem conhecimento bastante da causa.

<sup>126</sup> Os apontamentos que tirei em Évora em 1901 não são suficientes para eu poder afirmar que o Catálogo latino é igual ao de VALDES (segundo creio).

<sup>127</sup> Entenda-se *reimprimir*.

<sup>128</sup> Dos cinco restantes livros condenados, nenhum é de GIL VICENTE. São: *Gamaliel, A revelação de S. Paulo, As novelas de Joan Bocacio*, todos os tres existentes em incunáveis peninsulares descritos por HAEBLER, *O testamento de Cristo, em linguagem, e Coplas de la Burra*.

<sup>129</sup> A impressão de 1562 foi *vista* (como se sabe, mas se esquece às vezes) *pelos Deputados da Santa Inquisição*. O principal Revedôr era então F'REI FRANCISCO FOREIRO, muito bem visto no Paço, sobretudo por D. Caterina, a Regente. Eviden-



temente ele devia achar difícil, melindrosa e laboriosa a tarefa de examinar 43 peças dramáticas e mais as obras miudas dum autôr nacional, afamado, impressas já numerosas vezes em edições avulsas, com privilégio del rei D. Manuel, representadas e aplaudidíssimas nos paços dum rei «santo mais que o rei David»! Ainda assim é surpreendente que os Senhores Deputados, que viram o Cartapácio grande, não se regulassem pelo *Rol* de 1551, reimpresso no ano de 1561 (isto é no mesmo em que trabalhavam). Contentaram-se com a eliminação do *Jubileu*, da *Aderença* e da *Vida do Paço*, se por ventura esses tinham entrado no manuscrito. Caso, de que duvido, como disse no texto.

<sup>130</sup> No *Prólogo* da edição crítica do *D. Duardos* que tenho preparada, trato das redacções diversas dessa Tragicomédia, e das insignificantes pechas que a levaram ao *Índice*.

<sup>131</sup> Aqui a condenação é completa; e justificada, se se admitirem os princípios da Censura. Dúvidas sôbre a identidade do *Auto dos Físicos* e da *Farça dos Físicos*, só as pode ter quem ignore que a classificação das peças e sua divisão em *quatro livros* levou o Poéta a alterar em vários casos os títulos primitivos, quando de 1536 a 1540 as inscreveu no Cartapácio grande a que se refere LUIS VICENTE. O *Auto de Moralidade das Barcas*, p. ex., ficou sendo aí *Auto de devoção*; A *Tragicomedia do Triunfo do Inverno* fôra *Farça*, etc.

<sup>132</sup> Ignoramos se o *Auto do Clérigo da Beira* se chamava efectivamente *Auto de Pedreanes* nas impressões avulsas, ou se foi o vulgo que lhe pôs esse título, porque lhe agradava sobretudo a scena engraçada em que o espírito de Pedreanes fala pela boca de Cecília, a endemoninhada, adivinhando o futuro e lendo a sina e a índole dos fidalgos da côrte nas suas variadíssimas fisionomias.

<sup>133</sup> *Diccionario Bibliográfico Português*, vol. 1, p. 314.

<sup>134</sup> T. BRAGA, *Teatro*, I ed., p. 325.

<sup>135</sup> A. L. STIEFEL que estudou as reimpressões dos *Índices* (quanto a GIL VICENTE, o *Índice* castelhano de 1559), já chegara à mesma conclusão lógica, de os tres *Autos*, citados entre vários reconhecidamente vicentinos, serem também obra do poeta português (*Archio*, CXIX, p. 192). Não reconheceu todavia que o *Auto de Pedreanes* é o do *Clérigo da Beira*, o que não admira num estrangeiro. Bom seria se com relação aos dois *Autos* relativos à *Vida do Paço* se encontrasse, como para o *Jubileu de amor*, um documento demonstrativo de que eles foram também representados em Bruxelas, ou pelo menos cursavam entre Portuguezes e Castelhanos residentes na Belgica!

<sup>136</sup> O pequenino *Rol* de aditamentos desse *Índice* de 1559, sobrescritado *Libri Vulgari Sermone lusitanico*, patenteia-se pela sua linguagem como traslado literal da redacção portuguesa de 1551. Vid. REUSCH, p. 241.

<sup>137</sup> Na parte intitulada *Catalogo de los libros en Romance que se prohiben* (REUSCH, p. 231) encontra-se o *Amadis* com o título *Auto hecho nuevamente por Gil Vicente sobre los muy altos y muy dulces amores de Amadis de Gaula con la princesa Oriana, hija del rey Lisuarte*. Os motivos da condenação, não sustentada nos *Índices* posteriores, são inexplicaveis. Imagino que nos Editais, vindos de Roma com relação ao *Jubileu*, se recomendaria proibição de tudo quanto o autor produzisse de novo. E o *Amadis* é de 1533. Das suas impressões avulsas anteriores a 1562, não se conservou exemplar algum. Sabe-se apenas de reimpressões de 1586, 1612, etc.

<sup>138</sup> Nesse ha reprodução das doze proibições portuguezas (alfabeticamente ordenadas), com mais cinco, relativas a *Ulysipo* (sem nome de autor); *Ropica Pnema* de JOÃO DE BARROS; *Diogo de SAA*, *Tratado dos estados ecclesiasticos e seculares*;

FREI DOMINGO BALTANAS, *Historia dos sanctos padres do Testamento Velho e... o Tesouro dos Autos Espanhoes* (REUSCH, p. 440).

<sup>139</sup> *Catalogo de Nepomuceno*, n.º 882. — Aí se afirma que o *Índice* de 1561, impresso em casa de Joannes Blavio, com a chancela de FREI FRANCISCO FOREIRO, fôra o primeiro; e essa afirmação foi repetida por T. BRAGA, na 2.ª edição da *Historia do Teatro* (vol. 1, p. 396 e 400). O artigo de BRITO ARANHA tinha-lhe passado despercebido, conforme já disse. Na *Historia da Universidade* citara o de 1551.

<sup>140</sup> NEPOMUCENO, n.º 883. Esse *Index* foi impresso em casa de Fr. Correia; com chancela de Frei Manuel da Veiga. É o último (3.º) *Rol* do Cardeal Infante D. Henrique, que mandara trasladar em linguagem as Regras do Catálogo Tridentino.

<sup>141</sup> Vid. *Anotação*, 129.

<sup>142</sup> NEPOMUCENO, n.º 884. REUSCH, p. 351-376. Impresso em casa de António Ribeyro, com assinatura de Frei Bartolomeu Ferreira. Abrange livros não expressamente declarados no *Índice* Tridentino «... por serem impressos depois, ou porque não vieram a notícia dos que os composeram, ou por esquecimentos... danosos aa fé ou aos bons costumes». Entre os Livros em linguagem são novos a *Eufrosina*, a *Menina e Moça*, a *Diana*, o *Bandarra*. Quanto a GIL VICENTE determina-se apenas o seguinte:

«Das obras de GIL VICENTE que andam juntas em um corpo se há de riscar o Prologo, até que se proveja na emenda dos seus Autos, que tem necessidade de muita Censura e reformação» (REUSCH, p. 361).

É sabido como nos anos immediatos providenciaram para que a 2.ª edição dos *Autos* (e a dos *Lusíadas*) saísse expurgada de modo que não pudesse «corromper os *simplices* nem mover os doutos e letrados a seguir... errores e opiniões contrarias à verdade da fee católica».

<sup>143</sup> Vid. NEPOMUCENO, n.º 886. Ed. dos Craesbeeck. Em 1597 houvera outra, com assinatura de Francisco Pereira. Vid. NEPOMUCENO, n.º 885. — No *Índice* de 1624 (que possuo) repete-se a. p. 95 e 96 a proibição do *Jubileu de amores* e dos outros Autos condenados em 1551!

<sup>144</sup> Vid. *Diccionario Bibliográfico Português*, vol. III, 226; IV, 36; X, 88. Como se diz no último dos trechos apontados, Nic. António já mencionara *O Insino*; com a data 1535, que também julgo errada. Quanto à Censura no reino vizinho, há livros que atestam, pelo menos de 1536 em diante, a inspecção (autorizada ou desautorizada) exercida pelos Inquisidores em livros impressos; p. ex. a *Theorica de Virtudes*, de Castilla (1536) dedicada a Carlos V, munida de licença imperial e da do Inquisidor Geral D. Afonso Manrique; o *Tratado de Cambios*, de Crist. de Villalon (1541) e a *Selva de varia Leccion de Pero de Mexia* (1543).

<sup>145</sup> Nos princípios de 1531, exactamente quando GIL VICENTE escrevia a sua *carta a D. João III*, tinha esse resolvido a erecção do Tribunal da fé. (HERCULANO, *Inquisição*, II, 221). Em fins do ano, a 17 de dezembro foi expedida a 1.ª Bula da Inquisição pela qual o papa nomeava inquisidor de Portugal a Frei Diogo da Silva, confessor del rei (c. 233 e *Corpo Diplomatico*, II, 335). Mas por falta de organização não foi executada logo. As súplicas da raça oprimida arrancaram, pelo contrário, não gratuitamente, da côrte de Roma, perdão geral, e sua consignação na Bula *Sempiterno Regi*, de 7 de abril de 1532.

<sup>146</sup> A respeito do Erasmista castelhano AFONSO DE VALDES, autor do *Dialogo de Lactancio*, sobre o saque de Roma, muito lido em Portugal, vid. Ticknor II, 1. É possível que ANDRÉ DE RESENDE se relacionasse com êle quer em Ratisbona, quer em Lovaina, ou em Bolonha. Vid. *Heterodoxos*, livro IV, cap. 2.

<sup>147</sup> De passagem lembrarei que a *Antimoria* de AIRES BARBOSA, tardia e fraca

réplica ao brilhante *Encomio Moriae* de ERASMO, saíu em 1536. O opúsculo *De Patientia Christiana* de JORGE COELHO veio quatro anos depois.

<sup>148</sup> A festa do Santo Arcebispo de Canterbury Thomas a Becket celebra-se a 29 de dezembro. A de Santo Thomás de Aquino, o Doutor Angélico, autôr da *Summa Theologiae*, celebra-se a 7 de março. Em Portugal distinguem o apóstolo pelo nome de *S. Thomé*.

<sup>149</sup> *Cronica*, parte II, cap. 73 (p. 463). Quanto ao êrro *domingo seguinte* (por *domingo segundo*) veja-se SOUSA VITERBO, *Archivo Histórico Português*, I, p. 9.

<sup>150</sup> *Annaes de D. João III*, p. 453. Cf. AMADOR PATRICIO, Evora, livro X, p. 339, e C. DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, vol. III, p. 538, onde em lugar de 12 se diz 10 de novembro, com outro êrro arimético. Quanto à aclamação do Principezinho, e seu falecimento, veja-se o parágrafo que lhe dedico.

<sup>151</sup> *Imposante — belle femme — yeux fort beaux — teint éblouissant* — é o que dela diz, em vista do admiravel retrato de Moro na Galeria do Prado, o Sr. HENRI HYMANS, no seu notável livro *Antonio Moro, son œuvre et son temps* (Bruxelles, 1910).

<sup>152</sup> D. Afonso, o primogénito, nascido em Almeirim a 24 de fevereiro de 1526, expirara pouco depois. Não houve Auto, por esse motivo; e de modo algum porque meses antes houvera as grandiosas festas da Imperatriz. Depois vieram três meninas: D. Maria, a futura esposa de Felipe II e mãe do Infante D. Carlos, fal. em 1545; D. Isabel (n. 28 de abril de 1529) em Lisboa, e D. Brites (n. 25 de fevereiro de 1530) também na capital. Ambas faleceram no berço. A última, que veio ao mundo no meio de grandes invernias, foi saúdada por GIL VICENTE no *Triunfo do Inverno*, em que prognosticava, cheio de piedade, a vinda do desejado filho varão (II, 480). Falando ao reino diz:

*Tu Príncipe natural  
Dios te le tiene guardado,  
y nacerá, en tus manos,  
a su tiempo limitado.*

Pouco antes falara de *duas filhas*, dadas por Deus, razão porque alguns intérpretes relacionam o Auto com D. Isabel, que nasceu no tempo das rosas (a 28 de abril de 1529); e como ao *Triunfo do Inverno* segue como segunda parte o *Triunfo do Verão*, claro é que essa hipótese é tam justificada como a outra. O que não se percebe é porque o poeta daria, quer a uma, quer á outra, o nome de *nossa Julia modesta*. Que não se trata de Lisboa (*Felicitas Julia*), como foi asseverado por T. BRAGA e outros, infere-se do verso immediato, que diz *nacida por mão de Deus* (II, 449).

<sup>153</sup> Faleceu em outubro de 1531. Vid. SANTAREM, *Quadro Elementar*, II, p. 70. D. Isabel findara em 1529, e não parece que o luto por ela impedisse regozijos na côrte. — Lutos nas côrtes são ainda hoje muitíssimo curtos.

<sup>154</sup> D. Pedro Mascarenhas agradece na sua carta ao secretário António Carneiro, antes de tudo, a boa nova da saúde do pequerrucho. GIL VICENTE emprega os mesmos termos de que Antonio Carneiro se servira: *desejado e formoso*, e também faz votos pela sua saúde:

*Como era desejado!  
e como formoso é!  
Oh que seja bem logrado!* (III, p. 273).

<sup>155</sup> T. BRAGA (*Gil Vicente*, p. 252 e 254), BRITO REBELO (p. 62) e SOUSA VITERBO (p. 10) estão persuadidos de que o *Auto da Lusitania* foi representado em Alvito, no próprio dia do nascimento.

<sup>156</sup> O correio enviado a Flandres com cartas ao Cesar e ao embaixador, sempre gastaria na viagem um bom par de dias. O mesmo vale da caravela, destinada a levar a D. Pedro de Mascarenhas provisões para as festas de ostentação.

<sup>157</sup> *Donde vindes, filha Branca e colorida?* Vid. J. J. NUNES, *Cantigas Paralelísticas de Gil Vicente*, n.º XVIII.

<sup>158</sup> Estou persuadida que o talento dramático dos Judeus foi aproveitado a miude em representações palacianas e conventuais. Para convencer os outros seriam precisos todavia mais elementos positivos do que o ter assistido FRANCISCO DE MORAIS em 1533, em Santos o Velho, à representação de um *Auto da Paixão*, «em que todas as figuras eram Cristãos-Nóvos. Só o Cristo era Cristão Velho».

<sup>159</sup> Todos sabem que o Infante D. Afonso, ao qual me referi na *Anotação* 121, encarregou RESENDE de colecionar Antigualhas, e que este lhe dedicou no ano indicado um caderno intitulado *Antiqua Epitaphia* ou *Monumenta Romanorum in Lusitanis Urbibus*, fruto da sua recente peregrinação de Barcelona a Évora, com carta de 1 de outubro de 1533 que o curioso encontra na edição das *Obras* de Colónia 1600. Cfr. *Archivo Histórico Português*, vol. III, p. 165, VII, 361, e VIII, 64: *Vida de André de Resende*, de LEITÃO FERREIRA, com *Anotações* de A. BRAAMCAMP FREIRE.

<sup>160</sup> Nos meus *Novos Estudos sobre Sá de Miranda* no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. V, 1912, tornei a expôr que a *Fábula do Mondêgo*, bela canção à italiana, de carácter bucólico, mas sobre assunto de arqueologia portuguesa, o Brasão de Coimbra, foi a grande novidade que SÁ DE MIRANDA lançou em desafio e como protesto contra GIL VICENTE, imitando o *Orfeo* de POLIZIANO; e que a *Devisa de Coimbra* se liga a essa amostra de arte nova, quer como réplica, quer como inspiradora. Também repito que nas duas Comédias togatas que MIRANDA escreveu à maneira de PLAUTO e TERCENCO, e de ARIOSTO, continuador italiano dos dois, assim como no drama bucólico ALEXO e na tragédia *Cleopatra* (perdida infelizmente) o Reformador da poesia nacional se esforçou por erguer o Auto mediéval, genialmente iniciado por GIL VICENTE, à altura de verdadeiro drama correcto, livresco, clássico.

<sup>161</sup> Nas alusões à *Sibila* e *cova Sibilária* (p. 276) há por ventura referência satírica aos pilares de Sintra com versos de uma Sibila que vaticinava o descobrimento da Índia — achado fingido, que alguns atribuíam a HENRIQUE CAIADO, como lisongeador del Rei D. Manuel. GIL VICENTE pensaria também na espada de Viriato, descoberta numa sepultura de Belas, com a inscrição: *Hic jacet Viriatus Lusitanus Dux!*

<sup>162</sup> Nos opúsculos latinos de ANDRÉ DE RESENDE que possuo, alguém riscou frequentes vezes o adjectivo *Divus*. Esse alguém, talvez fosse ele próprio, visto ter exercido funções de Revedôr de livros (em 1560 e tantos). P. ex. no *Genethiaco* e na *Oratio Pro Rostris*, nas respectivas Dedicatórias que principiam *Divi Emanuelis P. F. Invicti F. Divo Ioanni Lusitanorum Regi P. F. Invicto*. — P. I. significa *Pii Felicis*; e *Pio Felici*. — P.S. Relendo o *Auto da Lusitania* não encontrei a frase irónica *tudo é Dues*, a que se refere a nota.

<sup>163</sup> Assim já está indicado numa *Anotação* dos *Quatro Diálogos da Pintura* (Viena de Austria, 1899), relativa a D. Pedro Mascarenhas (p. 197). Nos *Novos Estudos sobre Sá de Miranda* e também nas *Poesias* (de 1885) disse que, se GIL VICENTE visou MIRANDA nas suas queixas contra «homens de bom saber» que o hostilizavam, MIRANDA visou GIL VICENTE na *Carta moral* a Antonio Pereira Marra-maque (n.º 108), na famigerada décima contra os *Pasquinos*, que tratam coisas sagradas sem o devido acatamento. Evidentemente MIRANDA e aquele seu amigo, embora mereçam como GIL VICENTE, lugar entre os Erasmistas, por terem lido e

anotado a Bíblia com fervorosa veneração (*de gíolhos*), e o último haver até demonstrado num opúsculo (proibido) que ela deve correr em linguagem, ambos encaravam e tratavam os problemas religiosos de outro modo que o Poéta cómico e satírico.

<sup>164</sup> Ha no *Auto da Lusitania* provérbios, e ha reminiscências do romance da *Bela mal-maridada*; a Cantiga *Los amores de la niña quetan lindos ojos ha Ay Dios quien los habrá!* e *Vanse mis amores, madre*. J. J. NUNES (n.º xx). Todos eles com a respectiva música, e os gestos e danças, que completam a poesia das palavras.

<sup>165</sup> O refram

*Este é maio! o Maio é este!  
este é Maio e florece!*

é acompanhado só dos dois dísticos:

*Este é o Maio das Rosas,  
Este é o Maio das fermosas,  
Este é o Maio das flores,  
Este é o Maio dos amores.*

Possuímos portanto apenas o princípio de uma cantiga que era paralelística, no estilo arcáico dos Cancioneiros galego-portugueses. Vid. J. J. NUNES, n.º XIX.

<sup>166</sup> Afim de demonstrar a originalidade de GIL VICENTE, mesmo quando se serve de materiais velhos, tenciono dedicar uma *Nota* a esse diálogo. Nela hei de falar do *Outis* (= Ninguém) de HOMERO; *Aucun et tout le monde* dos Franceses; *El mundo y nonadie* dos Castelhanos; *Nobody and somebody* da Inglaterra *Nemo*; de Ulrich von Hutten; *Herr Omnes* de LUTHERO; e *Niemand* de Hans Holbein como ilustrador de cantigas populares.

<sup>167</sup> As seis deusas são: *Venus, Juno, Pallas, Vesta* com *Februa e Verecinta!* Na Lista das Figuras faltam *Vesta* e *Palas*; e também falta *Mercúrio*.

<sup>168</sup> D. Manuel de Portugal, D. Francisco de Sá e Menezes e D. Simão da Silveira

<sup>169</sup> Nas *Antiguidades de Évora* de AMADOR PATRICIO (1614? 1739) temos outra Sátira tardia; paródia, longa demais, mas ainda assim ás vezes picante e espirituosa, da *História da Antiguidade de Évora* de ANDRÉ DE RESENDE em que a par de verdades e factos ha lendas e fantasias.

<sup>170</sup> P. ex. os versos dirigidos por Dinato a Berzebú: *Tu és «padre» verdadeiro; Que tens filhos ao teu lado.*

<sup>171</sup> Não devemos perder de vista que as comédias de GIL VICENTE, posteriores ao Natal de 1531—são reitivamente poucas, mas de grande valor: o *Amadis*, a *Romagem dos Agravados*, a *Mofina Mendes*, a *Floresta dos Enganos*, e o *Auto da Cananea*. Nem tam pouco devemos esquecer que em janeiro de 1531, ano infausto de tremores de terra e de peste que invadiu a capital e toda a Estremadura, GIL VICENTE se havia chamado vizinho da morte, muito a sério.

<sup>172</sup> António Carneiro exercia o officio de escrivão de 1482 em diante. Sendo nomeado em 1490 subiu em 16 de abril de 1509 a secretário (*da puridade*) de D. Manuel, a quem merecera portanto inteira e íntima confiança. Continuou mesmo a servir ao sucessor por longos anos. Só em 1532, como septuagenário cansado, começou a fazer-se substituir por seu filho D. Pedro de Alcáçova Carneiro, pouco depois de António de Ataíde, cuja valia ia culminando, ter sido elevado a Conde de Castanheira. Nas *Crónicas* de GOES, na *História da Inquisição* de HERCULANO, e nas publicações de A. BRAAMCAMP FREIRE ha noticias dispersas a respeito da sua actividade.

<sup>173</sup> Refiro-me às Cartas 270, 271 e 272 da *Korrespondenz des Kaisers Karl V*. A primeira, publicada pelo DR. KARL LANZ. (Leipzig 1844-46, vol.) (vol. 1, p. 668) é dirigida a Cornelio Duplicio Schepper (Scepperus), o leal e habil homem de estado (1502-1555) que se distinguiu como chanceler de Cristiano II da Dinamarca (cunhado de Cesar), e como conselheiro das Governadoras de Flandres. Vid. *Allgemeine Deutsche Biographie*, vol. 31, p. 93. O destinatário da segunda é o Conde Palatino Frederico; o da 3.<sup>a</sup> o irmão do Cesar e seu substituto no Império, D. Fernando, Rei eleito dos Romanos desde 5 de janeiro de 1531. Na vasta correspondência de ERASMO ha também numerosos êrros quanto a datas.

<sup>174</sup> A respeito dos terremotos, da peste e mais desgraças do ano de 1531, que afastaram de Lisboa os reis e os principais da côrte, levando-os a Palmela, Lavradio, Alvito etc., estou insufficientemente informada. Nem a descrição de GARCIA DE RESENDE (*Miscelanea*, estr. 289-299), nem as alusões de SÁ DE MIRANDA (*Poesias*, n.º 112 e p. 824), nem os documentos insertos nos *Elementos para a História do Municipio de Lisboa* (vol. 1, 471), nem as diversas cartas relativas aos tremores de janeiro—a de GIL VICENTE, outra de uma freira do Cartaxo, e outra de um anónimo Italiano—esclarecem sôbre os acontecimentos dos meses ulteriores.

<sup>175</sup> Na sua resposta a António Carneiro, o Embaixador aplica uma vez ao Principezinho o nome de *afilhado*, mas sem pormenores que nos elucidem a respeito do padrinho.

<sup>176</sup> Se de facto os festejos no paço do Embaixador tivessem terminado com danças, creio que não as teria guiado ele, hospedeiro, na presença do Imperador. RESENDE não as menciona na sua minuciosa descrição.

<sup>177</sup> O grande retratista António Moor (Moro) pintou também essa D. Maria. Sua inteligente e simpática fisionomia está na já citada obra de HENRI HYMANS, p. 85. Quanto à sua vida e à de D. Margarida de Austria, remeto os curiosos à *Allgemeine Deutsche Biographie*, obra fidedigna, acreditadíssima, que nunca consulto sem proveito.

<sup>178</sup> Tia tanto de Carlos V como das rainhas de Ungria, Dinamarca, França Portugal (Maria, Isabel, Leonor, Caterina); irmã de Felipe o Belo, filha do Imperador Maximiliano I e de Maria de Borgonha. Nascêra em 1480. Faleceu a 1 de dezembro de 1530 após uma vida atribulada, de trabalhos e desgostos, mas de actividade benéfica (e não a 30 de novembro, como se lê na *Korrespondenz Kaiser Karls*, nem a 30 de dezembro como proclamam as Enciclopédias, confundindo duas datas). Quem se quiser deleitar com um documento humano de verdadeira grandeza de alma, leia a carta de despedida n.º 150 da *Korrespondenz*, por ela dirigida ao Imperador.

<sup>179</sup> Preenche a fl. 2 e 2.<sup>v</sup> e metade da face da 3.<sup>a</sup>

<sup>180</sup> Sobre esse distinto prelado, desventurado no fim da sua vida, já se escreveu muito, mas nem de longe o bastante. A dedicatória em prosa de ANDRÉ DE RESENDE, precedida do encómio entusiástico a D. Miguel da Silva (*Michae Silvio Pontifici*) que ocupa o reverso da fl. 1, em cuja face está o frontispício reproduzido por mim como illustração do § 1.º RESENDE encarrega esse «sacerdote dos Castalios córos» de entregar o seu livrinho a D. João III, e de o recomendar a ele, autôr, Vid. J. DE VASCONCELOS, *Os quatro Diálogos da Pintura de Francisco de Holanda* (Viena de Austria, 1899), p. xvii, xxxii, cvii; p. 189 e 197. As *Anotações* que lhe dizem respeito, precisam de tres ou quatro rectificações.

<sup>181</sup> Origináriamente todas as fôlhas dos opúsculos de RESENDE, saídas dos prelos de Phaello, eram inumeradas. No exemplar que possuímos ele numerou-as de 1 a 32, como se constituíssem um só livro. O *Genetliaco* ocupa as fl. 1 a 19 e mais

cinco linhas da 20.<sup>a</sup>. Segue-se o *Epicedion in raptum Dacorum principem, puerum miserimum*, dedicado a Carlos V: uns 101 hexâmetros. Na fl. 22 e v ha uma *Ode* relativa ao mesmo assunto de 25 versos. Na 23.<sup>a</sup> há a pequenina lista de êrros que comunico mais adiante. No reverso, o *colofone*. A 24.<sup>a</sup> está em branco. Cfr. *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, p. 349, 411 e 413.

As oito folhas da *Epistola de Vita Aulica*, impressas separadamente, com frontispício de singela moldura e com *colofone* final, igual ao do nosso fac-simile, com a única diferença de ter *Anno Domini* em lugar de *Anno Incarnationis*, são preenchidas por uns versos ao amigo *Pedro de Afan (Ribera?)* e pela Sátira sôbre a Vida no Paço que MESTRE ANDRÉ dedicou ao jovem *Sperato Marciano Ferreira*. Vid. *Arquivo Histórico Português*, VII, p. 409, nota 25, onde se apontam exemplares avulsos dêsse Poema na Biblioteca pública de Évora e na de Ajuda. A marcação das folhas (A II, B, B II) fala, de resto, claro a respeito da independência ideal dos dois opúsculos, muito embora bastantes exemplares fossem enviados juntos a vários protectores e amigos.

<sup>182</sup> Aparentemente, o autor do *Genetliaco* ainda se enganou em outra questão de datas. Regressou do estrangeiro em 1533 (no verão). Em 1 de outubro dirigiu de Évora ao Infante D. Afonso a já citada carta relativa às Inscrições antigas (*Antiqua Epitaphia*) que fôra coligindo na Península. (Vid. *Anotação*, 121 e 159), e *Arquivo Histórico Português*, VII, p. 348, 349, 361 e VIII, p. 63, nota 44. Mas apesar disso há na *Vida do Infante D. Duarte*, por ele escrita, no cap. 10 a proposição seguinte: «Estando El Rey, que Deos tem, em Évora, quando eu vim de França e Flandres no ano de 1534, fiz lhe menção da erudição e virtudes do licenciado Nicolao Clenardo, Flamengo, que eu de Lovaina conhecia etc.» Daí se inferiu que a memória de RESENDE não era muito apurada em datas, sendo assaz contingentes todas as averiguações cronológicas fundadas sobre indicações suas (*Arquivo Histórico Português*, VII, p. 361, nota 4, assim como notas 22 e 38). Duvido todavia que ele se enganasse quanto a data tão importante da sua vida. Por isso ponho vírgula depois de Flandres, e entendo em harmonia absoluta com os factos: *Estando el Rey etc. em Evora no ano de 1534, pouco depois de eu ter regressado definitivamente de França e Flandres, fiz-lhe menção, etc. etc.*

<sup>183</sup> Ao todo ha no opúsculo vinte e sete notas marginaes autógrafas de RESENDE, bem interessantes, mas não sempre fáceis de ler e interpretar porque muitas estão incompletas, por culpas do encadernador antigo que aparou as folhas.

<sup>184</sup> Elegante, comparada com as primeiras impressões de Germão Galharde. Na sua *Oratio Pro Rostris*, que esse imprimiu em 1534 com tipo gótico, RESENDE teve de inscrever em cursivo todas as citações gregas!

<sup>185</sup> Falando gentilmente ao cândido leitor, confessa na penúltima página que, apesar da máxima diligência por ele empregada, os seus olhos obcecados, não descobriram uns tres erros: *peruasionis* (por *persuasionis*); *fumicas* (por *fumificas*); *cirtia* (por *citria*). *Etsi candide Lector maximam adhibuimus diligentiam, nequid inter excudendum oculos nostros falleret, fieri non potuit quin alicubi caecutiremus.*

<sup>186</sup> A nota de RESENDE, relativa aos versos fac-similados, autentica o emprego de *penitus* como adjectivo substantivado, remetendo-nos a um passo da comédia *Asinaria* de PLAUTO: *Age quaeso, excrea ex penitis faucibus* (Eia pois, vá tussindo e escarrando do fundo das gúelas!) Mas posteriormente não gostou da fórmula imitativa *sub penitis medulis*, e refez o hexâmetro todo. Das trinta observações que acompanham o Poema *De Vita Aulica*, algumas tem valor especial, como explico no texto.

<sup>187</sup> *Arquivo Histórico Português*, vol. III, p. 44; *Critica e Historia*, p. 84.

<sup>188</sup> *Archivo*, I, 224. Apenas registou os factos.

<sup>189</sup> *Ib.*, VII, p. 349 e 413.

<sup>190</sup> A primeira redacção (MS. 626 da Bibl. Nac. de Lisboa, impressa no *Archivo*, VII, p. 339-375) é incompleta. A segunda, refeita e melhorada (MS. 641, impressa *ib.*, p. 393-417 e VIII, 62-69, 162-184; 338-366) terminará *Deo juvante* no vol. IX, por cujo aparecimento anseiam todos os amantes das glórias pátrias. Espero que lhe sirva de ilustração o testamento de RESENDE.

Não duvido que o achado desse documento importante levasse FRANCISCO LEITÃO FERREIRA (1735) a reescrever a *Vida de André de Resende*. Primeiro tentara todavia emendar apenas alguns passos, conforme se vê a p. 344 e 351, onde há referências ao original.

<sup>191</sup> *Archivo*, VII, p. 413, nota 33.

<sup>192</sup> Entre as treze obras com datas, contidas na edição de Colónia, nenhuma foi assinada entre 25 e 31 de dezembro; nem mesmo nas noites longas do Advento, ou nos doze dias «abertos» do Natal à Epifania, tam povoadas de vestígios do paganismo, na crença popular. Claro é que o latinista designava os meses e dias segundo o Calendário romano, falando de Calendas, Idos e Nonas, mais rigoroso nisso do que CLENARDO e GOES, que muitas vezes preferem indicar a festa cristã, em que tinham ócio e sossêgo para pôrem em dia a sua correspondência.

<sup>193</sup> Aos exemplos, que parecem ser de computação à antiga, aduzidos por J. P. RIBEIRO nas *Dissertações* (vid. *Archivo*, VII, 414) eu também posso juntar vários outros. Um é do proprio Mascarenhas, de 29 de dezembro de 1537. (Vid. HERCULANO, *Inquisição*, vol. II, p. 198, nota 1). Ainda assim, sou de opinião que êrros em datas de cartas familiares, escritas às vezes Deus sabe com que precipitação, são muito vulgares, mais vulgares do que os tais cómputos á antiga, que, olhados de perto, talvez ainda se transformem em meros lapsos.

Quanto ao *Auto da Lusitania*, datado de 1532, não é impossível mas muito improvável, como demonstrei, que fôsse representado em Lisboa entre 25 e 31 de dezembro. Nem há prova alguma de que o poeta cómico se cingisse ao costume antigo.

<sup>194</sup> A minha fonte principal são as *Obras* do poeta. Além disso, a *Vida*, que mencionei na *Anotação* 190, valorizada com as notas de A. BRAAMCAMP FREIRE. O mesmo escritor ocupou-se do humanista (e de outros Resendes) também em *História e Crítica* I, e na monografia *Sepulturas do Espinheiro* (1901). Pessoalmente contribuí com parcelas mínimas para esclarecer alguns pontos da biografia de ANDRÉ. P. ex. com os opúsculos *André de Resende, Inventor da palavra Lusíadas* (Coimbra, 1905) e *Lucius Andreas Resendius Lusitanus* (Lisboa, 1905); *Randglosse XV; D. Afonso Sanchez e Vasco Martinz* (Halle, 1904). Todas as três hão de saír melhoradas, se as forças e o tempo de que disponho mo permitirem.

<sup>195</sup> ERASMO ainda não fôra pôsto no *Índice*. Mas Aleandro já o mirava com desconfiança e inimizade. Como êle, todo o mundo culto sabia que a propaganda anti-monástica e anti-escolástica, ora séria e severa, ora jocoseria do Voltaire daquele tempo, aplanara o caminho aos reformadores. Os seus correspondentes trataram-no bastas vezes de precursor. Em Lovaina, Antuerpia, Bruges, Rotterdam, tanto havia entusiásticos partidários seus como antagonistas fanáticos (*osores*).

<sup>196</sup> O retrato desse nobre representante da arte de Gutenberg, falecido em 1527, e vários de ERASMO, desenhados pelo grande Holbein (ilustrador do Elogio da Folia (*Laus Stultitiae*) e da *Dança dos Mortos*), encontra-se na obra de ALFRED WOLTMANN, *Holbein und seine Zeit* (Leipzig, 1874).

<sup>197</sup> Citei os respectivos opúsculos na *Anotação* 194 e no *Archivo Histórico Português*, III, p. 173. No *Spicilegium Burscheri*, de onde extraí a carta a ERASMO, alu-



siva à fugida de RESENDE, ha materiais valiosos a respeito de erasmistas e anti-erasmistas. ALEANDRO, LOURENÇO CAMPEGGI, VALDÉS, a Rainha de Ungria, o rei Cristiano II da Dinamarca, e muitos outros personagens que figuravam em 1531 em Bruxelas, surgem nos documentos aí interpretados. No fasc. XI (p. 19), aprendi de novo que LUTERO dedicára à memória da governadora de Flandres, D. Maria, o cântico (coral) *Mag ich Unglück nicht widerstahn*.

<sup>198</sup> RESENDE empregou essa figura retórica, não na sua segunda sátira sobre a *Vida do Paço*, dirigida em 1535, pouco depois do seu regresso a Portugal, a DAMILÃO DE GOES, mas sim na Epístola a Pedro Sanchez (Ed. de Colonia, p. 176).

<sup>199</sup> O proprio assunto não admitia portanto que êsse poêma formasse um volume com as obras de cortesia com que RESENDE se recomendava aos potentados da península, no acto de nela se estabelecer, após vinte anos de peregrinações.

<sup>200</sup> O já varias vezes citado *Sperato Marciano Ferreira* ou *Martim Ferreira*, era sobrinho não de um feitôr, mas de um negociante português, residente em Flandres (*cuius patruus in Belgica Lusitanae præest negotiationi*). Talvez êsse tio seja *Manuel Ferreira*, citado por J. Mauricio Lopes, em *Les Portugais à Anvers*, p. 11, como um dos cento e tanto portugueses estabelecidos em Antuerpia. Distinto como erudito e como cavaleiro, Martinho acompanhou voluntariamente o Imperador na campanha contra o cruel inimigo da fé, conforme RESENDE expõe na dedicatória do seu *Vicente*. Depois de 1545, não mais se repete o seu nome.

<sup>201</sup> *Heic ut credo, hyemabimus* (*De Vita Aulica*, nov. de 1531).

<sup>202</sup> É curioso observar na correspondência, como o génio político de Carlos V exerce sem nunca hesitar, soberania absoluta sobre a habilidade ambiciosa e cubiçosa de Fernando, que sob a direcção dêle se transforma no seu melhor representante, auxiliar, e futuro sucessor no Império.

<sup>203</sup> Já citei a edição Lanz. Nas excelentes biografias pragmáticas do Cesar, contidas na *Biographie Nationale de Belgique* (vol. III, p. 587-960, de GACHARD), 1872, e na *Allgemeine Deutsche Biographie* (xv de MAURENBRECHER, 1882), há resumos suficientes. Quanto a RESENDE, LEITÃO FERREIRA comunica as datas principais.

<sup>204</sup> RESENDE chamou por três vezes *fabula motoria* à viagem que fez, obrigado. Primeiro na *Dedicatória a D. João III*, onde pede desculpa de haver tardado tanto, dizendo *iam celeritate placere non potuimus quum a Saturnalibus ipsis quibus Natalis hic in Belgica celebratus est, interrumpendum protinus otium literarium, et agenda motoria fabula, vel invito, fuerit, turcaica urgente expeditione quo me a secessu Musarum legatus rapuit*. Posteriormente, no *Prologo do Vicente* (1545) repete: *nam cum id Poema, qualecumque est, in Gallia Belgica tuo dicasset nomini, non tamen edidi: quod evestigio uterque quasi motoriam quandam fabulam egerimus, Caroli quinti Imperatoris auspiciis, Pannonnam illam in Turcas expeditionem sequuti. Me enim literarum quo delectabar otium regia legatio fecit deserere*. Finalmente em carta que de Ratisbona dirigira a ERASMO, empregára a mesma fórmula, como se vê na resposta do grande sábio, dirigida a GOES em que diz: *relegi illius epistolam quam scripsit ex R. cui tum non respondi, quia motoriam agebat fabulam*. A predilecção por essa designação significa talvez que êle considerava a vida que levava no Paço como *comedia stataria*.

<sup>205</sup> Também fala com certa complacência do carácter bélico da expedição, em que tomou parte, tanto nos versos a D. Miguel da Silva, como no discurso que recitou em 1551 na Universidade de Coimbra. Aí se refere ao estipêndio de guerra de 200:000 ducados com que D. João III subsidiára a expedição contra o Turco.

<sup>206</sup> Eu refiro a fórmula *ab ultimis Germanis*, usada pelo poeta no epitáfio da mãe, a Viena de Austria, e não a Lovaina.

<sup>207</sup> Na proposição de LEITÃO FERREIRA, relativa a Viena (vii, p. 413), entrou, por engano evidente, a notícia que, saindo de Viena, o Imperador se recolhera a Bruxelas (!).

<sup>208</sup> RESENDE viu então Mântua, Pádua, Pavia, e talvez Venêza.

<sup>209</sup> Carlos V parou no porto de Savona, para D. Beatriz de Saboia se juntar à esquadra, e logo depois em Fossa de Diana para a desembarcar de novo, por ela estar incomodadíssima do mal de mar. O Imperador fez então a cavalo uma visita ao mosteiro de Saint Honorat. Vid. *Korrespondenç*, n.ºs 335-338.

<sup>210</sup> O Imperador demorou-se algum tempo em Barcelona, passando depois a Monzon, Toledo, Valladolid, Palencia, Madrid. Deixei de remeter o leitor para cada uma das datas apuradas, às cartas originais (n.ºs 270 a 345).

<sup>211</sup> Ignorâmos se RESENDE voltou à patria espontaneamente, cheio de esperanças (pelo que Mascarenhas lhe contara dos infantes D. Fernando, D. Duarte, D. Afonso e D. Henrique, e dos planos de reformas do estudo geral de D. João III), ou se houve ordens formais dêste último. Ignorâmos também, se por ventura se fiava na benevolência do Imperador, a quem fôra apresentado. E naturalíssimo que não quisesse despedir-se dele sem lhe apresentar como xenion uma homenagem espiritual. Muitos outros portugueses e castelhanos dedicaram obras suas a príncipes do reino vizinho. Pelas cartas de ERASMO, de GOES e de ALEANDRO, sabemos que em 1533 RESENDE ainda não pensava em largar o hábito. Seus amigos até lhe futuravam altas dignidades eclesiásticas.

<sup>212</sup> Ha nas suas obras referências a Rætobona (como êle diz): p. ex. na *Carta a Bartolomeu Quevedo*.

<sup>213</sup> Nos versos a D. Miguel da Silva, MESTRE ANDRÉ serve-se, com relação aos hexâmetros do seu poëma das palavras *inter et minaces Compactum lituos et inter arma Castrenseisque sine otio tumultus*. Na anotação 204 o leitor viu além disso que a expedição interrompeu os deliciosos ócios literários de Bruxelas, e também, que só com relação ao *Poëma de S. Vicente* o autor explica claramente que o trouxera da Gália Bélgica pronto, mas por imprimir.

<sup>214</sup> LEITÃO FERREIRA (*Archivo*, viii, 69), dá provas de como o *Carmen Genethliacum Pueri Regis* e o poëma *De miseria Vitæ Aulicæ* (e também o *Vicente*), eram conhecidos na Itália (antes de 1553).

<sup>215</sup> RESENDE marca mesmo o dia: *undecimi mensis faustae salvete calendae*, confirmando assim os assentos dos cronistas FRANCISCO DE ANDRADE e FREI LUIS DE SOUSA.

<sup>216</sup> Ampliando o que disse no § 28 sobre o tempo gasto provavelmente por António Lopes na jornada de Alvito a Bruxelas, calculo agora que êle chegaria lá antes de 26 de novembro ou depois de 14 de dezembro, visto que no intervalo o Imperador esteve em Tournay, para celebrar o capítulo da ordem do Tusão de ouro.

<sup>217</sup> Aqui RESENDE deixa de fixar o dia. Só diz: *Decreta dies iam venerat*.

<sup>218</sup> No *Genethliaco* ha o primeiro hino português aos nossos vinhos e mostos do Rheno, não muito entusiastico, valha a verdade: uns doze hexâmetros que conto reproduzir em outra parte.

<sup>219</sup> *Bellaria lusitana — farctilia lusitana — cydoniae ex saccaro — ficus refertae amygdalis — saccarata ex rosæ folia — tragematas accarea Insulæ Materiæ etc. etc.*

<sup>220</sup> Os mais raros, os que ainda não consegui vêr, são os seguintes: *Adversus Stolidos — De Bracharensis urbis antiquitate* — um poema a respeito da morte de D. Beatriz de Saboia — outro a certo Britonio, que já citei nas páginas que dediquei a *Luísa Sigea*, e a *Vida de Frei Pedro Porteiro*. Vid. *Archivo Histórico Português*, vii, p. 411, 428, 396, 402.